

# **Dinâmicas de Poder dos Intérpretes/*Língua* Portugueses na *Ásia* de João de Barros**



Sara Maria Milreu Casais de Almeida Rocha

Dissertação de Mestrado em  
Estudos Portugueses Multidisciplinares

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Menino Avelar



Universidade Aberta  
Lisboa, 2011

## Pentecostes, o Dom de Línguas

Quando chegou o dia de Pentecostes, encontravam-se todos reunidos no mesmo lugar. Subitamente ressoou, vindo do céu, um som comparável ao de forte rajada de vento, que encheu toda a casa onde se encontravam. Viram, então, aparecer umas línguas à maneira de fogo, que se iam dividindo, e poisou uma sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar outras línguas, conforme o Espírito lhes inspirou que se exprimissem.

(Act 2, 1-4)

Capa: Tela dedicada ao Pentecostes, pintada no início de Seiscentos e atribuída à oficina de Diogo Teixeira, no Retábulo da Igreja do Divino Espírito Santo, Matriz do Montijo. Foto de Luís Rocha, especialmente tirada para o efeito em Dezembro de 2010.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula Avelar, que com o seu conhecimento alimentou e inspirou a minha incursão pela história dos Descobrimentos.

À minha mãe, braço direito sem cujo apoio e amor nada seria nem poderia fazer. Ao meu pai, de quem herdei a capacidade de trabalho. Ao meu marido, pela paciência *de chinês* pelas ausências e desencontros. Aos meus filhos, Madalena, Luís e Teresa, pelos momentos que lhes roubei devido a este meu espírito inquieto e curioso. Aos meus avós, que enformaram as fases iniciais do meu crescimento. E à minha rede numerosa e alargada de familiares e amigos, eixo basilar do meu mundo.

Não posso deixar de agradecer ainda a duas pessoas especiais: à Clarinda, pelo seu apoio incondicional desde o primeiro momento e pelas conversas que iluminaram todo o meu percurso neste mestrado; e à IQ, pelas gargalhadas virtuais partilhadas a altas horas da noite e pelo privilégio de me ter escolhido como amiga.

## Resumo

O principal objectivo deste trabalho é identificar e caracterizar os *língua* portugueses sinalizados numa das obras maiores da Cronística da Expansão, a *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, traçando-se um esboço das suas competências, funções e circunstâncias de actuação.

O trabalho organiza-se em três capítulos. No primeiro abordam-se as características específicas da obra utilizada como fonte principal, a sua estrutura narrativa e contexto de produção e publicação, inserindo-a e comparando-a com o acervo de outros cronistas coevos e com o enquadramento histórico em que ela se insere.

Seguidamente traça-se o percurso conducente à conceptualização da função de intérprete, discute-se a diferença de competências entre tradutores e intérpretes e identificam-se os *língua* mencionados na fonte principal, com o auxílio de quadros sinópticos.

Finalmente analisam-se os condicionalismos históricos e as dinâmicas de poder dos *língua* enquanto mediadores linguísticos, culturais e político-estratégicos, com base nos requisitos para a escolha dos intérpretes e na sinalização das suas funções e circunstâncias de actuação.

**Palavras-chave:** João de Barros, Descobrimientos, interpretação, tradução, *língua*, Ásia, século XVI

## Abstract

The main objective of this study is to identify and characterise the Portuguese *língua* signaled in one of the major works of the Chronicles of Expansion, the *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, outlining their skills, functions and circumstances they were involved in.

The dissertation is organised into three chapters. The first chapter deals with the specific characteristics of the primary source, its narrative structure, and context of production and publishing, inserting it and comparing it to the *acquis* of other coeval writers and the historical framework.

Then we follow the course leading to the conceptualisation of the role of interpreter, debate the difference between translation and interpreting skills and identify the *língua* mentioned in the primary source, with the help of synoptic charts.

Finally, we examine the historical factors and power dynamics of the *língua* as linguistic, cultural, and political-strategic mediators, based on the requirements for the selection of interpreters, and pointing out the functions and circumstances they were involved in.

**Keywords:** João de Barros, Discoveries, interpreting, translation, *língua*, Asia, 16<sup>th</sup> century

# Índice Geral

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I – João de Barros – procurando a perenidade da <i>língua</i> .....</b>	<b>13</b>
1.1. João de Barros: do homem e da obra .....	17
1.2. <i>A Ásia de João de Barros, dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente</i> .....	31
1.2.1. Contexto de produção e publicação .....	32
1.2.2. Estrutura narrativa .....	48
<b>Capítulo II – Os primeiros intérpretes/<i>língua</i> portugueses na <i>Ásia de Quinhentos</i> .....</b>	<b>65</b>
2.1. Contextos de um conceito de intérprete: em busca de um estado da arte .....	67
2.2. Tradutores vs. Intérpretes .....	70
2.3. Identificando os <i>língua</i> portugueses na <i>Ásia</i> de Quinhentos .....	78
<b>Capítulo III – Condicionismos históricos e dinâmicas de um <i>poder</i> .....</b>	<b>85</b>
3.1. Requisitos para a escolha dos intérpretes .....	87
3.2. Sinalização das funções e circunstâncias de actuação dos <i>língua</i> .....	101
3.3. O poder dos <i>língua</i> : mediadores linguísticos, culturais ou político-estratégicos? .....	109
<b>Conclusão .....</b>	<b>119</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>123</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>137</b>
<b>Anexo I – Obras de João de Barros</b>	
<b>Anexo II – Quadros Sinópticos</b>	
<b>Anexo III – Mapas e Figuras</b>	

## Introdução

Tendo embarcado na aventura da interpretação quase por acaso, e passados já quinze anos de actividade como tradutora mas, essencialmente, como intérprete de conferência, sempre me perguntei como teria surgido esta profissão, quem teriam sido os primeiros intérpretes e como realizariam a sua actividade num mundo tão diferente do que conhecemos hoje.

Nessa altura, não estavam presentes na minha mente quaisquer condicionantes de localização geográfica ou temporal, mas com o passar do tempo e, após algumas leituras, começou a parecer-me cada vez mais aliciante partir à descoberta dos primeiros intérpretes portugueses. Acresce ainda a existência de relações familiares com a Ásia, nomeadamente Índia e Macau, de onde são originários o meu marido, a minha sogra e a minha cunhada e onde ainda residem alguns parentes, o que acabou por pesar na escolha da área geográfica de incidência do estudo.

Num mundo globalizado, a tradução e a interpretação constituem disciplinas essenciais para corresponder às necessidades e desafios da comunicação interlinguística e intercultural, exigindo o domínio de técnicas que se situam num plano verdadeiramente interdisciplinar. O mesmo era verdade na época dos Descobrimentos, uma vez que a necessidade de utilizar intérpretes se começou a colocar com a descoberta de novas terras e povos com línguas diferentes das comumente conhecidas: os portugueses terão tido certamente uma função pioneira também nesta área.

Verificando-se ainda que o número de teses apresentadas na área da interpretação em língua portuguesa é muito diminuto, centrando-se quase exclusivamente em contributos para a sua compreensão teórica, e sem um enfoque interdisciplinar, este trabalho pretende lançar algumas pistas para a compreensão dos primórdios desta profissão.

A fonte principal escolhida constitui um dos expoentes máximos da Cronística da Expansão, onde João de Barros traça um retrato vívido e pormenorizado do *Outro* civilizacional que os portugueses descobrem e com quem interagem.

O principal objectivo deste estudo é pois, proceder à caracterização pormenorizada dos *língua* portugueses sinalizados na *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, que foram, em essência, os primeiros intérpretes portugueses, traçando um esboço das suas competências, funções e circunstâncias de actuação.

Procuramos aqui estabelecer uma ponte entre a literatura e a história que nos permita descobrir quem foram, e quais os traços característicos, dos primeiros *língua* portugueses, bem como identificar como são sinalizadas, na fonte principal, as alturas, situações e circunstâncias em que se recorre aos seus serviços. São estes os principais vectores que norteiam a nossa análise, mas algumas digressões vão surgindo, na medida e que se tornaram essenciais para aprofundar alguns aspectos, surge, assim, o recurso a outros cronistas coevos e outros textos mais actuais que ajudaram a clarificar o percurso que se pretendia seguir.

Constata-se que ao longo do tempo, o perfil dos homens escolhidos para desempenhar a função de *língua* foi sofrendo alterações, directamente ligadas às necessidades de exploração dos territórios e às mudanças históricas que se vão sucedendo. Neste sentido é importante compreender as funções que realmente desempenhavam e delinear os condicionalismos históricos, linguísticos e sociais da sua actividade. A partir das poucas informações e vestígios recolhidos nos textos de João de Barros procuraremos concluir sobre o perfil biográfico de alguns *língua*.

A existência de uma versão digital fidedigna da fonte principal deste trabalho agilizou todo o processo de investigação e pesquisa da informação pertinente, mas houve sempre a preocupação de confrontar os dados recolhidos com a versão impressa da obra.

Assim, os dados e citações foram retirados da versão da *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras*

*do Oriente* em CD-ROM, intitulada “Décadas da Ásia de João de Barros”, que constitui o número 5 da Coleção Ophir da Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, editado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses em 1998, em versão modernizada<sup>1</sup>.

Com base na informação recolhida e com o suporte de quadros sinópticos, foram analisadas as formas como são sinalizadas na fonte principal, as alturas, situações e circunstâncias em que se recorre aos serviços de tradutores e intérpretes e as suas funções específicas.

Por outro lado, analisam-se alguns conceitos dos estudos de tradução e estudos de interpretação, procurando compreender de que forma divergem as necessidades linguísticas dos tradutores e dos intérpretes, o que permite proceder ao levantamento das ilações a retirar sobre as características que contribuiriam para que determinadas pessoas fossem seleccionadas para desempenhar a função de intérprete, em detrimento de outras.

Em termos de estrutura, o trabalho divide-se em três capítulos que vão desde a análise histórico-literária do autor e da obra utilizada como fonte principal, à identificação dos primeiros intérpretes/*língua* portugueses nela mencionados e à sinalização das funções por eles exercidas.

No primeiro capítulo, descreve-se sucintamente a vida de João de Barros e as obras anteriores às *Décadas da Ásia*. Seguidamente a atenção centra-se na fonte principal de todo este trabalho, a *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, considerando as três primeiras *Décadas da Ásia*, escritas pela própria pena de João de Barros, e a *Quarta Década*, escrita por João Baptista Lavanha com base nos escritos do próprio Barros, e

---

<sup>1</sup> Conforme indicado na introdução do referido CD-ROM: “tendo seguido, por isso, a única edição completa deste tipo, a de Hernâni Cidade (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945). Desta edição rectificámos os múltiplos erros de transcrição, apoiando-nos em concordâncias tiradas do texto electrónico. Corrigimos também muitos outros passos duvidosos, confrontando-os com as leituras da edição IN-CM ou, no caso da *Década 4ª*, com as da primeira edição de 1615”.

que constituem o *corpus* de referência. Para além da estrutura narrativa, aborda-se ainda o contexto de produção e publicação, fazendo referência a alguns dos cronistas coevos.

O segundo capítulo suporta integralmente o desenrolar do terceiro capítulo. Começando-se pela definição do conceito de intérprete, procura-se conhecer melhor a função destes profissionais e os trabalhos produzidos no âmbito dos Estudos de Tradução e Interpretação.

Seguidamente, faz-se a distinção entre tradutores e intérpretes no quadro da utilização das línguas e das competências necessárias para o exercício destas funções. No âmbito deste trabalho, a diferenciação entre tradutores e intérpretes justifica-se pelo facto de serem totalmente distintas as necessidades e formas de aplicação dos conhecimentos linguísticos por parte dos tradutores e dos intérpretes, bem como os objectivos últimos da tradução e da interpretação.

Surgem assim nomes e obras de referência em termos dos Estudos de Tradução e Interpretação ao nível internacional e nacional, com principal destaque para Susan Bassnet, Mona Baker, Miriam Shlesinger, Danica Seleskovitch, Franz Pöchhacker e Carlos Castilho Pais.

Nas obras destes e outros autores procuraram-se conceitos, mas essencialmente pistas de reflexão sobre os intérpretes profissionais, a forma como são seleccionados e treinados e as características particulares que os capacitam para as funções que desempenham enquanto mediadores da comunicação e agentes da interculturalidade. Dos trabalhos de investigação desenvolvidos pelo Professor Carlos Castilho Pais colheram-se exemplos mais concretos e muito úteis sobre os *língua*.

Nas obras de Tzvetan Todorov<sup>2</sup> e Stephen Greenblatt<sup>3</sup>, nas teses de doutoramento de Ingrid Cáceres Würsig<sup>4</sup> e de Maria Manuela Paiva<sup>5</sup> e nas dissertações

---

<sup>2</sup> Tzvetan Todorov, *The Conquest of America: the question of the other*, Tradução de Richard Howard, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1999.

<sup>3</sup> Stephen Greenblatt, *Maravillosas posesiones: el asombro ante el Nuevo Mundo*, Tradução de Socorro Giménez, Barcelona, Marbot Ediciones, 2008

<sup>4</sup> Ingrid Cáceres Würsig, *La traducción en España en el ámbito de las relaciones internacionales, con especial referencia a las naciones y lenguas germánicas (s.XVI-XIX)*, Tese de Doutoramento

de mestrado de Maria João Carvalho<sup>6</sup>, Lia Márcia Barroso Jucá Rolim<sup>7</sup> e Rebecca Frances Atkinson<sup>8</sup>, apesar de algumas óbvias diferenças temáticas, temporais e/ou geográficas, procuraram-se pontos de contacto e interesses partilhados por outros investigadores deste mesmo assunto noutras partes e/ou com outros enfoques.

O capítulo termina com a identificação dos *língua*, com o apoio dos quadros sinópticos que servem de base também ao terceiro capítulo e que se encontram inseridos no final, como Anexo.

No terceiro capítulo apontam-se os condicionalismos históricos, linguísticos e sociais que afectam os requisitos para a escolha destes primeiros intérpretes, sinalizam-se as funções e circunstâncias de actuação dos *língua*, conforme descritas na *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* e analisa-se o poder dos *língua* enquanto mediadores culturais, linguísticos e político-estratégicos.

Este levantamento sistemático e exaustivo com o fim de sinalizar em primeira mão as funções e circunstâncias de actuação dos *língua* mencionados na *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, constitui apenas uma primeira abordagem a uma fonte riquíssima relativamente à forma e modos como os portugueses ocuparam o espaço

---

apresentada à Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología, Madrid, 2000. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/4030/>>. Data de consulta: 21 de Setembro de 2010.

<sup>5</sup> Maria Manuela Gomes Paiva, *Traduzir em Macau: ler o outro: para uma história da mediação linguística e cultural*, Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, na especialidade de Estudos de Tradução apresentada à Universidade Aberta, 2008. Disponível em: <<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle/10400.2/1357>> Data de consulta: 25 de Outubro de 2010.

<sup>6</sup> Maria João Loução de Carvalho, *Gaspar Correia e dois perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira – Em busca de uma causalidade*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

<sup>7</sup> Lia Márcia Barroso Jucá Rolim, *Práticas de tradução no Ocidente: uma retrospectiva histórica*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410519\\_06\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410519_06_pretextual.pdf)>. Data de consulta: 10 de Outubro de 2010.

<sup>8</sup> Rebecca Frances Atkinson, *O intérprete em seu meio profissional: por uma voz mais alta*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410526\\_06\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410526_06_pretextual.pdf)>. Data de consulta: 10 de Outubro de 2010.

asiático e se relacionaram com o *Outro* nos séculos XV e XVI. Esperamos que outros trabalhos, nossos ou alheios, se sigam.

**Capítulo I – João de Barros: procurando a perenidade da  
*língua***

## Capítulo I – João de Barros: procurando a perenidade da *língua*

*Era João de Barros [...] homem de venerável presença, alvo de cor, olhos espertos, e nariz aquilino, barba comprida, e toda branca, magro, e não grande do corpo, na prática ainda que grave era aprazível, e de grande conversação.*<sup>9</sup>

Muitos são os epítetos utilizados para classificar João de Barros na *Revista Oceanos* Nº 27, de Julho/Setembro de 1996, publicada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses para assinalar o V centenário do seu nascimento, sob o título “João de Barros e o Cosmopolitismo do Renascimento”. Esta figura marcante da cultura portuguesa de Quinhentos é aí descrita como pedagogo, moralista, gramático, prosador, panegirista, geógrafo, historiador, cronista, pensador,

---

<sup>9</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, p. LVII

catequista, constituindo-se como um verdadeiro humanista, espelho da época dos descobrimentos e da expansão portuguesa.

A sua prolífica obra, composta ao longo dos 50 anos que medeiam entre a composição da *Crónica do Imperador Clarimundo* em 1520 e o seu falecimento em 1570, inclui quinze produções que analisaremos ao longo deste capítulo, tão diversas como os *Diálogos* de fim pedagógico-didáctico e exemplar, duas gramáticas, um romance de cavalaria, dois panegíricos, a *Ropicapnefma*, e aquilo que se poderá considerar, apesar de inacabado, um projecto universalista de história dos feitos dos portugueses, que ficou conhecido como as *Décadas da Ásia*.

A preocupação de João de Barros com a língua portuguesa e o esforço por ele desenvolvido para a sua sistematização e fixação justificariam, só por si, a escolha deste autor como referência, num trabalho onde se pretende estudar os primeiros intérpretes portugueses, e reinterpretar a figura dos *língua*, agentes maiores da utilização da língua portuguesa na presença oriental dos portugueses em quinhentos, já que o próprio “Barros concebe a língua portuguesa como companheira do império e considera uma nobre tarefa a daqueles que, cultivando-a, a valorizam”<sup>10</sup>.

Mas acresce a isto o facto de João de Barros ser um dos autores que maior cuidado denota na selecção e aproveitamento das fontes utilizadas para o seu escrever da história. Uma vez que não conhece *in loco* os espaços e factos que pretende narrar, procura os documentos que mais fielmente lhe podem transmitir o saber de que necessita, mesmo que estrangeiros, recorrendo ao serviço de tradutores que o assessoram na sua compreensão. Este esforço é algo inovador e está patente nas frequentes menções a textos que lhe servem de base e que lhe são interpretados: “E segundo o que desta sua escritura temos alcançado por alguns livros que nos foram

---

<sup>10</sup> Américo da Costa Ramalho, “João de Barros, Humanista”, in *Revista Oceanos* Nº 27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Julho/Setembro 1996, p. 70.

interpretados (...)”<sup>11</sup>”; “Este muro vem lançado em uma carta de geografia (...) a qual mandámos vir de lá [China] com um chim pera a interpretação dela e de alguns livros seus, que também houvemos (...)”<sup>12</sup>.

Por outro lado, nas suas *Décadas* (forma abreviada para aludir às quatro décadas escritas por João de Barros, e Lavanha com base nos seus escritos, da obra intitulada *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*), o autor recorre a uma linguagem pictórica de marcada carga estética<sup>13</sup> para descrever pormenorizadamente os sistemas sociais e políticos e os novos espaços descobertos e dá especial atenção à diversidade de culturas e de viveres que, para além de demonstrarem a sua abertura de espírito e amplitude de horizontes intelectuais, enriquecem a visão que se pretende ter do *outro*. Aliás, segundo Borges Coelho, João de Barros introduz uma “grande novidade [que] consiste em, antes de narrar a acção, descrever o cenário onde se movimentam os actores [sendo estas] descrições geográficas [...] particularmente inovadoras”<sup>14</sup>, como teremos oportunidade de salientar.

Não é meu propósito, nem teria cabimento num trabalho deste cunho, traçar aqui a biografia deste autor. Outros o fizeram anteriormente e com reconhecido brilhantismo, como Manuel Severim de Faria, Charles Ralph Boxer e António Borges Coelho. Assim, bebo das suas obras<sup>15</sup>, que enformam o traçado biográfico de João de Barros, e

---

<sup>11</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998. D. I, L. IX, C. III, p. 2

<sup>12</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998. D. III, L. II, C. VI, p. 3.

<sup>13</sup> A propósito das descrições de João de Barros não se deve deixar de ler o artigo de T. F. Earle “A linguagem pictórica de João de Barros nas *Décadas da Ásia*”, in *Revista Oceanos* N° 27, Julho/Setembro 1996, pp. 84-90, que comprova mais uma vez a “amplitude dos horizontes intelectuais do nosso escritor que [...] parece resumir na sua obra grande número das correntes do pensar e do sentir da sua época”, op. cit. p. 86.

<sup>14</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 53.

<sup>15</sup> Recorre-se aqui às seguintes obras: Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros por Manoel Severim de Faria e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778; e “Vida de João de Barros” in *Vários Discursos Políticos*, Lisboa, Officina de António Gomes, 1791, com modernização do texto realizada pela autora; Charles Ralph Boxer, *João*

apresento apenas as informações que me parecem mais importantes para compreender a figura deste autor e a sua relevância no âmbito do estudo das dinâmicas de poder dos primeiros intérpretes portugueses.

### 1.1. João de Barros: do homem e da obra

Os biógrafos de João de Barros situam a sua vida como tendo decorrido entre 1496 e 1570. Manuel Severim de Faria, o primeiro a assumir esta função, publica em 1778 o livro *Vida de João de Barros e índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, onde cita Viseu como local de nascimento de João de Barros, sendo filho bastardo de D. Lopo de Barros, criado de Afonso V, D. João II e D. Manuel, às ordens de quem assumiu ainda o cargo de corregedor de Entre-Tejo-e-Odiana (Alentejo).

Desde cedo João de Barros privou com os membros da corte: “Entrou [...] no serviço d’El Rei D. Manuel de tão poucos anos, que ele mesmo confessa que da idade do jogo de pião começara a servir no paço”<sup>16</sup>.

Conforme era hábito na época, em que “costumavam [...] os reis de Portugal mandar doutrinar os moços Fidalgos e os de Câmara, de que se serviam, em toda a boa disciplina e tinham para isso mestres no Paço que lhes ensinavam línguas, ciências, matemáticas, letras humanas, dançar, jogar as armas e outros virtuosos exercícios”<sup>17</sup>, João de Barros beneficiou desta aprendizagem. Os conhecimentos adquiridos, “a língua latina e grega, e as ciências matemáticas e letras humanas”<sup>18</sup>, vão ser postos ao serviço da coroa, não só enquanto feitor, mas também enquanto cronista e panegirista.

O convívio com o Príncipe D. João, futuro rei D. João III, foi uma constante na sua vida, não só durante a infância, como mais tarde, já com cerca de vinte anos, quando

---

*de Barros – Portuguese Humanist and Historian of Asia*, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1981; e António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria – Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*, Lisboa, Editorial Caminho, S.A., 1992.

<sup>16</sup> Manuel Severim de Faria, *op. cit.*, p. vii

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*

<sup>18</sup> *Idem*, p. viii

o Rei D. Manuel I o colocou ao serviço do Príncipe como guarda-roupa, facto que João de Barros assinala no prólogo da *Crónica do Imperador Clarimundo*, obra que terá sido escrita “por cima das arcas da vossa [D. João II] guardaroupa”<sup>19</sup>.

João de Barros inicia a sua produção literária<sup>20</sup> precisamente nesta altura, em 1520, com a mencionada *Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem, Tirada da Linguagem Ungara em a Nossa Portugueza*.

Trata-se de uma obra fantasiosa, escrita em oitavas com prosa intercalar, numa linha de ficcionalidade semelhante a um romance de cavalaria, contendo eventos de ordem sobrenatural e personagens maravilhosos, que ficou célebre através da profecia do mago Fanimor que constitui a “primeira expressão da mitificação épica do destino português [...] com vocação ao império universal”<sup>21</sup>. Foi editada em 1522, quando era rara a impressão de livros em Portugal e alvo de diversas reimpressões em 1553, 1601 e 1742, que denotam a popularidade e difusão da obra. A propósito do sucesso desta obra, comparativamente às suas restantes obras, muito mais significativas em termos de conteúdo e género, escreve Severim de Faria:

[...] sendo este livro fabuloso, e o primeiro parto de sua idade juvenil, teve melhor fortuna nas impressões, que as outras obras, e Décadas do mesmo Autor; donde se vê como o gosto do vulgo não se governa por razão, mas por apetite, e que o bom de ordinário contenta aos menos<sup>22</sup>.

É com o apoio do príncipe D. João, que, conforme João de Barros aponta no prólogo da obra, terá também revisto e emendado o manuscrito inicial, que o autor lê

---

<sup>19</sup> João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem, Tirada da Linguagem Ungara em a Nossa Portugueza*, Tomo I, Lisboa, Officina de João António da Silva, 1791, Prólogo. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=c5ECAAAAQAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>

<sup>20</sup> A cronologia das obras de João de Barros aqui apresentada segue de perto a reconstituição cronológica efectuada por Manuel Severim de Faria na sua obra *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, confrontada e complementada pelos dados versados por Charles Ralph Boxer em *João de Barros – Portuguese Humanist and Historian of Asia*, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1981(Cf. Bibliografia) e apresenta-se esquematicamente no Anexo I.

<sup>21</sup> Eduardo Lourenço, “Clarimundo: da ideologia à simbologia imperial” in *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, Século XVI, Volume II, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 578

<sup>22</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, op. cit., p. XXXI

pessoalmente esta obra ao Rei D. Manuel, em Évora. O monarca, “satisfazendo-se do estilo, lhe disse que havia dias desejava mandar pôr em memória as coisas da Índia, mas que nunca achara pessoa de quem as fiasse”<sup>23</sup>.

Considera-se que o *Clarimundo* serviu de “ensaio”<sup>24</sup> para “provar o estilo”<sup>25</sup> para a grande obra que João de Barros pretendia escrever sobre a história de Portugal e os feitos dos portugueses no Oriente, mas a morte de D. Manuel, em 1521, e a sua nomeação para altos cargos administrativos, que não lhe deixavam tempo livre para escrever, acabaram por fazer adiar esta tarefa, durante um largo período de 30 anos.

Os cargos profissionais que João de Barros desempenhou, “ligavam-no directamente à pessoa do rei, à família real e aos altos dignitários da corte, bem como aos grandes mercadores e financeiros(...)”<sup>26</sup>. Em 1522 ocupou um cargo na feitoria da fortaleza de S. Jorge da Mina. Regressado a Portugal, ocupa, em 1525, o cargo de “tesoureiro do dinheiro” da casa da Mina, seguindo-se a funções de tesoureiro da casa da Mina, tesoureiro da Casa da Índia e tesoureiro-mor da Casa de Ceuta. Em 1533 foi nomeado feitor das Casas da Guiné e Índias, cargo que exerceu até 1567, quando se reformou por motivos de saúde, conforme atesta António Borges Coelho:

[...] Com cerca de 70 anos, em 23-8-1567, João de Barros reforma-se a seu pedido, devido a uma trombose que lhe afecta a boca.<sup>27</sup>

Nos interregnos da sua actividade, João de Barros refugiava-se na quinta da Ribeira de Alitém (também referenciada como Litem), perto de Pombal, trazida para os bens do casal como parte do dote de sua mulher, Maria de Almeida. Estando nesta

---

<sup>23</sup> Manuel Severim de Faria, *idem*, p. IX

<sup>24</sup> Ana Isabel Buescu, “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial” in *Revista Oceanos* Nº 27, p. 11.

<sup>25</sup> Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, *op. cit.*, p. VIII.

<sup>26</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 19

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 62

Quinta em 1530, para escapar à peste que assolava a cidade de Lisboa, escreveu a *Ropicapnefma*<sup>28</sup>.

Este nome de inspiração grega foi dado a um colóquio de marcada carga metafórica, com grandes semelhanças a obras coetâneas como os autos vicentinos<sup>29</sup>. Não se trata de “uma obra de verdes anos mas [da obra] de um homem em plena pujança física e intelectual”<sup>30</sup> onde o autor “desvenda mais ousadamente o seu pensamento sobre problemas fundamentais da ideologia e da organização da sociedade”<sup>31</sup>, colocando as suas opiniões na boca da *Razão*, do *Tempo*, do *Entendimento* e da *Vontade*, as personagens da obra.

Na voz da *Razão*, João de Barros critica as desigualdades entre os *especiais da corte* e os *mecânicos, lavradores e tratantes* “os quais, dado que sejam a mais baixa qualidade em as repúblicas, pero é necessária para a sua conservação, por serem umas colunas, que sustêm todo o edifício. Ca, mediante o suor de todos estes, o sacerdote reza, o cavaleiro defende, o senhor governa”<sup>32</sup>. O tema é perigoso e, apesar da intenção de defender a fé cristã, e da ressalva do prólogo: “Quem lê entenda [...] Que a maior parte desta obra vai em metáfora”<sup>33</sup>, esta *Mercadoria Espiritual* será alvo de censura inquisitorial e inclusão no *Índex* de obras proibidas em 1581.

António Borges Coelho afirma que estamos “perante uma obra medievalizante e de rigorosa ortodoxia” apontando as manifestações dos “guardiões da ortodoxia” presentes em 88 citações provenientes do Novo Testamento, 75 do Antigo Testamento,

---

<sup>28</sup> Apesar de o Visconde de Azevedo usar *Ropica Pnefma*, optamos pela grafia preconizada por Américo da Costa Ramalho que afirma que “se Barros se saiu mal, nesta sua criação vocabular, por deficiente conhecimento do grego, mostram conhecer esta língua ainda menos do que ele, os que actualmente as escrevem em duas palavras”, em “João de Barros, Humanista”, in *Revista Oceanos* Nº 27, Julho/Setembro 1996, p. 70.

<sup>29</sup> Consultada a versão inserta na obra do Visconde de Azevedo, *Compilação de várias obras do insigne português João de Barros*, pp. 1-310

<sup>30</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 35

<sup>31</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 38

<sup>32</sup> Visconde de Azevedo, *Compilação de várias obras do insigne português João de Barros*, p. 59

<sup>33</sup> Introdução e argumento da *Ropicapnefma*, na *op. cit.* do Visconde de Azevedo, p. 9

40 de autores latinos, 19 de autores Gregos e 35 de Padres da igreja e autores medievais<sup>34</sup>, numa demonstração clara da cultura e conhecimentos de João de Barros.

Este posicionamento crítico relativamente às atitudes e comportamentos da sociedade sua contemporânea, sem nunca sair da ortodoxia, é geralmente considerado como “a manifestação mais explícita do erasmismo em Portugal”<sup>35</sup>, uma galáxia literária que se reflecte também na *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, onde as situações típicas do seu tempo não deixam de ser sinalizadas.

A nomeação como feitor da Casa da Índia, em 1533, trouxe responsabilidades acrescidas a João de Barros, pois era “(...) uma espécie de administrador principal da empresa de importação/exportação que controlava todo o comércio ultramarino (...)”<sup>36</sup>, mas também, através de um bom ordenado e privilégios, algum desafogo económico, que, diga-se, não viria a durar muito tempo, como se verá mais à frente.

Acresce ainda que o contacto directo com as mercadorias e produtos, bem como com informações privilegiadas, incluídas em regimentos, roteiros, relações, cartas e outros documentos, provenientes das diversas possessões do reino, entre elas, as que nos interessam neste trabalho, Índia e China, bem como “a natureza do cargo (...) revelar-se-ia decisiva na concepção e na realização do seu projecto historiográfico”<sup>37</sup>. Não esqueçamos que João de Barros nunca habitou os espaços que descreve, pelo que teve de se basear nos conhecimentos adquiridos através de outros meios.

Apesar dos seus deveres profissionais, neste ano ainda escreve e dedica ao monarca um panegírico, sob o título *Ao muito alto, e muito poderoso Rei de Portugal D. João III, deste nome, Panegírico em o ano de 1533. O Panegírico de D. João III*, como é comumente conhecido, foi lido em público, em Évora, em presença do seu destinatário, mas permaneceu manuscrito até 1740.

---

<sup>34</sup> Cf. Borges Coelho, *op. cit.*, pp. 75-76

<sup>35</sup> Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 12

<sup>36</sup> Borges Coelho, *op. cit.*, p. 41

<sup>37</sup> Buescu, *op. cit.*, p. 11

Afastando-se das críticas abertas à Igreja, contidas no seu anterior trabalho, a linguagem do *Panegírico* é erudita e contida, e Barros defende abertamente a necessidade do temor a Deus e da obediência ao Rei, salientando a ideia, sempre por ele preconizada, de que “as letras, as armas e o bom governo caminhavam a par”<sup>38</sup>.

Atente-se que, como escreve Borges Coelho, “Socialmente João de Barros pertenceu à nobreza funcionária, marcada pelo dinheiro e a mercadoria”<sup>39</sup>. Foi sócio e amigo de Fernão Álvares de Andrade, Aires da Cunha e Damião de Góis: com os dois primeiros *embarca na aventura brasileira*; o último dedica-lhe um livro.

Recorde-se que o uso da expressão *embarca* é metafórico, pois João de Barros não terá feito parte do contingente de homens que, na sequência da atribuição pelo Rei de uma capitania no Norte Brasileiro abarcando o extenso território de costa entre o Rio Grande e o Maranhão, partem em 1535 para tomar posse dela.

A expedição é-nos descrita pelo próprio João de Barros na *Década* Primeira como a maior jamais saída deste reino, mas infelizmente não foi bem sucedida, tendo naufragado na barra do Maranhão e “(...) vendo que não podiam levar avante a povoação por falta da gente, e mais coisas necessárias, se tornaram para o Reino”<sup>40</sup>. Uma nova tentativa de tomada de posse da capitania terá lugar em 1556, tendo João de Barros enviado nela dois dos seus filhos, Jerónimo e João. Durante cinco anos tentaram em vão povoar e colonizar a região sem sucesso, o que deixou João de Barros bastante endividado, conforme denota na *Década I* “(...) na memória eu o tenho mui vivo por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum”<sup>41</sup>.

Conviveu com a Rainha D. Catarina, com a Infanta D. Maria<sup>42</sup> e com o cardeal D. Henrique. “No Paço teve a oportunidade de conhecer em pessoa muitos dos heróis da

---

<sup>38</sup> Borges Coelho, *op. cit.*, p. 51

<sup>39</sup> *Idem*, p. 19

<sup>40</sup> Manuel Severim de Faria, *op. cit.*, p. XIX

<sup>41</sup> João de Barros, *Década I*, Liv. 6, Cap. 1

<sup>42</sup> Em 1538 João de Barros trabalhava no Paço da Ribeira, em instalações situadas nos baixos dos aposentos da rainha D. Catarina, onde podia acompanhar a educação devota que a rainha ministrava à sobrinha, a infanta D. Maria, segundo António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria, Sobre o percurso e a obra de João de Barros*, p. 41

Índia: Vasco da Gama, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Henrique de Meneses, Fernão Peres de Andrade e tantos outros”<sup>43</sup>.

1539 e 1540 foram anos de forte produção literária de João de Barros, essencialmente de carácter pedagógico e didáctico. Contam-se entre estes escritos a *Cartinha de João de Barros*, *O Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais*, a *Gramática da língua portuguesa* acompanhada de um *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, o *Diálogo da Viciosa Vergonha* e o *Diálogo Sobre Preceitos Morais em Forma de Jogo*.

A *Cartinha para aprender a ler*, ou mais propriamente cartilha, foi dedicada ao malogrado príncipe D. Filipe, sexto filho de D. João III, que à semelhança dos seus irmãos terá falecido precocemente com apenas seis anos, e que se diz por ela ter aprendido a ler. O carácter marcadamente pedagógico, e simultaneamente inovador, desta obra está bem explícito no sistema utilizado de aposição de uma figura à letra a aprender. Assim, sobre cada letra colocada numa pequena moldura sobrepõe-se uma figura de um objecto familiar e bem conhecido, num exercício mnemónico que facilita a fixação. Tentando fugir aos exemplos habitualmente dados do A e do B, e uma vez que todas as letras eram tratadas do mesmo modo, diremos que sobre a letra S, se encontrava uma sereia, sobre a letra L, um livro, ou sobre a letra C, um cesto, conforme se pode verificar na seguinte imagem.



Figura 1: As letras S, L e C na *Cartinha para Aprender a Ler* de João de Barros<sup>44</sup>

<sup>43</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 23

Na sequência da *Cartinha*, João de Barros escreve a *Gramática da Língua Portuguesa*. Trata-se, realmente, segundo Ana Isabel Buescu, da primeira gramática normativa e sistemática da língua portuguesa, apesar de ter sido precedida em cerca de quatro anos pela gramática publicada por Fernão de Oliveira em 1536, *A Gramática da Língua Portuguesa*, que constitui mais uma “primeira anotação da língua portuguesa, sem o carácter rigorosamente sistematizador de uma codificação gramatical”<sup>45</sup>.

Este esforço de valorização e dignificação da língua portuguesa é algo característico do renascimento europeu, em que se procura afirmar as línguas vernaculares enquanto diferenciadoras de um espaço e cultura nacionais. Isto mesmo está patente no facto de a *Gramática* ser acompanhada por um *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*<sup>46</sup>, no qual são interlocutores Barros e um seu filho. Nesta obra o autor afirma:

As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia [...] materiais são, e pode-as o tempo gastar, pero não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras deixarem.<sup>47</sup>

Num outro texto do mesmo ano, o *Diálogo da Viciosa Vergonha*, João de Barros recorre mais uma vez ao modelo do diálogo, e novamente à interlocução com o seu filho, António de Barros<sup>48</sup>. Este *Diálogo* assume um papel complementar em relação à *Gramática* e à *Cartinha*, levando os aprendentes um pouco mais além da educação intelectual e da aprendizagem das letras, dando aos “tenros sujeitos [...] os avisos

---

<sup>44</sup> João de Barros, *Grammatica Da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*, Edição facsimilada da edição de 1539 de Luís Rodrigues, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Biblioteca Nacional do Livro, Lisboa, Rio de Janeiro, 1996. Ver tábua completa na Figura 2, inserta no Anexo III.

<sup>45</sup> Ana Isabel Buescu, *op. cit.* p. 14

<sup>46</sup> Consultada a versão inserta na obra de Sheila Moura Hue (ed.), *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Viveiros de Castro Editora, Ltda., 2007, pp. 39-63, Disponível em:

<<http://books.google.pt/books?id=tg7n5bV9o9wC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

Data de consulta: 17 de Outubro de 2010.

<sup>47</sup> Sheila Moura Hue, *op. cit.*, p. 53

<sup>48</sup> Ao contrário do que se verifica nesta obra, em que o filho António é claramente identificado pelo nome em várias ocasiões, no *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, este apenas aparece nomeado uma vez.

necessários para aquela idade”<sup>49</sup>. Segundo Manuel Severim de Faria, João de Barros terá pedido ao “Doutor António Luiz, grande Médico e Filósofo daquele tempo lhe desse o que nesta matéria da vergonha tocava à Filosofia natural, para com toda a perfeição e certeza poder tratar de seus naturais princípios, compondo este um tratado que intitulou de *Pudore* que lhe dedicou”<sup>50</sup>. João de Barros parece praticar um acto que o caracteriza: procurar o saber onde ele se encontra, e que vai usar profusamente nas *Décadas* preocupando-se sempre em obter e conhecer as melhores fontes para o escrever da história, patente nas frequentes menções aos documentos originais a que tem acesso e aos esforços desenvolvidos para a sua compreensão<sup>51</sup>.

A quarta e última obra de carácter didático-pedagógico foi publicada também em 1540, sob o título *Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais, em forma de jogo*<sup>52</sup>.

Uma vez mais nos aparece o filho António como interlocutor do *pai* João de Barros, desta vez coadjuvado pela filha Catarina. O pai pinta uma árvore da ordem e processo das virtudes, de que princípios nascem e que fruto se consegue delas em que “os nomes vão em latim pela majestade da árvore” e se repete seguidamente a “sua significação em linguagem [vernácula]”<sup>53</sup>. João de Barros não deixa de denotar aqui a “majestade” que ainda era atribuída ao latim, mas dá lugar de destaque à língua vernacular ao utilizá-la para escrever o *Diálogo* e colocando-a ao lado do latim.

Com este *jogo de taboas* pretende Barros ensinar, de forma lúdica e facilmente memorizável, a Ética de Aristóteles, partindo do princípio aristotélico da alma enquanto tábua rasa sem pintura, que vai evoluindo na virtude ou se vai deteriorando pelos vícios. Os vícios e as virtudes são transmitidos com base nos ensinamentos dos filósofos que repartiram a vida em três partes, que dividiram as potências da alma, que ajudaram os

---

<sup>49</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, *op. cit.*, p. XXIII

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*

<sup>51</sup> vide ponto 1.2.2 Estrutura Narrativa

<sup>52</sup> Consultada a versão inserta na obra do Visconde de Azevedo *Compilação de várias obras do insigne português João de Barros*, pp. 311-386

<sup>53</sup> Visconde de Azevedo, *op. cit.*, p. 319

homens a aproximar-se do conhecimento de si próprios, que caracterizaram “*o sumo bem alcançável através das virtudes morais*”<sup>54</sup>. O jogo foi dedicado à Infanta D. Maria, “a qual o jogava com ElRey D. João seu pai destramente, segundo ele afirma em várias partes”<sup>55</sup>.

O ano de 1543 é apontado como ano provável da escrita de uma outra obra sua de grande relevância, onde, à semelhança do que vai acontecer em obras subsequentes João de Barros afirma a sua ortodoxia e defesa da fé cristã, bem como o seu espírito atento aos factos do seu tempo, o *Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos Judeus*. Este *Diálogo* foi dedicado ao Cardeal D. Henrique, nomeado Inquisidor Geral do Reino em 1538, que não concedeu autorização para a sua publicação, talvez por esta obra se inscrever, como sugere António Borges Coelho, “na linha daqueles poucos que ousaram advogar uma linha de diálogo e persuasão e não uma linha de repressão aos conversos”<sup>56</sup>. Só em 1950, I.S. Révah virá a publicar este manuscrito inédito.

O *Diálogo Evangélico* estabelece-se entre dois viajantes que personificam o Evangelho e o Talmude, o primeiro avisando o segundo para os perigos da não conversão/adopção das regras e crenças do cristianismo, fazendo clara referência aos autos-de-fé inquisitoriais, que poderão, de certa forma, ter pesado na decisão do autor para escrever esta obra.

Segundo Manuel Severim de Faria a obra seguinte de João de Barros foi impressa pela primeira vez em 1655, com o título de *Panegírico à muy alta, e esclarecida Princeza Infanta D. Maria nossa Senhora*<sup>57</sup>, correndo ao tempo sob a forma de manuscrito. João de Barros tê-la-á redigido para assinalar a atribuição a D. Maria do senhorio da cidade de Viseu, em 1545<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> Cf. respectivamente as pp. 317, 323-324, 313-314 e 318, da *op. cit.* do Visconde de Azevedo

<sup>55</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, *op. cit.*, p. XXV

<sup>56</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, p. 50

<sup>57</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, *op. cit.*, p. LXXI

<sup>58</sup> Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 12

Nesta obra, para além de, naturalmente, elogiar as qualidades de D. Maria, os seus grandes talentos e conhecimentos sobre as mais variadas ciências e artes, como afirma Ana Isabel Buescu, Barros distancia-se do “ideário do humanismo cristão de inspiração erasmiana [e mostra um] alinhamento ideológico com o Poder”, apelando com “veemência à defesa da fé católica”<sup>59</sup>.

A sua obra mais emblemática, conhecida como as *Décadas da Ásia* (*Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*), foi sendo escrita ao longo de todos estes anos, tendo as duas primeiras *Décadas* sido publicadas em anos subsequentes, 1552 e 1553; a terceira em 1563; e a quarta e última, só postumamente, em 1613 ou 1615<sup>60</sup>, tendo sido organizada a sua edição por João Baptista Lavanha por ordem de Filipe II, com base nos escritos do próprio Barros, que foram entregues a Lavanha pelos seus filhos.

Como anteriormente referido, já no reinado de D. Sebastião, em 1567, João de Barros retira-se das suas funções e recolhe-se na Quinta de Alitém, beneficiando de mercês e privilégios concedidos pelo monarca: “mil cruzados de tença em vida, e licença para poder mandar trazer da Índia tanto em drogas e mercadorias, que lhe ficassem no Reino quatro mil cruzados de ganhos líquidos [...] filhou-o por Fidalgo com dois mil reis de moradia, e que por sua morte ficassem cinquenta mil reis de tença a sua mulher [...] e cento e cinquenta mil reis a seu filho Jerónimo de Barros [...], o que tudo depois se cumpriu”<sup>61</sup>.

A 21 de Outubro de 1570 João de Barros morre, sendo sepultado “em uma Ermida da invocação de Santo António, que está além do rio Arunca no termo de Leiria”<sup>62</sup>. Há notícias da sua trasladação para a igreja paroquial de Alcobaça, por

---

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*

<sup>60</sup> Dados discrepantes entre Severim de Faria, que refere 1613 como ano de publicação, *op. cit.*, p. LXVIII, e C. R. Boxer em *João de Barros*, p. 12, reiterado por Buescu, *op. cit.*, p. 22, indicando 1615.

<sup>61</sup> Manuel Severim de Faria, *op. cit.*, p. LV

<sup>62</sup> Manuel Severim de Faria, *op. cit.*, p. LVII

intervenção do seu afilhado, o Bispo D. Jorge de Ataíde, mas não resta qualquer lápide ou vestígio conhecido<sup>63</sup>.

João de Barros é, inquestionavelmente, um dos mais proeminentes humanistas portugueses, incluído por Boxer na terceira categoria daqueles que mantiveram a sua fé religiosa e ortodoxia, cultivando ardentemente a literatura grega e latina sem se deixarem afectar profundamente pelos ideais destas<sup>64</sup>. Desde a *Ropicapnefma* que se denota o seu grande conhecimento das letras, dos autores clássicos e das escrituras, num aproveitamento muito próprio ao longo do seu discurso autoral.

João de Barros deixou marcas em vários campos, que passam pela literatura, história, geografia e línguas, sendo um dos maiores defensores da língua portuguesa e “[p]ela sua formação humanista e sólida erudição, e pela proximidade com a corte régia, onde com maior incidência se faziam sentir as novidades, a [sua] obra não deixa de reflectir o entrecruzar de caminhos [e influências, acrescentaria] que se abriam aos intelectuais de Quinhentos”<sup>65</sup>.

As quatro obras pedagógicas - *Cartilha*, *Gramática*, *Diálogo da Viciosa Vergonha* e *Diálogo de Preceitos Morais com Prática Deles em Modo de Jogo* – denotam a importância que João de Barros dava à necessidade da educação dos jovens, não só no caminho das letras, como da religião, da moral e dos bons costumes, como bases matriciais do vasto programa pedagógico por ele traçado<sup>66</sup>. Barros foi, assim, um dos principais agentes de introdução, fixação e normalização do português enquanto língua vernacular, e apesar de se mostrar humilde dizendo: “mais músico sou da boa linguagem portuguesa na orelha que na voz”<sup>67</sup>, a verdade é que “foi o primeiro Autor que reduziu nossa língua a Arte”<sup>68</sup>.

---

<sup>63</sup> Cf. Boxer, *op. cit.*, p. 12 e Buescu, *op. cit.*, p. 12

<sup>64</sup> Cf. Boxer, *op. cit.*, p. 14: “Those who retained their religious beliefs and orthodoxy in full measure, and who ardently cultivated Greek and Latin literature without being deeply affected by Greek and Roman ideals”.

<sup>65</sup> Cf. Idem, p. 12

<sup>66</sup> Ana Isabel Buescu, *op. cit.*, p. 14

<sup>67</sup> Visconde de Azevedo, *Prólogo à Ropicapnefma*, *op. cit.*, p. 3

<sup>68</sup> Severim de Faria, *op. cit.*, p. XXII

Como tantas vezes acontece, até em épocas mais actuais, a obra de João de Barros não teve o devido reconhecimento por parte dos seus contemporâneos, salvo raras excepções, como Damião de Góis que lhe dedica a obra *Fides, Religio, Moresque Aethiopum*, e outros homens de cultura, essencialmente estrangeiros. Nos países europeus não faltam traduções das suas obras, como a conhecida tradução italiana de Afonso de Ulhoa, publicada em Veneza em dois volumes em 1561-1562. O desencanto do autor com esta situação perpassa na *Apologia em lugar de Prólogo da Década IV*, onde assinala o poder da sua escrita, mas também os sacrifícios que fez na sua prossecução, sendo “atormentado no espírito e assombrado no castigo”<sup>69</sup> das palavras de *Amigos e Parentes*.

Barros dedica-se a uma série de géneros literários onde se denota claramente a sua preocupação e apreço pela língua portuguesa, bem como o seu olhar atento e sensibilidade às grandes questões da sua época: “gramático, pedagogo, ensaísta, geógrafo, historiador e político [...] acompanha e adianta novidades científicas [...] e participa no debate cultural, ideológico e político do seu tempo”<sup>70</sup>, como se depreende da leitura das suas obras.

Desde muito novo que João de Barros assume a vocação de dar a conhecer ao mundo os grandiosos feitos que os Portugueses tinham realizado em terras do Oriente e que corriam o risco de ficarem no esquecimento se não houvesse alguém que os divulgasse. Mas tal obra não podia ser realizada sem a devida preparação. Protegido por monarcas, primeiro D. Manuel I, seguido de D. João III, Barros não podia deixar de transparecer nas suas *Décadas* a defesa da corte e dos seus senhores mas também o seu patriotismo: escrevo por "zelo da glória, que se deve a Vossas armas, e fama a meus naturais, que militando nelas verteram seu sangue, e vida”<sup>71</sup>.

A sua mundivivência não se consuma numa vida no estrangeiro, como acontece com outros cronistas, como Fernão Lopes de Castanheda ou Gaspar Correia, mas advém

---

<sup>69</sup> João de Barros, *Apologia*, *Década IV*

<sup>70</sup> António Borges Coelho, João de Barros e a questão judaico-cristã-nova, in *Revista Oceanos*, *op. cit.*, p. 76

<sup>71</sup> João de Barros, *Prólogo*, *Década I*

do contacto com as obras, com o estudo aturado de fontes diversas que lhe chegam às mãos e que não deixa de citar “por não roubar o seu a cujo é”<sup>72</sup>, do convívio directo com a corte e com altos dignitários que a visitam.

Fortemente criticado na sua época por não conhecer os espaços que descreve, Barros não *vê*, mas sabe ouvir, compilar e seleccionar o que é importante, o que contribui para exaltar os seus contemporâneos, os heróis da epopeia portuguesa dos descobrimentos, que, na visão de Barros vão para além do Rei e do oficialato. Como diz António Coimbra Martins, “Barros é franca e inteiramente o homem do reino. O mais digno e imperial dos nossos historiadores”<sup>73</sup>.

Pretenderia agradar às instâncias superiores? Talvez, mas isso seria apenas algo natural num homem que, como já vimos, jogou ao pião no Paço, cresceu servindo Príncipes e se fez homem privando com os privilegiados do reino.

---

<sup>72</sup> *Idem*

<sup>73</sup> António Coimbra Martins, “Seis escritores da Ásia portuguesa (excerto)” in *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, op. cit., p. 394

## **1.2. A Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente**

*O texto, antes de mais nada, é um produto. [...] É um testemunho do esforço de criação individual, dos condicionamentos sociais, das dimensões culturais, das condições económicas, dos conflitos éticos e das contradições políticas, que configuram o espaço em que foi criado e publicado. [...] O autor consubstancia em si ideias, valores, opções, crenças, linguagens, visões do mundo que pertencem à sociedade e ao tempo em que se insere [e é] com elas que vai atribuir significados às suas obras.<sup>74</sup>*

Conforme afirma Ricardo Prata, não se pode analisar qualquer texto sem tentar compreender “o espaço em que foi criado e publicado”, e as condições daí decorrentes que enformam a visão do autor e, conseqüentemente, a sua obra.

Assim, para entender o contexto de produção e publicação da fonte principal de que nos ocupamos neste trabalho, *a Ásia de João de Barros: dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, torna-se imprescindível conhecer a situação política, cultural e social da época em que foi produzida, bem como as condicionantes que presidiram à sua publicação.

Naturalmente que as questões políticas, culturais e sociais não constituem matérias estanques, manifestando-se nas obras da época enquanto rede entretecida de influências que caracterizam a produção literária desta altura e que tentaremos caracterizar nas próximas páginas.

---

<sup>74</sup> Ricardo Prata, "Literatura e história: o texto e o autor", in *Actas do Colóquio Literatura e História: para uma prática interdisciplinar*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, p. 279-284.

### 1.2.1. Contexto de produção e publicação

Como vimos anteriormente, João de Barros nasceu por volta de 1496 e morreu em 1570, tendo, assim, vivido e escrito as suas obras durante o reinado de três monarcas: D. Manuel I (1495-1521); D. João III (1521-1557); e, finalmente D. Sebastião (1557-1578).

A *Década IV* só viria a ser publicada postumamente por ordem de Filipe II, que encarregou João Baptista Lavanha de coligir e sopear os documentos redigidos por João de Barros que lhe teriam sido entregues pelos seus familiares.

Neste espaço de tempo Portugal foi palco de várias alterações ao nível das políticas internas e externas desenvolvidas e implementadas pelos diferentes monarcas, naturalmente decorrentes do seu cunho pessoal, mas também reflexivas da evolução socioeconómica, das correntes ideológicas e dos avanços científicos que caracterizaram a época.

Quando D. Manuel, de cognome o *Venturoso*, sobe ao trono, em 1495, recebe um poder forte, pois o seu antecessor, D. João II, vencera todas as forças que se opunham ao livre exercício da soberania do rei, exactamente no momento em que a Nação se encontrava em marcha ascendente para alcançar a sua mais elevada projecção<sup>75</sup>. Ao nível interno, o seu reinado pautou-se pela maior centralização do poder e da administração pública, num governo tendente para o absolutismo.

Prosseguiu os esforços já desenvolvidos por D. João II na preparação da viagem marítima à Índia, tendo partido em 1497 a armada de Vasco da Gama, que chegou a Calecut a 20 de Maio de 1498. Em 1500 uma nova armada destinada à Índia chega a Terras de Santa Cruz, “descobrimo-se” o Brasil (pensa-se que já se conhecia a sua existência mas de forma oficiosa).

Mas, conforme afirma João Paulo Oliveira e Costa, na mais recente biografia deste rei “D. Manuel não foi só o continuador de muitas das políticas centralizadoras e

---

<sup>75</sup> Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, vol. IV, p. 157

imperialistas de D. João II, [ele] desenvolveu igualmente ideias próprias, que começou a pôr em acção assim que subiu ao trono (...)<sup>76</sup>.

D. Manuel protegeu sempre os interesses nacionais, conseguindo através de artifícios diplomáticos, manter-se afastado das inúmeras lutas e disputas que tiveram lugar entre os estados europeus naquela época. A educação e a cultura mereceram também a sua atenção, tendo promovido a reforma dos Estudos Gerais e da universidade de Lisboa, que ficou, no entanto, privada de autonomia e sujeita a aprovação real na sua acção. A ele se deve o estilo mais tarde denominado de manuelino, conhecido através de obras emblemáticas como o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, pejado de motivos e símbolos inspirados no mar e nas descobertas, como a cruz de Cristo e a esfera armilar.

Foi ainda durante o reinado de D. Manuel que Afonso de Albuquerque sedimentou a acção do vice-rei Francisco de Almeida, estabelecendo um plano de criação de fontes de receita pela imposição de tributos aos territórios conquistados e continuação do esforço de conquista de novas áreas. No âmbito do nosso estudo, estes dois vice-reis revestem-se de especial significado, já que são aqueles com mais *línguas* ao seu serviço, de acordo com a obra de João de Barros<sup>77</sup>, que sinaliza como actuando nesta altura treze dos vinte e quatro mencionados: Gaspar da Gama (1499-1510), Gonçalo Madeira (1501), Gaspar Pires (1507), Gaspar Rodrigues (1507-1508), António (1508), Francisco de Albuquerque (1510), Rui de Araújo (1512), João Machado e Bastião Rodrigues (1512), Samuel (1512), Duarte Vaz (1515), Tristão de Ataíde/Taíde ou Alexandre de Ataíde/Taíde (1510-1515)<sup>78</sup>.

O Império Ultramarino Português consubstancia-se nesta altura, bem como o monopólio do comércio das Índias. Como explica João Paulo Oliveira e Costa: “na segunda década quinhentista, além das alterações provocadas pela política de

---

<sup>76</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I – 1469-1521 – Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2011, p. 25

<sup>77</sup> Vide Quadros Sinópticos incluídos como Anexo II. Francisco de Almeida foi Vice-Rei entre 1505 e 1508, Afonso de Albuquerque foi Governador entre 1508 e 1515.

<sup>78</sup> Defendemos que Tristão e Alexandre de Ataíde/Taíde são a mesma pessoa, devendo ter havido um lapso de João de Barros quanto ao nome. Cf. Quadros Sinópticos e pp. 104-107 desta dissertação

Albuquerque, que deram uma maior dimensão asiática ao Estado da Índia, o próprio rei alargou os seus objectivos e tendeu para a concepção de uma política de controlo global dos mares do Oriente, que se revelaria contudo impraticável”<sup>79</sup>. Neste projecto imperial Portugal passa a contar com praças-fortes e alianças firmadas, incluindo-se entre os locais de destaque Calecut, Cochim, Cananor, Goa, Malaca, Ormuz, Ilhas Molucas e Timor, não esquecendo os esforços desenvolvidos também no Atlântico, com o maior conhecimento e exploração do recém-descoberto Brasil, e a descida para sul, rumo a paragens marroquinas, como Safim e Azamor.

A D. Manuel sucede D. João III, em 1521, reinando até 1557. Quando sobe ao trono o *Piedoso*, contando apenas 19 anos de idade, era senhor de domínios em três continentes, abrangendo as praças de Marrocos, as ilhas portuguesas do Atlântico, as feitorias da costa ocidental e oriental de África, a província de Santa Cruz e o Império do Oriente, até aos confins de Malaca<sup>80</sup>.

Os 36 anos do seu reinado pautaram-se pela grande incidência no domínio e povoação do Brasil, sendo célebres algumas medidas como as capitánias com privilégios especiais que, por terem falhado, acabaram por dar origem à criação de um governo central directamente ligado à coroa, sendo o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, nomeado em 1549.

A conjuntura nacional não facilitou a vida a este rei que teve de enfrentar diversos tipos de problemas de ordem religiosa, política, financeira, de saúde pública e mesmo de sucessão, já que os seis filhos que teve acabaram por falecer provavelmente devido a consanguinidade, tendo o trono sido herdado por um neto - D. Sebastião.

Acusado de fanatismo religioso e de sobreprotecção da Igreja, em geral, e dos Jesuítas, em particular, foi durante o seu reinado, em 1536, que se instalou o Santo

---

<sup>79</sup> João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 236

<sup>80</sup> Joel Serrão, *op. cit.*, vol. III, p. 392

Ofício da Inquisição em Portugal, ficando a partir de 1539 sob a alçada do cardeal D. Henrique<sup>81</sup>, irmão do rei, multiplicando-se a partir do ano seguinte os autos-de-fé.

O estabelecimento da Inquisição deu origem à perseguição de judeus e cristãos-novos que acabaram por fugir para França levando consigo algum poder económico, derivado da sua actividade financeira e comercial, o que contribuiu para agravar a situação económica do país.

Por outro lado, a acção da Inquisição fazia-se sentir também a outros níveis, como o social e o cultural, que mais nos interessam neste trabalho. Para além do clima de insegurança provocado pela possibilidade de qualquer pessoa ser julgada pela Inquisição com base numa denúncia, mais ou menos anónima, com tremendas repercussões sociais, acresce ainda que foi criado em Portugal um *Índex* de livros proibidos onde foram incluídas obras de autores como Damião de Góis, Gil Vicente e João de Barros, que viu o seu *Diálogo Evangélico sobre os artigos da fé contra o Talmud dos Judeus*, escrito em 1543, aí inserido como livro proibido.

Ana Paula Avelar salienta que “[o] jovem monarca seguiu os conselhos de D. Manuel [e] manteve junto a si muitos dos que tinha acompanhado seu pai, preservando a continuidade governativa”<sup>82</sup>, mas introduzindo algumas mudanças dando-lhe o seu cunho pessoal, nomeadamente através da escolha de novos conselheiros e de uma maior centralização do poder na pessoa do rei.

A precária situação económica do país estava muito ligada aos problemas de administração à distância, impostos pelo vasto império, que exigia o recurso a empréstimos estrangeiros para fazer face a estes encargos, bem como aos da pesada máquina estatal e do fausto em que a corte vivia.

---

<sup>81</sup> Sobre a acção inquisitorial do Cardeal D. Henrique veja-se Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira, *Cardeal D. Henrique: um Pensamento em Acção (1539-1578)*, Tese de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004.

<sup>82</sup> Ana Paula Avelar, “D. João III - O Piedoso - 1521-1557” in *História dos Reis de Portugal. Da Fundação à Perda da Independência*, Lisboa e Matosinhos, Academia Portuguesa de História e Quid Novi, 2010, p. 700

D. João foi forçado a abandonar Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila, na África, pois os custos de envio de reforços e armas tornavam-se inimportáveis, mas continuou a expansão para o Oriente, atingindo a China e o Japão e conseguindo conquistar Damão e estabelecer as fortalezas de Diu e Baçaim. Como refere Ana Paula Avelar “conquistava-se para comerciar, e não para povoar; conseqüentemente o Oriente seria o espaço a proteger, em detrimento do reforço da presença em África”<sup>83</sup>.

Apesar das divergências de opinião dos historiadores quanto a esta figura da nossa história, todos parecem concordar que D. João III não terá sido um estadista brilhante, mas que sempre procurou defender os interesses do reino através de uma intensa actividade diplomática, com as principais potências europeias da época, e tentado manter nas suas mãos a máquina do governo, convocando para isso reuniões regulares do Conselho Régio.

Em termos de política cultural, a protecção à cultura exercida por D. João III está patente na proliferação de autores com obras de diversos teores como Gil Vicente, Garcia de Resende, Damião de Góis, Sá de Miranda, Bernadim Ribeiro, André Resende, Diogo de Teive, Pedro Nunes, Camões e o “nosso” João de Barros, que conseguiram o apoio régio para a publicação dos seus textos.

Em termos gerais, pode dizer-se que os reinados de D. Manuel e D. João III apresentam uma certa continuidade em termos da política interna, com uma grande centralização do poder na figura do rei. No entanto, em termos de política externa, D. João III teve de mover-se em meandros um pouco diferentes, decorrentes da diversidade de povos que passaram a fazer parte do seu monopólio. Inicia-se a época primordial dos esforços diplomáticos, assiste-se à alteração de uma política de imperialismo preconizada e implementada no reinado de D. Manuel para uma política externa mais assente em contactos amigáveis, cooperação e colaboração, procurada por D. João II, essencialmente com a China e o Japão.

---

<sup>83</sup> Ana Paula Avelar, “D. João III - O Piedoso - 1521-1557”, op. cit., p. 720

Durante o reinado de D. João III, Portugal passou de grande potência no auge do seu apogeu, a nação apagada e endividada a que, para além dos problemas já indicados, não são alheios ainda alguns “desastres naturais” como a escassez de alimentos, epidemias e sismos.

Devido a tudo isto D. Sebastião, rei com apenas 3 anos de idade, herda um império pouco sedimentado e com fortes dificuldades económicas. Até atingir a maioridade, proclamada aos 14 anos de idade, a regência é garantida primeiramente pela sua avó, a rainha D. Catarina, viúva de D. João III, e depois pelo Cardeal D. Henrique, seu tio-avô.

Durante este reinado os esforços concentram-se na defesa, preservação e fortalecimento dos territórios já conquistados, mais do que na conquista de novos, com excepção para Macau e Damão, onde os portugueses se estabeleceram em 1557 e 1559, respectivamente. A defesa militar assumiu maior importância, já que os ataques às praças-fortes se sucediam. Para além disso, como refere Maria do Rosário Themudo Barata, regista-se “a continuação da institucionalização do reino, no que dizia respeito ao poder régio e a todas as pirâmides de auscultação e de decisão ao nível da justiça, da cultura, da administração financeira, da organização militar e da vida eclesiástica”<sup>84</sup>.

Por outro lado, o temperamento simultaneamente guerreiro e contemplativo de D. Sebastião acabou por ser desastroso para Portugal, tendo posto em causa a sua independência ao não deixar herdeiro. A sua fixação na conquista de Marrocos, convencido de que estava destinado a chefiar esta nova cruzada contra os infiéis e que contava, por isso, com a protecção divina, leva-o a obter empréstimos avultados e mover influências para conseguir o dinheiro e os homens necessários aos seus intentos. Maria do Rosário Themudo Barata salienta que “ao decréscimo nos rendimentos do comércio, às dívidas internas contraídas para equipar as armadas e pagar a guarnição dos lugares fortificados, se tinham juntado os pagamentos de dotes e a compra das

---

<sup>84</sup> Maria do Rosário Themudo Barata Azevedo Cruz, “D. Sebastião - O Desejado – 1557-1578” in *História dos Reis de Portugal. Da Fundação à Perda da Independência*, Lisboa e Matosinhos, Academia Portuguesa de História e Quid Novi, 2010, p. 740

Molucas (...) [bem como] os custos com a defesa da costa do Algarve contra os turcos, a defesa dos lugares de África e com as provisões na Mina, na Índia e no Brasil”<sup>85</sup>.

Desta forma o *Desejado* deixou o país ainda mais fragilizado e a derrota de Alcácer Quibir (1578), que causou a morte (ou pelo menos o desaparecimento) do próprio rei teve consequências catastróficas, e acabou por originar o abandono de muitas colónias portuguesas no Norte de África, para além de deixar o caminho livre ao domínio espanhol.

Em termos de produção escrita, a época dos descobrimentos foi uma das mais ricas e variadas da história portuguesa, surgindo cartas de navegar, relatos e relações de diverso teor, diários de bordo cheios de impressões pessoais, obras de carácter biográfico, exemplar, tratados de drogas e medicinas, uma panóplia de obras com os mais diversos fins, sendo ainda de mencionar a epistolografia que permite obter informação valiosa sobre as condições de vida reais. Com fins distintos, que vão desde a recolha e comunicação de informações úteis, até à função auto-biográfica, que visa muitas vezes a obtenção de privilégios, passando pelo enaltecimento de figuras da nossa história, as obras desta época, nas mais diversas áreas, espelham uma cultura do antigo, da herança histórica em confronto com o novo, os novos tempos, mas também os novos mundos. Conforme já vimos, João de Barros recorre a diversos destes textos, não só portugueses, como estrangeiros, para recolher a informação de que necessita para escrever as suas *Décadas da Ásia*, nomeadamente a cartas de navegar onde recolhe muitas referências geográficas que inclui nesta obra. No entanto, como se depreende da passagem abaixo transcrita, o autor diferencia claramente os propósitos das referências geográficas insertas nas *Décadas da Ásia* das das outras obras, mais propriamente, neste caso, da sua *Geografia*:

Porque, per modo de graduação como usamos em as távoas da nossa Geografia, lá se verá mais a olho verificada esta descrição pois (como dissemos) aqui não serve mais que pera dar razão da história e não pera situação de lugares<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Maria do Rosário Themudo Barata Azevedo Cruz, “D. Sebastião - O Desejado – 1557-1578”, *op. cit.*, p. 747

A atmosfera cultural do renascimento e humanismo caracteriza-se pela estética literária de valorização dos clássicos gregos e latinos de modo selectivo e crítico, com ênfase em processos de apropriação autoral que visavam narrar os novos mundos entretanto encontrados, facto reflectido nas obras de João de Barros cuja educação, recorde-se, passou pelos clássicos, que cita frequentemente. O humanismo distingue-se pela defesa de uma visão do mundo centrada no homem e na natureza, opondo-se ao teocentrismo medieval, mas sem deixar de lado a providência divina. É interessante notar que a palavra humanista era usada na época para descrever aqueles que se dedicavam ao estudo das letras e da cultura greco-latina, como era o caso de João de Barros, enquanto o conceito de humanismo só aparece mais tarde, numa perspectiva diacrónica. O renascimento português tinha uma feição fortemente prática e empírica, centrado no experiencialismo: o célebre “saber de experiência feito”, daí que fosse tão importante narrar o que tinha sido visto e ouvido nos novos mundos que iam sendo descobertos, ainda que com recurso a informações de terceiros, como no caso do nosso autor.

Em termos da cronística da Expansão, nomeadamente em *paragens orientais*, que mais nos interessam neste estudo, assumem especial relevância, também por serem os primeiros, três grandes autores e obras: Fernão Lopes de Castanheda com a sua *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Gaspar Correia que escreveu as *Lendas da Índia* e, naturalmente, João de Barros com a *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente*.

Apesar de as *Lendas da Índia* terem permanecido manuscritas até ao século XIX, estes três autores “escreveram na primeira metade do século XVI e sobre esse

---

<sup>86</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. I, L. IX, C. I, p. 2

mesmo período”, e na língua vernacular, denunciando “uma intencionalidade própria e comum [...], uma forma específica e propositada de transmitir a *História*”<sup>87</sup>.

Não nos cabe aqui confrontar os relatos destes três cronistas, trabalho aliás já realizado por Ana Paula Avelar em duas obras de fundo publicadas em 2003: *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão e Visões do Oriente, Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos* (cf. bibliografia), mas não podemos deixar de salientar duas diferenças significativas e algumas semelhanças.

Em termos de grande diferença é importante referir que, ao contrário de Fernão Lopes de Castanheda, que viveu 10 anos em paragens orientais, e de Gaspar Correia, que viveu na Índia durante cerca de 50 anos e onde terá mesmo escrito as suas *Lendas da Índia*, João de Barros é frequentemente apelidado de *cronista de secretária*, por nunca ter visto os espaços que descreve. A este propósito escreve António Coimbra Martins que “Barros elaborou em gabinete, com estudo, arte e inteligência, de um ponto de vista imperial e católico-patriótico, a vasta documentação que da Ásia lhe chegava”<sup>88</sup>.

Uma demonstração desta diferença essencial encontra-se no texto prologal que Gaspar Correia endereça “Aos Senhores Letores” no início das suas *Lendas da Índia*, onde se lê: “tomei em vontade fazer algumas breues lembranças na verdade que passarão as que vi; e as que erão passadas trabalhei com muito cuidado, perguntando a homens antigos, que foram neste descobrimento, e as duvidas tirando com os proprios homens que nos feitos se acharão, em que achei alguns homens que vierão nas proprias naos do descobrimento; e também por algumas lembranças, que achei em poder de mouros e gentios e, mormente em Cananor, que escreverão com espanto de verem o que nunca cuidarão”<sup>89</sup>, reflectindo claramente a intenção do autor escrever o que viu e

---

<sup>87</sup> Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, pp. 17-18

<sup>88</sup> António Coimbra Martins, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, p. 134

<sup>89</sup> Gaspar Correia, “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner

ouviu directamente. Este mesmo desígnio é apontado por Fernão Lopes de Castanheda no *Prólogo do Terceiro Livro do Descobrimento & Conquista da Índia, pelos Portugueses Dirigido á muyto alta & Serenissima Raynha dona Caterina de Portugal nossa senhora*: “[...] & se me eu detiue vinte tantos annos em escreuer esta historia, foy porque a fizese como auia de ser, principalmête na verdade. E esta certifico a V. A. que a não soube em minha casa, nem a mãey pregũtar por escripto aos que a sabião [...] [m]as que a fuy saber á Índia passando na viagẽ brauas, & terríveis tormêtas [...]”<sup>90</sup>.

A segunda diferença significativa é a organização das obras destes cronistas. João de Barros, como já assinalámos, divide a sua obra em décadas, das quais apenas vê três publicadas, e a quarta (organizada por Lavanha) foi publicada postumamente; também Fernão Lopes de Castanheda organiza a sua *Historia do descobrimento & conquista da Índia pelos Portugueses* em dez livros, incluídos num total de oito volumes, dos quais vê seis serem publicados entre 1551 e 1554, tendo os últimos dois sido publicados postumamente, o volume VII sem lugar nem data e o VIII em 1561; e a obra de Gaspar Correia permaneceu manuscrita até ao século XIX, tendo sido publicada em 6 volumes sob direcção de Rodrigo José de Lima Felner entre 1858 e 1863 (cf. bibliografia).

Castanheda segue a ordem cronológica dos mandatos dos governadores, assinalando-o claramente no início de cada livro com as seguintes menções: Livro I “em que se contem ho descobrimento da Índia per dom Vasco da Gama cõde da Vidigueira & almirante do mar Indico. E a guerra que fizerão os Portugueses a el rey de Calicut no tempo que forão capitães mores Francisco dalbuquerque & Duarte Pacheco”<sup>91</sup>; Livro II “Em que se contem o que os Portugueses fizerão, sendo della Visorey Dom Francisco

---

(dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, p. 2. Disponível em: < >. Data de consulta: 2 de Janeiro de 2011.

<sup>90</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, Prólogo. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=cSMPAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>

<sup>91</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III e V, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 1. Disponível em: < >. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2010.

Dalmeyda, do anno de mil & quinhentos & cinco, ate ho de mil & quinhentos & noue”<sup>92</sup>; Livro III “em que se contem as cousas que forão feytas no tempo que Afonso dalbuquerque a gouernou”<sup>93</sup>; Livro IV “No tempo que a gouernou Lopo Soarez”<sup>94</sup>; Livro V “No tempo que a gouernou Diogo lopez de sequeira”<sup>95</sup>; Livro VI “Em que se contê o que eles fizerão no tempo que a gouernarão dõ Duarte de Meneses, Dom Vasco da gama conde da Vidigueira & almirante do mar Indico. E dom Anrrique de Meneses”<sup>96</sup>; Livro VII “Em que contê o que eles fizerão gouernandoa Lopo Vaz de sam payo”<sup>97</sup>; Livro VIII “Em que se cotem o q os Portugueses fizerão na India, & em outras partes do oriête, gouernandoa Nuno da cunha”<sup>98</sup>.

Gaspar Correia parece utilizar um esquema cronológico semelhante, encontrando-se na primeira versão impressa das *Lendas da Índia* (1858) a menção indicadora: “Livro Primeiro contendo as acçoens de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodre’, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco d’Almeida. Lenda de 13 annos, desde o

---

<sup>92</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro II, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 1. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=mxwPAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2010.

<sup>93</sup> Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=cSMPAAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2010.

<sup>94</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III e V, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 1. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=kcMNAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2010.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, p. 115

<sup>96</sup> Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VI, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 1. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=FK42AAAAMAAJ&pg=PA331&dq=Hist%C3%B3ria+do+Descobrimento+e+Conqvista+da+%C3%8Dndia+pelos+Portvgveses,+Livro+VI&hl=pt-PT&ei=y8e6Ttf4HInZ8AOK3ZXQBw&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDcQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=FK42AAAAMAAJ&pg=PA331&dq=Hist%C3%B3ria+do+Descobrimento+e+Conqvista+da+%C3%8Dndia+pelos+Portvgveses,+Livro+VI&hl=pt-PT&ei=y8e6Ttf4HInZ8AOK3ZXQBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDcQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2010.

<sup>97</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 1. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=AEgbAAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2011.

<sup>98</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VIII, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 1. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=kxQNAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2011

primeiro descobrimento da Índia até ao ano de 1510”<sup>99</sup>; e “Livro Segundo em que se recontão os famosos feitos d’Afonso D’Albuquerque, Lopo Soares, Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Menezes, D. Vasco da Gama Visorey, D. Anrique de Menezes. Lenda de 17 annos, acabados no anno de 1526”<sup>100</sup>; “Livro Terceiro que conta dos feitos de Pero Mascarenhas, e Lopo Vaz de Sampayo, e Nuno da Cunha. Em que se passarão 17 annos”<sup>101</sup>.

Quanto a João de Barros, não nos esqueçamos que o seu principal objectivo era “escrever o que [os portugueses] fizeram no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem da memória dos homens que vierem depois de nós, tão gloriosos feitos (...)”<sup>102</sup>. Assim, o autor centra o seu registo nos espaços geográficos e na acção dos homens responsáveis pela expansão. Para isso, segue a ordem cronológica de passagem pelos diversos espaços, referenciando-os quase sempre nos títulos dos diversos capítulos, mas sem esquecer os protagonistas, cujos nomes são muitas vezes também indicados. Citemos apenas o título de um capítulo de cada uma das quatro *Décadas*:

Das causas que o Infante D. Henrique teve pera descobrir a costa ocidental da terra de África, e como João Gonçalves e Tristão Vaz descobriram a ilha do Porto Santo, por razão de um temporal que os ali levou<sup>103</sup>;

Das cousas que Duarte de Lemos fez enquanto andou de armada na costa da Arábia, té se ir pera a Índia; e como D. Afonso de Noronha se perdeu indo de Socotorá pera servir de Capitão de Cananor<sup>104</sup>;

---

<sup>99</sup> Gaspar Correia, “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), 6 vol., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858-1863. Disponível em: <<http://purl.pt/12121/4/>>. Data de consulta: 2 de Dezembro de 2010.

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*

<sup>102</sup> João de Barros, Prólogo da *Década I*. Actualização ortográfica da própria

<sup>103</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portuguezes 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. I, L. I, C. II, título.

<sup>104</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portuguezes 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. II, L. IV, C. II, título.

Como António Correa chegou ao reino de Pegu, e assi se descreve o sítio e cousas dele, e da paz que ele, António Correa, assentou com o seu Rei, e do mais qu fez até chegar a Malaca<sup>105</sup>;

Da jornada de Vicente da Fonseca à Ilha de Banda, e sucessos delas, e da viagem de D. Garcia Henriques té Cochi<sup>106</sup>.

Quanto a semelhanças, para além de todos terem vivido na mesma época e terem escrito obras de natureza semelhante em língua vernacular, verifica-se que todos beberam das fontes anteriores, socorrendo-se nomeadamente dos textos, alguns deles manuscritos, de Duarte Barbosa, Gomes Eanes de Azurara e Álvaro Velho, cuja *Relação* se constitui como narrativa nuclear da cronística da Expansão, ou as cartas enviadas por Afonso de Albuquerque a D. Manuel I.

Não nos cabe, tão pouco, debater a primazia destes autores, sendo por demais conhecidas as pretensões de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros enquanto “primeiros” a lançar mão da tarefa de escrever *os feitos dos portugueses*, pelo que aceitaremos a ordem cronológica de publicação das suas obras que a atribui a Castanheda<sup>107</sup>. Importante sim, é salientar que os relatos dos cronistas se centravam na preocupação de dar a conhecer a paisagem humana, de descrever os novos povos encontrados, na sua singularidade e diferenças, ou por vezes semelhanças, com o referencial europeu, português neste caso. É comum nestas obras encontrar comparações com o conhecido para clarificar descrições, para precisar diferenças, para procurar pontos de contacto e possibilidades de convivência, mas denotando-se sempre singularidades ao nível da marca autoral e da forma de se apropriar e de perceber a realidade, muito ligada às experiências e vivências anteriores dos respectivos autores.

A título exemplificativo, vejamos de que modo Ana Paula Avelar analisa o tratamento completamente diferente que João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e

---

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, D. III, L. III, C. III, título

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, D. IV, L. I, C. XVII, título. Apesar de esta *Década IV* ter sido organizada por Lavanha, ele próprio refere, como já assinalámos, que imitou tanto quanto possível o estilo de João de Barros.

<sup>107</sup> Como é sabido, o volume 1 da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* foi publicado em 1951, a *Década Primeira da Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente* foi publicada em 1552 e as *Lendas da Índia* ficaram manuscritas até ao séc. XIX

Gaspar Correia fazem do fenómeno do Mar Roxo e a razão pela qual teria tal coloração<sup>108</sup>. A autora conclui que “[a]s (...) lógicas discursivas [de João de Barros e Castanheda] deambulam na mesma constelação temática”<sup>109</sup>. Não obstante, o primeiro utiliza um “processo de conhecimento, ou melhor de explicação, atingida através da colação das observações e do sopear das explicações conseguidas”<sup>110</sup>, enquanto o segundo se centra mais na descrição deste espaço, “sendo a explicação transmitida a veiculada pelos homens do mar”<sup>111</sup>. Já Gaspar Correia “limita-se a referenciar unicamente os momentos de tentativa de entrada neste Mar Roxo, não se questionando quanto às causas que teriam motivado o uso de tal vocábulo”<sup>112</sup>.

De qualquer forma, na zona geográfica que nos serve de base a este estudo, devido não só à experiência já adquirida em África, como também às características intrínsecas de sociedades mais organizadas que aí se encontram, os portugueses apercebem-se da impossibilidade de impor a sua supremacia pela força. Procuram-se então possibilidades de convívio que se vão consubstanciar na actividade comercial, na procura de soluções que beneficiem ambas as partes e na partilha de objectivos comuns, que a todos satisfaçam. No sentido da convivência, a perspicácia e capacidade de adaptação eram essenciais para o êxito da missão dos portugueses. Estes tinham de entender as sociedades que encontravam, para melhor as subjugar, para as converter à fé cristã, principal desígnio apontado para a epopeia dos descobrimentos ao longo dos tempos, ou para prosseguir com sucesso as trocas comerciais.

Procura-se, na relação com o *Outro*, assumir posturas moderadas, de respeito pela diferença, de aceitação de modos de ser e estar que divergem dos europeus mas que se tornam aceitáveis porque entendidos e, não esqueçamos, porque deles se pode tirar proveito. Era, por outro lado, essencial procurar o equilíbrio entre o governo central da metrópole e o governo a distância exigido pelas possessões ultramarinas.

---

<sup>108</sup> Cf. Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, pp. 46-52

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*, p. 51

<sup>110</sup> *Idem, ibidem*, p. 50

<sup>111</sup> *Idem, ibidem*, p. 50

<sup>112</sup> *Idem, ibidem*, p. 52

A cronística relata de que modo Portugal conseguiu estabelecer o seu poderio nessas partes, com uma dimensão épica e gloriosa, sendo João de Barros um dos principais agentes disseminadores dessa *boa nova* mas num registo que “não obedece ao modelo da crónica régia onde o espaço narrativo escolhido é o da vida de um monarca, mas sim alargando o registo temporal, cruzando várias reinados e tendo como fio condutor o domínio político num outro espaço geográfico, o Oriente”<sup>113</sup>.

Mas nada deste império teria sido possível, sem a capacidade portuguesa para aproveitar os conhecimentos antigos, apropriando-os, transformando-os e adaptando-os a novas realidades. É isto que se passa, por exemplo, em termos da navegação. Os portugueses tiveram a capacidade de fazer evoluir as técnicas de navegação utilizadas durante anos no Mediterrâneo (essencialmente pelos italianos que dominavam o comércio naquela área) criando uma forma de navegação inteiramente nova para a qual contribuíram a observação sistemática das condições meteorológicas e o desenvolvimento de novas técnicas de construção naval e modernos instrumentos náuticos, que possibilitavam o cálculo do posicionamento exacto dos navios, permitindo a navegação em alto mar. As novas possibilidades de navegação levam os portugueses mais longe do que algum outro povo jamais fora, produzindo uma alteração da noção de espaço terrestre e, como refere Ana Paula Avelar: “O mundo então conhecido revelou-se uma parte; o desejo de dominar o que *faltava*, o desconhecido seria o motor da sua vontade”<sup>114</sup>.

Em termos socio-demográficos a sociedade portuguesa sofreu diversos reveses, fáceis de explicar à luz de alguns desenvolvimentos já mencionados, como o estabelecimento da Inquisição e as pestes/epidemias, fomes e sismos que afectaram Portugal, com efeitos devastadores sobre a sua população.

Acrescente-se a isto a constante partida de (essencialmente) homens para defender os territórios conquistados e descobrir novas terras, bem como os que

---

<sup>113</sup> Ana Paula Avelar, *No discurso das Histórias, o Pulsar dos Mares*, CD-ROM, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, módulo 3, parte 3, p. 1

<sup>114</sup> Ana Paula Avelar, CD-ROM, op. cit., módulo 1, parte 4, p. 2

assumiram o papel de colonos<sup>115</sup>, emigrando à procura de melhores oportunidades de vida, roubando recursos a uma população já de si diminuta. Luís Filipe Barreto contabiliza, em meados do século XVI, a existência de “no mínimo [...] 150.000 portugueses espalhados pelo mundo numa população nacional que se estima à volta de 1.300.000”<sup>116</sup>.

Por outro lado, o estabelecimento de rotas comerciais no Atlântico e Índico tem fortes repercussões sobre a sociedade portuguesa e as actividades a que esta se dedica, porquanto a necessidade de mão-de-obra nas novas actividades ligadas ao comércio marítimo deu origem a um êxodo das zonas rurais para as zonas urbanas, especialmente Lisboa. Desta movimentação demográfica decorreu uma alteração da actividade produtiva, centrada anteriormente na agricultura e na pesca, agora mais ligada ao comércio marítimo e a todas as actividades que o coadjuvavam, arroladas por Ana Paula Avelar quando descreve *o bulício das gentes que povoam a Ribeira*: “Eles são pescadores do alto, chinceiros, barqueiros de frete, carpinteiros, calafates, pilotos, mestres, marinheiros, confeitores, vendedeiras do Mal Cozinhado, tripeiras, marisqueiras, as negras do pote e as negras de canastra, as lavadeiras, ensaboadeiras, os fidalgos e escudeiros a cavalo, as damas nas suas janelas e varandas voltadas para o rio. São os alfaiates e alfaiatas, os fazedores de calças e algibebe, as fiandeiras, teceleiras, botoeiras, tosadores, tecelões, tintureiros, curtidores, correeiros e sapateiros”<sup>117</sup>.

É, pois, neste contexto social, político e cultural que João de Barros vai escrever as suas obras (e publicar a maioria delas), tendo por base o desejo de não deixar esquecer os feitos dos seus compatriotas, a premência de fazer perdurar no tempo a gesta de tanta gente comum que sofreu, lutou e conquistou impérios numa consubstanciação do ideal colectivo, num primeiro movimento de *mundialização* e de *transnacionalidade*.

---

<sup>115</sup> Os fluxos de emigração, suas condicionantes e consequências são descritos ao pormenor por A. J. R. Russell-Wood em “Fluxos de Emigração” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 224-237

<sup>116</sup> Luís Filipe Barreto, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber – Uma Análise Sociocultural*, Lisboa, Gradiva, 1989, p. 22

<sup>117</sup> Ana Paula Avelar, CD-ROM, *op. cit.*, módulo 2, parte 2, p. 6

### 1.2.2. Estrutura narrativa

*A ordem da história foi convenientíssima, seguindo os anos, e os governos, e dividindo-as por Décadas, divisão tão bem achada, que a ela se tinham já reduzido os livros de Tito Lívio.*<sup>118</sup>

Como refere Severim de Faria a primeira questão que de imediato se sinaliza quando se analisa a obra de referência deste trabalho, a *Ásia de Joam de Barros. Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, é a sua organização em décadas, nome, aliás, pelo qual ficaria a ser conhecida. Esta estruturação denota uma nítida inscrição na matriz clássica que é também comprovada através da linguagem e estilo narrativo utilizados ao longo das três *Décadas*, bem como no cumprimento do desígnio ciceroniano da história enquanto “mestra da vida” e “instrutora dos tempos vindouros”.

Deve notar-se ainda que o grande projecto de João de Barros escrever estas *Décadas* não se realizou plenamente, já que o autor apenas terminou as três primeiras. A quarta *Década* só viria a ser publicada postumamente por ordem de Filipe II, que “mandou entregar (...) dez cadernos, que se acharam dos dez livros desta *Década*” a João Baptista Lavanha que explica “aos que lerem esta Quarta *Década*”: “acrescentei [...] capítulos inteiros, grandes pedaços em outros [...], cortei, antepus e pospus alguns e cláusulas inteiras (...) omiti o desnecessário e repetido [...] imitando quanto me foi possível o estilo de João de Barros”<sup>119</sup>. Diogo do Couto prosseguiu este esforço acabando por completar a obra com mais oito livros, totalizando doze *Décadas*.

Seguindo um modelo de escrita semelhante ao de outros autores da época, os prólogos de Barros espelham as motivações e destinatários das obras. Neste sentido, os

---

<sup>118</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da sua Ásia*, p. XXXVII

<sup>119</sup> Introdução de João Baptista Lavanha à Quarta *Década*

textos prologais são essenciais para tentarmos divisar os destinatários das *Décadas* de João de Barros e recolhermos pistas para as suas motivações.

No prólogo da segunda *Década* Barros diz que o autor do edifício das letras “dele faz comum a todas as gentes”, assumindo que qualquer um o pode ler, mas António Borges Coelho vai mais longe, referindo que “o historiador escreve obviamente para os contemporâneos e para os vindouros”<sup>120</sup>, alargando o conjunto de destinatários da obra, a que não é alheio o facto de a imprensa aumentar as áreas de difusão da obra e permitir a sua chegada a um público mais diversificado.

Em termos de públicos mais imediatos, Coelho refere que “embora não apareçam expressamente, sabemos que [Barros] tem muito em conta um público especial que pode pôr em perigo a sua vida e fazenda: o dos poderosos da corte, o dos seus colegas que se agitam e nobilitam na corte do rei e principalmente o dos que velam e estabelecem o dever-ser”<sup>121</sup>. Talvez por isso, João de Barros se veja forçado a, na *Década IV*<sup>122</sup>, fazer uma Apologia em lugar de Prólogo, tentando apaziguar os seus críticos, *três géneros de juízes*, como os denomina: os *ignorantes*; os *doutores*; os *maliciosos* e os *parentes e amigos*, de quem sofre acusações diversas, desde roubar tempo ao seu ofício para escrever, até de descuidar os seus familiares quando poderia garantir-lhes condições de vida mais favoráveis.

Mas já na *Década Segunda*, João de Barros dava mostras de alguma imunidade a este facto, demonstrando que já esperava este tipo de críticas: “(...) se em tudo não aprouvermos, ao menos será em dar matéria a alguns de poderem emendar, e murmurar, que é a mais doce fruta da terra, e assim seremos apazíveis a todos, a uns para

---

<sup>120</sup> António Borges Coelho, *Tudo é Mercadoria, Sobre o percurso e a obra de João de Barros*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, p. 106

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*

<sup>122</sup> Recorde-se que a *Década IV* foi escrita por João Baptista Lavanha, mas o próprio ressalta que “na Apologia, que ele [João de Barros] fez em lugar de Prólogo, a qual achei entre outros papéis inteira, e escrita de sua mão, [...] não mudei nem uma coma, por conservar intacto o que este excelente Varão, e honra de Portugal deixou acabado [...]”. Introdução de João Baptista Lavanha à Quarta *Década*. Cfr Bibliografia.

louvarem o bem dito, e outros para terem que dizer do mal feito”<sup>123</sup>, reconhecendo como inevitável da condição humana o facto de tudo criticar.

João de Barros assume a tarefa voluntária, *não per ofício, mas per inclinação, não por prémio, mas de graça e mais oferecido que convidado*<sup>124</sup> de escrever uma história que se pauta por uma dimensão ética, reflectida na ideia de que

(...) a Historia é um agro e campo onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional e Instrumental, quem pastar o seu fruto, convertê-lo-á em forças de entendimento e memoria para uso de justa e perfeita vida, com que apraz a Deus e aos homens; pero fica aqui uma parte a mais principal desta lição de História, que é saber eleger qual História esta será para frutificar em proveito próprio e comum<sup>125</sup>;

por uma dimensão verdadeira, mas sem exageros, pois:

[a] primeira e mais principal parte da História é a verdade dela; e porém em algumas coisas não há de ter tanta, que se diga por ela o dito da muita justiça que fica em crueldade, principalmente nas coisas que tratam da infâmia de alguém, ainda que verdade sejam<sup>126</sup>;

e com uma dimensão de utilidade, já que

[as] escrituras que não têm esta utilidade de lição, além de se nelas perder o tempo, que é a mais preciosa coisa da vida, barbarizam o engenho e enchem o entendimento de cisco (...).<sup>127</sup>

A *história verdade*, a *história que frutifica em proveito comum*, a *utilidade de lição da história* são algumas das vertentes de análise de António Borges Coelho no Capítulo III do livro *Tudo É Mercadoria*<sup>128</sup> dedicado à *concepção da história* de João de Barros. Borges Coelho refere a necessidade de João de Barros escrever uma *história aprovada*, e para isso submetida “(...) à aprovação do senhor do reino e da sua

---

<sup>123</sup> João de Barros, Prólogo da Década II. Actualização ortográfica da própria.

<sup>124</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. I, L. III, C. XII, pp. 6-7.

<sup>125</sup> João de Barros, Prólogo da Década III. Actualização ortográfica da própria.

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*

<sup>127</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>128</sup> António Borges Coelho, *op. cit.*, pp. 104-117

história”<sup>129</sup>, ligada à “(...) defesa da dignidade e do engrandecimento do Estado”<sup>130</sup>, onde ele próprio estava directamente implicado e envolvido por via dos cargos que ocupava; uma *história verdadeira* onde existe uma “relação privilegiada entre a memória dos feitos e a linguagem [mas que] implica escolher, seleccionar [para não se ter um] registo inerte de acontecimentos, [garantindo] a organização e relação desses mesmos acontecimentos para alcançar a perfeição e a formosura”<sup>131</sup>; uma *história galardão*, premiando os heróis da grei com a lembrança eterna; e uma *história lição* porquanto constitui “(...) matéria decisiva para a formação dos quadros do governo e da administração”<sup>132</sup>.

No prólogo da *Década Segunda*, João de Barros compara metaforicamente as *Décadas* à construção de um edifício: “Em a primeira Década, como foi o fundamento deste nosso edifício de escritura, em alguma meneira quizemos imitar o modo, que os architectores têm nos materiais edificios, os quaes sempre fundam sobre o firme da terra, (...) [a]ssim nós fundamos este nosso sobre as pedras rústicas das cousas da Guiné”<sup>133</sup> e já na Primeira Década dizia que as suas *achegas* ficariam postas *em edificio de perpétua memória*<sup>134</sup>. Segundo Maria João Carvalho, «apresenta o seu plano de trabalhos como se tratasse de um “arquitecto”: primeiro o traçado da obra e só depois a fase da execução, o que mostra o seu raciocínio metódico, planificador e estratégico»<sup>135</sup>.

Este *edificio* é explicitamente dedicado à Ásia, mas enquanto parte de uma obra mais vasta, com um carácter abrangente e universalista. Não se centra num período ou figura régia em que a Expansão aparece apenas como pano de fundo, como acontecia,

---

<sup>129</sup> *Idem, ibidem*, p. 109

<sup>130</sup> *Idem, ibidem*, p. 107

<sup>131</sup> *Idem, ibidem*, p. 110

<sup>132</sup> *Idem, ibidem*, p. 112

<sup>133</sup> João de Barros, Prólogo da *Década II*. Actualização ortográfica da própria

<sup>134</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. I, L. IX, C. I, p. 18.

<sup>135</sup> Maria João Loução de Carvalho, *Gaspar Correia e dois perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira – Em busca de uma causalidade*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2009, p. 71

por exemplo, nas crónicas régias, mas tem por objectivo contar a história integral dos feitos dos portugueses extra-muros europeus.

Assim, a *Década Primeira*, publicada em 1552, cobre os anos de 1420 a 1505; a Segunda Década, que trata dos feitos que tiveram lugar entre 1505 e 1515, foi publicada em 1553; dez anos mais tarde, em 1563 vem a lume a Terceira Década que dá seguimento ao relato até ao ano de 1525; e, finalmente, a Quarta Década, dedicada ao período entre 1526 e 1539 será publicada postumamente, como já referenciado.

Na realidade, as *Décadas da Ásia* fazem parte de um obra mais vasta que o cronista planeia, mas não chega a cumprir, ou pelo menos não chega aos nossos dias. Nas palavras de Francisco Roque de Oliveira “O projecto historiográfico de João de Barros era bem mais vasto do que o que concretizou nas *Décadas*. Correspondia a um plano [...] pensado para dar uma visão global dos Descobrimentos portugueses”.<sup>136</sup>

Logo na *Década Primeira*, o próprio Barros nos explica que para se entender o fundamento “desta nossa Ásia” é necessário atentar em “três cousas distintas (...): A primeira é conquista, a qual trata de milícia; a segunda navegação, a que responde a geografia, e a terceira comércio, que convém à mercadaria”<sup>137</sup>. A parte da *milícia* teria sido abordada nas vertentes geográficas Europa, África, Ásia e América (do sul), diríamos nós, Santa Cruz, nas palavras de João de Barros “porque assi chamamos em a nossa geografia à terra do Brasil”<sup>138</sup>. A *navegação* seria alvo de “uma universal Geografia de todo o descoberto (...) em latim”<sup>139</sup>, enquanto o *comércio* teria sido

---

<sup>136</sup> Francisco Manuel Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, Tese apresentada ao departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia Humana, Barcelona, 2003, pp. 538-539. Disponível em: [http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro1de4.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro1de4.pdf) (1ª parte); [http://www.tesisenxarxa.net/TDX/TDX\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro2de4.pdf](http://www.tesisenxarxa.net/TDX/TDX_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro2de4.pdf) (2ª parte), [http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro3de4.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro3de4.pdf) (3ª parte); e [http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro4de4.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro4de4.pdf) (4ª e última parte – mapas e bibliografia), data de consulta: 8 de Dezembro de 2010.

<sup>137</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998. D. I, L. I, C. I, p. 10

<sup>138</sup> João de Barros, *op.cit.*, p. 11

<sup>139</sup> *Idem, ibidem*, pp. 11-12

reduzido e posto “(...) em arte com regras universais e particulares, como tem todas as ciências e artes activas per boa polícia”<sup>140</sup>. Algumas destas obras não chegaram aos nossos dias mas Barros referencia e remete o leitor amiudadamente para elas, nomeadamente a *Geografia*, o *Comércio* e a *África*, ao longo das *Décadas da Ásia*: “do qual anfião particularmente falamos em os livros do nosso Comércio”<sup>141</sup>; “Como veremos em a nossa Geografia”<sup>142</sup>; “segundo escrevemos em a nossa África”<sup>143</sup>.

Já vimos anteriormente em que medida Barros contribuiu para o prestígio e para a internacionalização da língua portuguesa, através das obras pedagógico-didáticas que serviram não só para ensinar príncipes mas também para ensinar a língua e a doutrina aos povos conquistados. Este afirmar da língua-soberania espelha o esforço de implantação universal do português nos domínios conquistados, a par do declínio do latim enquanto língua franca. De certa forma temos aqui uma visão premonitória da posição do português no mundo, que independentemente do pouco protagonismo que tenha conseguido obter na arena internacional nos nossos dias, continua a ser língua oficial de países dos cinco continentes. No entanto o latim continua a circular, como refere Luís Filipe Barreto: “Circular a língua portuguesa, sobretudo a oral crioulezada, como língua franca marítimo-mercantil e o latim como língua erudita de elites culturais asiáticas, próximas das europeias, na Índia, China e Japão”<sup>144</sup>.

A propósito da dicotomia história-língua-memória, Ana Paula Avelar reforça a importância da história escrita em português:

A língua vernacular / nacional espelhará a memória colectiva distinta de um povo. Enquanto instrumento de transmissão da sua singularidade na multiplicidade dos Estados / nação, ela funcionará como instrumento da memória<sup>145</sup>.

---

<sup>140</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. I, C. I, p. 12

<sup>141</sup> João de Barros, *op. cit.* D. III, L. V, C. III, pp. 2-3

<sup>142</sup> *Idem, op. cit.*, D. I, L. I, C. I, p. 6

<sup>143</sup> *Idem, ibidem*, D. I, L. VI, C. II, p. 4

<sup>144</sup> Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar – Os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 59

<sup>145</sup> Ana Paula Avelar, *No discurso das Histórias, o Pulsar dos Mares*, CD-ROM, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, módulo 2, parte 4, p. 6

É a utilização da língua vernacular que permite um forte cruzamento entre narrativa histórica e literatura<sup>146</sup> em João de Barros, é o exaltar do português como “língua capaz de servir como instrumento de soberania”<sup>147</sup>, do seu funcionamento como “instrumento de domínio”<sup>148</sup>, conseqüentemente enformando o conceito de Império, porque ao seu serviço.

Já referenciámos anteriormente o cuidado especial que João de Barros deu à selecção das fontes, no esforço de escrever uma história verdadeira e de fazer perpetuar na memória os feitos dos seus compatriotas, segundo as palavras do próprio autor, no prólogo da *Década Primeira*:

Despondo-me a escrever o que eles fizeram no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem da memória dos homens que vierem depois de nós, tão gloriosos feitos (...)<sup>149</sup>.

Aliás Barros, por nunca ter vivido nos espaços que descreve, tem de socorrer-se de relatos alheios, facto que ele próprio assume no Prólogo da *Década Segunda* quando refere que “ao tempo que inquiríamos e buscávamos as achegas” para este trabalho tinha falado com *mareantes, cavaleiros, geógrafos, mercadores e curiosos*<sup>150</sup>, ou quando referencia claramente os documentos e textos utilizados como fonte. A título exemplificativo pode citar-se a parte em que descreve a “origem, seita e fortuna [do Xequé Ismael] segundo o temos sabido per escritura dos mesmos párses [e] do nascimento e seita de Mahamede (...) segundo alguns escritores latinos e (...) o Tarigh dos mouros (...)”<sup>151</sup>.

---

<sup>146</sup> Entenda-se literatura enquanto produção estética, capaz de provocar no leitor toda uma série de reacções e emoções, para além do intuito informativo que todo o texto encerra.

<sup>147</sup> Maria Leonor Carvalho Buescu, «A quem não falecer matéria não lhe falecerão vocábulos» – João de Barros e a Língua Portuguesa» in *Revista Oceanos* Nº 27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Julho/Setembro 1996, p. 58

<sup>148</sup> Ana Paula Avelar, “A língua vernacular como instrumento de poder no Portugal de Quinhentos” in *Des(a)fiando discursos: Livro de Homenagem à professora Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 45

<sup>149</sup> João de Barros, Prólogo da *Década I*. Actualização ortográfica da própria

<sup>150</sup> João de Barros, Prólogo da *Década II*. Actualização ortográfica da própria.

<sup>151</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998. D. II, L. X, C. V, p. 16.

Para além das referências óbvias e identificáveis ao longo da obra, usadas também por outros cronistas do tempo, como Gomes Eanes de Zurara, fonte que partilha com Fernão Lopes de Castanheda, entre outros, Barros aproveita o benefício que as suas funções lhe permitem em termos de acesso a documentos diversos, que selecciona de forma criteriosa<sup>152</sup>. Esta preocupação perpassa, como vimos, não só no tipo de fontes que utiliza mas também nos esforços desenvolvidos para as compreender, e que se encontram referenciados ao longo do texto, como sejam: “Este muro vem lançado em uma carta de geografia (...) a qual mandámos vir de lá [China] com um chim pera a interpretação dela e de alguns livros seus, que também houvemos (...)”<sup>153</sup>;

---

<sup>152</sup> Apesar da extensão, porque elucidativos, vale a pena ler alguns excertos da referência que Manuel Severim de Faria faz a este facto: *Para escrever com notícia verdadeira teve João de Barros as mais certas relações, que para tal matéria se podiam alcançar; porque havendo de tratar de três coisas que eram os feitos dos Portugueses, a notícia dos Reis e nações do Oriente, e a verdadeira situação Geográfica daquelas Províncias: Para o que tocava à História Portuguesa lhe foram entregues todos os papéis, assim dos regimentos Reais como das relações e cartas dos Vice-Reis, devassas e diligências, e mais coisas, que àquela matéria pertenciam, como se vê na Década I, Liv. III, Cap. XIII, quando trata das coisas da Guiné, e na Década II, Liv. VIII, Cap. I e na Década IV, Liv. X, Cap. XXI, onde diz que só de papéis do Governador Nuno da Cunha lhe foram entregues duas arcas. Para a notícia dos Reis do Oriente e seus povos não se contentou com menor diligência que mandar buscar as Crônicas daqueles mesmos reinos, escritas em suas próprias línguas como consta da Primeira Década, Liv. VIII, Cap. VI, em que refere a Genealogia dos Reis de Quiloa tirada da sua mesma Crônica, e no Liv. IX, Cap. III, diz que conta as coisas dos Malabares tiradas de um livro da sua Religião, e história. Houve outra Crônica dos Reis de Ormuz, e outras dos Reis de Guzarate, Bisnagá e Decão; e para dar notícias dos Árabes e Persas mandou vir o seu Tarigh, que é um sumário de todos os Reis, que foram da Pérsia até que os Arábios com sua seita a subjugaram, e dos feitos que os seus Califas fizeram na conquista das partes do Oriente, os quais livros lhe foram interpretados, como ele refere, alegando-os em muitas partes, coisa o que naquele tempo era fácil por terem os Reis deste Reino muitos homens assalariados práticos nas principais línguas do Oriente para lhe servirem deste mister (...) e de sua interpretação faz particular menção na Segunda Década, Liv. II, Cap. II e no Liv. IV. (...) Para a graduação das Províncias se valeu dos nossos mesmos Pilotos Portugueses que navegando todos aqueles mares com o Astrolábio, e sonda na mão, fizeram reprovar as mais das opiniões dos Gregos e Romanos, que falaram das coisas do Oriente com muito pouca notícia; cheias estão as Décadas destas ementas, e correções feitas a Ptolomeu, Arriano e aos mais Geógrafos antigos, que da Índia trataram. E para poder descrever as Províncias mediterrâneas, mandou vir os livros que de sua geografia se puderam haver, como foi um da Geografia da China, com todas suas Regiões em tábuas, e para o interpretar comprou um Chin douto em suas letras, que lhe serviu deste ofício, e na Década II, Liv. V, Cap. I alega outro livro da Geografia da Pérsia. Manuel Severim de Faria, *Vida de João de Barros por Manoel Severim de Faria e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778, pp. XXXII-XXXIV.*

<sup>153</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998. D. III, L. II, C. VI, p. 3.

ou “(...) segundo escrevem os párses e arábios no seu Zarigh (...) o qual temos em nosso poder em língua pársa (...)”<sup>154</sup>.

Para além do cuidado com a fidedignidade das fontes, manifestando-se aqui a típica preocupação dos autores dos relatos da Expansão de justificar a produção das suas obras e garantir e atestar a sua veracidade e fiabilidade, sendo que o “vivenciado, o experienciado funcionam como critérios de verdade [no esforço de] validação do discurso”<sup>155</sup>, João de Barros vai mais longe pois, para além de coligir e organizar a informação que recolhe, ele analisa-a criticamente, como se depreende das seguintes citações:

Gomes Eanes de Zurara, que foi cronista destes reinos, em cuja escritura nós tomamos quási todo o processo do descobrimento da Guiné (como se adiante verá) em soma diz que ambos estes cavaleiros [Tristão Vaz e João Gonçalves] descobriram esta ilha [Funchal], pêro sempre nomea a Tristão Vaz por Tristão, como pessoa menos principal.<sup>156</sup>

e

O qual rei mouro, respondendo a este recado del-Rei, quási como espantado de tal novidade (segundo vimos em as cartas destas mensagens que temos em nosso poder), dizia que nenhum dos quatro mil quatro centos e quatro reis de que ele descendia, ouviu recado nem viu mensajeiro del-Rei cristão, nem ele tinha notícia de mais reis poderosos que destes quatro: del-Rei de Alimaem, del-Rei de Baldac, del-Rei do Cairo e del-Rei de Tucurol.<sup>157</sup>

Em vez de se colar aos modelos e fontes, imitando-os, Barros lê, colige, compara, confronta e concluiu com base em todos os dados disponíveis, como ressalta, por exemplo, da parte em que descreve *Como os mouros se fizeram senhores per conquista do reino Decão, e o Estado de Goa*:

---

<sup>154</sup> *Idem, ibidem*, D. I, L. I, C. I, p. 6..

<sup>155</sup> Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 55

<sup>156</sup> João de Barros, *op. cit.*, D. I, L. I, C. III, p. 3

<sup>157</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. I, L. III, C. XII, pp. 4-5.

A entrada dos mouros per armas na Índia, entre os gentios e eles há grande variedade, principalmente na concordância dos tempos; porque os mouros do reino Guzarate a escrevem per um modo, os do reino Decão por outro, e as crónicas dos reis gentios de Bisnagá levam outro caminho; porém todos convém nisto: que o conquistador foi rei do reino de Eli. E nesta relação que aqui fizemos, porque todas estas crónicas houvesmos e nos foram interpretadas seguiremos o que hora tem os mouros, que senhoream o reino Decão, de que falamos, porque se conformam muito no tempo com a crónica geral dos persas, que é o Tarigh, de que no princípio fizemos menção, que com outros volumes da história e cosmografia pérsia houvesmos daquelas partes.<sup>158</sup>

Apesar de referenciar alguns acontecimentos fantásticos ou maravilhosos<sup>159</sup>, a procura de uma explicação é uma constante em Barros, que não se limita a replicar as descrições das fontes obedecendo à dimensão do conhecido, do familiar, para clarificar e tornar entendível aos destinatários, mas introduzindo novos dados entretanto descobertos: “[é] o estabelecer de uma ordem, de uma unidade confirmativa baseada na *unanimidade*. João de Barros encontra-a no confronto e na legitimação dos pontos de vista (...) utilizando o observável através de um processo indutivo”<sup>160</sup>. João de Barros conseguiu, como nenhum outro, recolher fragmentos da história e seleccioná-los e enquadrá-los para os transmitir de modo muito próprio com a sua voz autoral inconfundível, onde “as descrições discursivas enformam a narrativa (...) e evidenciam a sua erudição”<sup>161</sup>.

As crónicas da Expansão, como outros escritos da época, tinham uma marcada função testemunhal, permitindo dar a conhecer aos leitores as imagens do *outro* civilizacional que se ia descobrindo e/ou conquistando. Também em João de Barros encontramos esta função, especialmente na Terceira *Década* que é paradigmática da linguagem pictórica e ilustrativa<sup>162</sup> que Barros empresta às suas descrições, visível, por

---

<sup>158</sup> João de Barros, *op. cit.*, D. II, L. V, C. II, p. 1

<sup>159</sup> Veja-se, por exemplo, João de Barros, *op. cit.*, D. I, L. I, C. XIV, p. 3, onde se narra a forma como um navio sem tripulação competente consegue navegar durante dois meses e chegar são e salvo a Lagos, ou D. III, L. IV, C. VII, pp. 8-9, onde surge um mostro do mar a salvar um navio encalhado.

<sup>160</sup> Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 49.

<sup>161</sup> *Idem, ibidem*, p. 87

<sup>162</sup> Estes aspectos característicos da linguagem de Barros são analisados e caracterizados no artigo de Tom F. Earle “A linguagem pictórica de João de Barros nas *Décadas da Ásia*”, in *Revista Oceanos N°*

exemplo nos Capítulos V e VII do Livro II, onde o autor descreve o Sião e a China, respectivamente, pintando um amplo quadro geográfico, político, administrativo e económico destas paragens. Mas não se confunda a função testemunhal com a função autobiográfica. Ao contrário de outros cronistas coevos, como Fernão Lopes de Castanheda ou Gaspar Correia, que passaram longos anos em terras orientais, João de Barros nunca pisou solos asiáticos, apenas tendo saído de Portugal num curto período de cerca de dois anos (entre 1522 e 1523) para ocupar o seu posto de feitor na Casa da Mina<sup>163</sup>, pelo que a função autobiográfica não está presente nas *Décadas da Ásia*.

Aliada à função testemunhal, surge também a função pedagógica, comum aos relatos da Expansão. Em João de Barros salienta-se a coexistência de elementos clássicos e antigos com modernos, uma maior atenção à quantificação em vez da qualificação do que é visto, com a introdução de pormenores e comparações com o conhecido para clarificar aspectos considerados importantes.

Surgem, assim, explicações que elucidam os leitores, como o significado de Zarigh “que é um sumário dos feitos que fizeram os seus califas na conquista daquelas partes do Oriente”<sup>164</sup>; ou Sanga, “que entre eles quer dizer Imperador”<sup>165</sup>. E explicações pormenorizadas sobre doenças da época, complementadas pelas causas, entretanto já conhecidas, que a elas davam origem: “adoeceu muita gente, de que morreu alguma. A maior parte foi de herisípolas e de lhe crescer tanto a carne das gengivas, que quasi não cabia na boca aos homens, e assi como crecia apodrecia e cortavam nela como em carne morta, cousa mui piadosa de ver; a qual doença vieram depois conhecer que procedia das carnes, pescado salgado e biscoito corrompido de tanto tempo.”<sup>166</sup>

Ana Paula Avelar defende o “avanço na passagem de uma mentalidade qualitativa para uma mentalidade quantitativa naquilo que poderemos considerar um

---

27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Julho/Setembro 1996, pp. 84-90.

<sup>163</sup> Esta viagem é brevemente mencionada por João de Barros na D. III, L. III, C. I: “indo eu pera o castelo de S. Jorge da Mina, que é na costa da Guiné”.

<sup>164</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. I, C. I, p. 1

<sup>165</sup> *Idem, ibidem*, D. IV, L. V, C. VIII, p. 1.

<sup>166</sup> *Idem, ibidem*, D. I, L. IV, C. III, p. 7

processo de aritmetização do real”<sup>167</sup>. Para além do que se vê, do relato qualitativo, expresso de modo tão vívido e completo em Barros, por exemplo na descrição das belezas naturais, há a preocupação de explicitar as distâncias, por vezes recorrendo à comparação com o conhecido para maior clareza, numa perspectiva quantitativa.

Esta função pedagógico-didáctica, que envolve a quantificação, é clara em algumas partes das *Décadas*, como no primeiro capítulo do Livro IX da Primeira *Década*, onde a descrição pormenorizada, tal como o título indica, “(...) de toda a costa marítima do Oriente com as distâncias que há entre as mais notáveis cidades e povoações per modo de roteiro (...)” constitui um verdadeiro compêndio de geografia. Mas também, como já referido, na preocupação de João de Barros de *educar* o leitor, patente nas frequentes explicações de vocábulos e nomes: “[...] O qual nome [Decão] dizem que lhe foi posto do ajuntamento das diversas nações que trazia, porque decani, quere na língua deles dizer mestiços [...]”<sup>168</sup>; ou da sílaba *fu*, “que quer dizer cidade”<sup>169</sup>; ou ainda “aos quais [ilhéus] nós agora chamamos Angediva e os canaris Anchediva (anche quere dizer cinco, diva ilhas, por eles serem cinco)”<sup>170</sup>.

Em termos de estratégias discursivas, Ana Paula Avelar reconhece que João de Barros é o *exponente da exímia manipulação da prática retórica*<sup>171</sup>. Num confronto com os restantes cronistas coevos, João de Barros ganha comparativamente pela erudição e fluência discursiva, numa lógica cronológica dos eventos, pela manipulação do discurso que lhe permite pintar “quadros descritivos (...) com uma exímia conjugação cruzada de micro-narrativas bem definidas, concebidas segundo um processo de cinematização do discurso (...) com recurso a uma imagem hiperbólica [com um] visualismo cénico [que joga com a] descrição do pormenor, a atitude deste ou daquele indivíduo, a actuação de grupos e o movimento do conjunto”<sup>172</sup>. Apesar de esta descrição de Ana Paula Avelar se

---

<sup>167</sup> Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 33

<sup>168</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. V, C. II, p. 3

<sup>169</sup> *Idem, ibidem*, D. III, L. II, C. VII, p. 4

<sup>170</sup> *Idem, ibidem*, D. I, L. IV, C. XI, p. 4

<sup>171</sup> Ana Paula Avelar, *op. cit.*, p. 273

<sup>172</sup> Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 71

referir à partida do Restelo, estas características são constantes nas *Décadas da Ásia* e claramente visíveis em algumas passagens, como aquela outra em que o autor descreve ao pormenor a grande muralha da China e a sua grande admiração ao vê-la desenhada numa carta de geografia a que teve acesso<sup>173</sup>.

O modelo estético de João de Barros é o cultivado na época, onde se enquadram citações de autores clássicos, pequenas histórias exemplares, que dão aos episódios uma “matriz clássica, tradutora de uma ambiência e vivência humanista”<sup>174</sup>. Atente-se, por exemplo, na comparação dos feitos dos portugueses com os dos gregos e romanos, denotada na seguinte citação:

Assi que, com este padrão, que foi o derradeiro em tempo, leixou Vasco da Gama nesta viagem postos cinco padrões: São Rafael, no Rio dos Bons Sinais; São Jorge, em Moçambique; Santo Espírito, em Melinde; Santa Maria, nestes ilhéus; e o último per sítio em Calecute, chamado São Gabriel. Os quais, però que não sejam postos per nação tão gloriosa de escrever, como foi a gente grega, nem o nosso estilo possa alevantar a glória deste feito no grau que ele merece, ao menos será recompensado com a pureza da verdade que em si contém, não contando os fabulosos trabalhos de Hércules em poer suas colunas; nem pintando algua argonautica de capitães gregos, em tam curta e segura navegação como é de Grécia ao Rio Faso, sempre a vista da terra, jantando em um porto e ceando em outro; nem escrevendo os errores de Ulisses, sem sair de um clima, nem os vários casos de Eneas em tam breve caminho; nem outras fábulas da gentilidade grega e romana, que com grande engenho na sua escritura assi decantaram e celebraram a impresa que cada um tomou, que não se contentaram com dar nome de ilustres capitães na terra aos autores destas obras, mas ainda com nome de deuses os quiseram colocar no céu. E a gente português, católica per fé e verdadeira adoração do culto que se deve a Deus, arvorando aquela divina bandeira de Cristo, sinal de nossa Redenção, de que a Igreja canta Vexilla regis prodeunt, não somente a vista dos mouros de África, Pérsia e Índia, pérfidos a ela, mas diante de todo o pagaismo destas partes que dela nunca tiveram notícia - e isto navegando per tantas mil léguas que vem a ser antípodas de sua própria pátria, cousa tam nova e maravilhosa na opinião das gentes (...).<sup>175</sup>

---

<sup>173</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. III, L. II, C.V II, p. 3

<sup>174</sup> Ana Paula Avelar, *op. cit.*, p. 29

<sup>175</sup> João de Barros, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, CNCDP; Centre for the study of the Portuguese discoveries, 1998, D. I, L. IV, C. XI, pp. 2-3

Segundo Álvaro Machado, Barros assume “a atitude de um humanista, digamos, *estático*, um humanista que, não viajando, ou viajando muito pouco, substitui o conhecimento *in loco* por uma elaborada retórica clássica evocativa do longínquo — um longínquo que acaba forçosamente por ganhar proporções míticas”<sup>176</sup> e demonstrar o seu fascínio pelo oriente.

Por outro lado, João de Barros não foge do *topos* da providência/predestinação divina, cuja acção, desde logo, reconhece na sua vida. Afinal a providência encarregou-o de *cuidar do trato da Índia* e de escrever a história dos Descobrimentos:

Mas parece que assim estava ordenado de cima, que não somente me coubesse per sorte da vida, os trabalhos de feitorizar os comércios de África e Ásia: mas ainda escrever os feitos, que vossos vassalos na milícia & conquista delas fizeram.<sup>177</sup>

mas também ajuda os portugueses nos seus intentos de descoberta com base no desígnio de conversão dos infiéis à fé cristã; permite-lhes materializar “o acabamento da criação física do Universo ao revelarem-no na sua totalidade”<sup>178</sup>; e castiga os inimigos e os malfeitores: “provocada a justiça de Deus, usou de seu divino e antigo juízo, que sempre foi castigar públicos e gerais pecados (...), vingando-se per esta maneira de seus inimigos per outros maiores imigos”<sup>179</sup>.

Esta carga divina manifesta-se também na notação das datas, (quase) sempre associadas às festividades cristãs, que assinalam e marcam os dias e as efemérides, como uma chegada ao destino, uma descoberta, ou uma partida. Atente-se, por exemplo nas seguintes menções: “Tristão da Cunha partiu do porto de Lisboa um Domingo de Ramos, seis dias de Março do ano de quinhentos e seis” ou “Outros chamam a esta Angra da Conceição, por chegarem a ela a oito dias de Dezembro, em que a Igreja

---

<sup>176</sup> Álvaro Manuel Machado, *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Biblioteca Breve, Volume 72, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 22.

<sup>177</sup> João de Barros, Prólogo da *Década* I. Actualização ortográfica da própria.

<sup>178</sup> Conceito de Aurélio de Oliveira, desenvolvido no artigo *Portugal no encontro e emergência do novo. Os Novos Mundos*, 2006. Disponível em: <[http://www.icea.pt/Actas/20\\_15h30m\\_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf](http://www.icea.pt/Actas/20_15h30m_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf)> data de consulta: 11 de Dezembro de 2010.

<sup>179</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. I, C. I, p. 2.

celebra esta festa de Nossa Senhora”<sup>180</sup>. Elas são uma “referência obrigatória, indiciadora de uma profunda vivência Quinhentista”<sup>181</sup> que se baseia no determinismo providencialista do povo português enquanto escolhido para a gesta dos descobrimentos e para a conversão dos infiéis e idólatras, como indicia a seguinte citação:

Nosso Senhor, como por sua misericórdia queria abrir as portas de tanta infidelidade e idolatria pera salvação de tantas mil almas, que o demónio no centro daquelas regiões e províncias bárbaras tinha cativas, sem notícia dos méritos da nossa Redenção, partidos estes dous cavaleiros em sua barca, começou nesta viagem obrar seus mistérios, demonstrando-nos e descobrindo a grandeza dos mundos e terras que pera nós tinha criado com tantos tesouros e riquezas como em si continham.<sup>182</sup>

Apesar de partilhar a função didáctica de outros documentos da época, as *Décadas* não têm uma função imediatamente utilitarista, ao contrário das relações, roteiros, diários de bordo, tratados de marinharia, itinerários, e obras similares de carácter mais ou menos técnico, que se destinavam a servir de manuais para os próximos aventureiros a sulcar os mesmos mares ou a visitar as mesmas paragens. Também não apresenta as características das obras que poderão ser consideradas científicas ou teóricas como o *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*, de Garcia de Orta, ou o *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes, traduzido da obra de Johannes de Sacrobosco, mas profusamente anotado e complementado.

Vimos, assim, que a história escrita por Barros assenta em preocupações que se prendem com o perpetuar dos feitos dos portugueses essencialmente na Ásia, nos documentos que chegaram aos nossos dias, mas sem esquecer os alicerces firmados nos factos históricos anteriores e nos feitos conseguidos em outras paragens geográficas. João de Barros enaltece a história portuguesa, especialmente a sua contemporânea, realçando os aspectos positivos do domínio português, omitindo a face mais negra da expansão, numa mistura de influências renascentistas, medievais e clássicas característica do período em que escreve.

---

<sup>180</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. I, C. I, p. 3-4 e D. II, L. I, C. I, p. 7, respectivamente.

<sup>181</sup> Ana Paula Avelar, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 38.

<sup>182</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. I, C. II, p. 7.

As *Décadas* constituem claramente uma referência posterior ao tempo vivenciado pelos autores dos textos e documentos utilizados como fonte. Assim, é natural que estas fontes tenham sido sujeitas a manipulação, aditamento e alteração com base nas vivências de João de Barros e nos posteriores desenvolvimentos e novos conhecimentos entretanto adquiridos. O próprio autor assinala este facto em passagens como a que se transcreve a título exemplificativo, que aparece na sequência de uma longa descrição da “fundação desta cidade [Quíloa] e os reis que nela foram, té este que era tirano chamado Mir Abrahemo”<sup>183</sup>:

Dom Francisco de Almeida, posto que não tevesse sabido tam particularmente a sucessão destes reis como ora contamos, todavia per Mahamede Anconi soube como o povo não estava muito satisfeito deste Abrahemo (...) <sup>184</sup>

Cumpre-se assim o desígnio de sujeição das fontes documentais à voz autoral, que se evidencia nas explicitações, aperfeiçoamentos e silêncios, decorrentes da intencionalidade do autor e em linha com o conceito de história por ele defendido incluindo, como já vimos, preocupações com a ética, a verdade e a utilidade, com o intuito de enaltecimento colectivo da nação e de lição para as gerações futuras através do perpetuar na memória <sup>185</sup>.

Barros descreve espaços que nunca conheceu *in loco* baseando-se em documentação de diversas proveniências criteriosamente seleccionada, referenciada ao longo da obra, enaltecendo as características do povo português enquanto *civilização superior de moral imperialista* corporizando a *cristalização do mito do oriente na literatura portuguesa*<sup>186</sup> que tem lugar no período Renascentista dos Descobrimentos portugueses.

Não podemos esquecer também que João de Barros, para além de historiador, é um gramático e acérrimo defensor da língua portuguesa e que o “exercício da língua é

---

<sup>183</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. VIII, C. VI, p. 2.

<sup>184</sup> *Idem, ibidem*, p. 7.

<sup>185</sup> Cf. pp. 50-51, onde se explicita o conceito de história de João de Barros.

<sup>186</sup> Álvaro Manuel Machado, *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Biblioteca Breve, Volume 72, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

igualmente um modo de demarcar as fronteiras, de traçar o domínio de uma soberania territorial”<sup>187</sup>, pelo que escolhe escrever em português.

---

<sup>187</sup> Ana Paula Avelar, *No discurso das Histórias, o Pulsar dos Mares*, CD-ROM, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, módulo 1, parte 3, p. 2.

**Capítulo II – Os primeiros intérpretes/*língua* portugueses na  
*Ásia* de Quinhentos**

## **Capítulo II – Os primeiros intérpretes/língua portugueses na Ásia de Quinhentos**

Procuramos identificar os *língua* que serviram os portugueses nos seus contactos com as novas gentes encontradas durante os esforços de descoberta que decorreram no século XVI, explicitamente mencionados na nossa fonte principal, a *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*.

Neste sentido, faremos uma incursão pelos conceitos, modelos e paradigmas que modelam os Estudos de Tradução e Interpretação nos nossos tempos, que nos auxiliarão a entender as diferenças essenciais e os traços distintivos dos tradutores e dos intérpretes como base para a compreensão das funções desempenhadas por estes *língua*.

Começaremos por procurar os contextos de um conceito de intérprete, para poder seguidamente partir à *descoberta* dos *língua*.

## 2.1. Contextos de um conceito de intérprete: em busca de um estado da arte

*A função do intérprete é converter um pensamento ou expressão de uma língua de partida numa expressão com significado comparável numa língua de chegada em “tempo real”. A função do intérprete é transmitir todos os elementos semânticos (tom e registo) e todas as intenções e sentimentos contidos na mensagem que o falante da língua de partida pretende comunicar aos receptores que a ouvem na língua de chegada.*<sup>188</sup>

Apesar de termos plena consciência das limitações da Wikipedia enquanto obra de referência em trabalhos académicos, por ser tão simples e tão clara a definição que ela propõe para a função do intérprete, não resistimos em transcrevê-la aqui, traduzida do inglês.

Torna-se claro que a interpretação envolve vários pressupostos. Em primeiro lugar o domínio pleno de duas (ou mais) línguas: a de partida, que pode ser apenas entendida de modo passivo, isto é, sem necessidade de o intérprete se expressar nela; e a de chegada, aquela em que a mensagem final é produzida pelo intérprete, aquela em que ele se expressa. Em segundo lugar o entendimento do que é dito, o *pensamento ou expressão* que é transmitido pelo emissor da mensagem. E, finalmente, a adequação da mensagem na língua de partida ao contexto da língua de chegada mantendo a significação e, tanto quanto possível, *todas as intenções e sentimentos, tom e registo*.

Foram aqui introduzidos alguns conceitos que importa clarificar. Segundo os critérios da AIIC, a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, as

---

<sup>188</sup> Artigo “Language interpretation” in *Wikipedia*: “An *interpreter* is a person who converts a thought or expression in a source language into an expression with a comparable meaning in a target language in “real time”. The interpreter's function is to convey every semantic element (tone and register) and every intention and feeling of the message that the source-language speaker is directing to target-language recipients”. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Interpreting>>. Data de consulta: 11 de Novembro de 2010.

competências linguísticas de um intérprete são identificadas por letras, de A a C. Assim, a língua A é a língua activa, para a qual interpreta, em geral a sua língua materna (ou uma língua que ele domina como se fosse a materna), a língua B é uma língua que o intérprete domina perfeitamente e para a qual pode interpretar, dependendo do assunto e das circunstâncias, e a língua C é uma língua (ou mais) da qual o intérprete possui uma compreensão total, a partir da qual ele interpreta, mas para a qual ele não traduz<sup>189</sup>.

Exemplificando: um intérprete português, filho de emigrantes em França, que estudou inglês na universidade e fez um curso de alemão, pode ter como língua A o português e o francês; como língua B o inglês; e o alemão, que terá estudado com menos profundidade, como língua C. Para este intérprete as línguas de partida poderão ser as quatro mencionadas, enquanto as de chegada serão indiferentemente o português e o francês. Em temas de carácter geral que não sejam tão exigentes em termos de domínio do idioma poderá usar também o inglês como língua de chegada.

No entanto, como já se disse, para os *língua* do século XVI, ou para os intérpretes do século XXI, conhecer um idioma e saber falá-lo não é suficiente para ser um bom intérprete. É necessária uma (quase) aculturação/interculturalidade na partilha dos costumes, dos interesses e sentires do *outro*. Como explica Luís Filipe Barreto:

A aculturação portuguesa na expansão dos séculos XV a XVII implica três dimensões. A das relações interculturais, enquanto prática e vivência (...). A da cultura material, o mundo das trocas e transferências, das plantas e animais, aos produtos e técnicas de consumo e gosto e a da cultura intelectual, horizontes de valores e de conhecimento, criadores de reflexão acerca das acções, palavras e coisas.<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> Adaptado da entrada “Combinação linguística de um intérprete” do *Glossário da Interpretação* disponibilizado na página internet do Calliope, Grupo de Intérpretes Consultores Regionais reconhecidos pela AIIC em Portugal. Disponível em: <<http://www.calliope-interpreters.org/po/glossary.htm>>. Data de consulta: 6 de Janeiro de 2011.

<sup>190</sup> Luís Filipe Barreto, “A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso-Tropicalismo”, in *Portugal: Percursos de Interculturalidade, Volume I – Raízes e Estruturas*, Coordenação de Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Dezembro de 2008, pp. 478.

Apesar dos fortes contrastes entre as descobertas portuguesas e as conquistas espanholas, desde logo subjacentes na terminologia intencionalmente aqui empregue, e tão bem explicitados por Luis Filipe Thomaz no seu artigo *Catolicismo e Multiculturalismo*<sup>191</sup>, onde este refere, entre as considerações de ordem histórica e geográfica que “[o] Castelhana habituou-se desde cedo a impor e a impor-se, enquanto que o Português teve desde sempre de transigir e de aceitar para poder sobreviver. O contacto com os diversos povos que frequentavam as suas costas cedo lhe deve ter dado a noção de que o seu país, sendo uma finisterra, era um ponto de passagem, não o umbigo do mundo<sup>192</sup>; ou entre as considerações de natureza demográfica e económica, que “[f]altavam a Portugal homens e dinheiros para poder ter sucesso em modalidades de expansão dispendiosa, implicando conquista, subjugação e enquadramento de populações nativas”<sup>193</sup>, vale a pena procurar na problematização efectuada por Greenblatt e Todorov relativamente ao espaço americano e ao sistema de intérpretes aí utilizado algumas pistas de reflexão, por serem, certamente, aplicáveis às situações dos nossos *língua*.

À semelhança dos nossos *língua* asiáticos, D. Marina, ou La Malinche, a quem se refere a citação de Todorov abaixo transcrita traduzida do inglês, é um exemplo dessa aculturação:

Na realidade ela não se contenta em traduzir; é evidente que ela adopta os valores dos espanhóis e contribui da melhor forma para a prossecução dos seus objectivos. Por um lado, ela procede a uma espécie de conversão cultural, interpretando para Cortez não apenas as palavras dos índios, mas também as suas acções; por outro, ela toma a iniciativa quando necessário, endereçando (...) palavras adequadas, mesmo sem [ele] as proferir. (...) Ela não se submete simplesmente ao outro, ela adopta a ideologia do outro e utiliza-a de modo a compreender melhor a sua própria cultura, como evidencia a eficácia da sua conduta.<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup> Luís Filipe F. R. Thomaz, “Catolicismo e Multiculturalismo”, in *Portugal: Percursos de Interculturalidade*, Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos (coord.), Volume III – Matrizes e Configurações, s.l., Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2008.

<sup>192</sup> Luís Filipe Thomaz, op. cit., p. 403.

<sup>193</sup> *Idem, ibidem*, pp. 405-406.

<sup>194</sup> Tzvetan Todorov, *The Conquest of America: the question of the other*, Tradução de Richard Howard, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1999, pp. 100-101: In fact she is not content merely to

## 2.2. Tradutores vs. Intérpretes

Apesar de o objectivo final ser o mesmo – passar uma mensagem de uma determinada língua para outra – os processos envolvidos na tradução e na interpretação são completamente distintos. Neste sentido, importa rever aqui alguns conceitos dos Estudos de Tradução e Estudos de Interpretação, para tirar ilações que permitam compreender de que forma divergem as necessidades linguísticas e características dos tradutores e dos intérpretes (ou *língua*).

Como o professor Carlos Castilho Pais *não se cansa de afirmar*, nas suas próprias palavras: “[a] tradução (...) não é a Linguística Aplicada, ela não é a Literatura Comparada, como também não é uma qualquer aplicação das Línguas Estrangeiras. Tenho reivindicado para os Estudos de Tradução o estatuto que merecem pelo facto de a tradução ser uma prática da linguagem”<sup>195</sup>.

Na realidade, mesmo em países mais avançados a este nível, os Estudos de Interpretação só agora começam a ganhar visibilidade e independência dos Estudos de Tradução e o mesmo se pode dizer destes em relação à Literatura Comparada. Pese embora este facto, na última década começaram a surgir publicações que analisam independentemente e estabelecem bem a diferença entre estes dois ramos.

Susan Bassnet dedica o primeiro capítulo do livro *Estudos de Tradução*<sup>196</sup> às *Questões fundamentais*, explicando diversas perspectivas que divide em: Língua e cultura; Tipos de tradução; Descodificação e recodificação; Problemas de equivalência; Perdas e ganhos; Intraduzibilidade; e Ciência ou actividade secundária?

---

translate; it is evident that she also adopts the Spaniard’s values and contributes as best as she can to the achievement of their goals. On the one hand, she performs a sort of cultural conversion, interpreting for Cortés not only the Indians’ words but also their actions; on the other hand, she can take the initiative when necessary, and addresses appropriate words to Montezuma (...) without Cortés’s having spoken them previously. (...) She does not simply submit to the other (...) she adopts the other’s ideology and serves it in order to understand her own culture better, as is evidenced by the effectiveness of her conduct (...).

<sup>195</sup> Carlos Castilho Pais, *NOITE e DIA na tradução dos poemas de B. Brecht*, p. 1. Disponível em: <<http://www.univ-ab.pt/~castilho/noite%20e%20dia.pdf>>. Data de consulta: 10 de Novembro de 2010

<sup>196</sup> Susan Bassnet, *Estudos de Tradução*, Tradução de Vivina de Campos Figueiredo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2003, pp. 35-75.

Estes aspectos tão diferentes demonstram claramente a dificuldade de estudar uma questão tão complexa como é a tradução, aqui considerada nas suas vertentes escrita e oral, e são indicativos da miríade de considerações que esta envolve.

Um argumento semelhante defende Annjo Klungervik Greenall na obra *Translation studies at the interface of disciplines*, quando fala da *Tradução como Diálogo*. Diz ele que “os estudos de tradução são uma disciplina em *manta de retalhos*, com contributos teóricos decorrentes de uma vasta gama de campos do saber. (...) Durante um longo período do último século os estudos de tradução foram dominados por perspectivas linguísticas, enquanto mais recentemente se denotam novas abordagens que privilegiam uma perspectiva social e/ou cultural”<sup>197</sup>.

O livro *Tapping and mapping the processes of translation and interpreting: outlooks on empirical research*<sup>198</sup> é demonstrativo das diferenças e dos esforços desenvolvidos na última década para aprofundar os estudos de tradução e interpretação. Apesar de só ter tido acesso aos excertos disponibilizados na Internet, verifica-se pelos diversos estudos empíricos que se concentram nesta obra que são claras as diferenças entre estes dois ramos de uma mesma actividade: colocar numa língua diferente o que é produzido numa primeira língua.

Com base na publicação da Schreiber Translations, Inc. “Ten Requisites for Professional Translators”, Fernando Brum resume, na sua Dissertação de Mestrado intitulada “As Novas Tecnologias e o Trabalho do Tradutor”, os dez principais requisitos do tradutor profissional.

---

<sup>197</sup> Annjo Klungervik Greenall, “Translation as dialogue”, in João Ferreira Duarte, Alexandra Assis Rosa, Teresa Seruya (eds.), *Translation studies at the interface of disciplines*, Holanda e EUA, John Benjamins Publishing Company, 2006 p. 67. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=aOBnA08TzAwC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 15 de Dezembro de 2010.

<sup>198</sup> Sonja Tirkkonen-Condit, Riitta Jääskeläinen (ed.), *Tapping and mapping the processes of translation and interpreting: outlooks on empirical research*, Holanda e EUA, John Benjamins Publishing Company, 2000. Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=WB2LsPdK3osC&source=gbs\\_similarbooks\\_s&cad=1](http://books.google.pt/books?id=WB2LsPdK3osC&source=gbs_similarbooks_s&cad=1)>. Data de consulta: 12 de Dezembro de 2010.

Naturalmente que, na época em questão, o século XVI, alguns dos factores ali apresentados estavam longe da realidade, como a questão dos prazos apertados, das ferramentas electrónicas ou do pagamento à palavra, que são condições comuns do trabalho dos tradutores nos nossos dias, pelo que assinalamos apenas as três primeiras características, que parecem ser comuns entre esse e este tempo: “profundo conhecimento tanto da língua de origem como da língua de destino”; “um profundo conhecimento de ambas as culturas”; e a capacidade de “acompanhar o crescimento e a mudança da língua e estar actualizado em todas as suas variações e neologismos”<sup>199</sup>.

Sabemos que a tradução era essencialmente efectuada por monges copistas ou outros religiosos, mas alguns ilustres da época terão sido também tradutores, como Damião de Góis, a quem se atribui a tradução do *Livro de Marco Túlio Cícero chamado Catão Maior ou da Velhice dedicado a Tito Pompónio Ático*, e a obra intitulada *Eclesiastes de Salomão, com algumas anotações necessárias*, ambas publicadas em Veneza, no ano de 1538.

Por outro lado, é conhecida a existência da Escola de Tradutores de Toledo, protegida por D. Afonso X, Rei de Leão e Castela, à qual se atribui a tradução a partir do séc. XIII de diversas obras, e que se constitui como exemplo de boa convivência entre estudiosos cristãos, judeus e muçulmanos, imprescindível à comunicação interlinguística. Esta escola deu um contributo fundamental à disponibilização de importantes obras académicas e filosóficas produzidas em diferentes línguas ao traduzi-las para o latim, língua franca daquela época, mas não há qualquer indicação de que dela tivessem saído intérpretes.

Segundo Maria do Céu Fonseca, “Para o recrutamento e formação dos intérpretes eram seguidas várias estratégias, pressuposta a conversão ao cristianismo: fazer cumprir penas de degredo, como forma de povoamento; acolher na Metrópole nativos a fim de receberem a necessária educação literária; e, reciprocamente, enviar para as novas terras meninos órfãos de forma a habituar as populações ao convívio com

---

<sup>199</sup> Fernando Brum, *As Novas Tecnologias e o Trabalho do Tradutor – Guia Prático*, Dissertação de Mestrado em Estudos de Tradução, Lisboa, Universidade Aberta, 2008, pp. 71-74.

o português”<sup>200</sup>. Sistema semelhante terá sido utilizado pelos espanhóis relativamente aos descobrimentos americanos. Claudia Angelelli refere que, confrontado com a impossibilidade de os intérpretes que levava comunicarem com os nativos americanos por estes falarem uma língua completamente nova, Colombo decidiu capturar dez nativos, levando-os para Espanha, onde aprenderam a língua e cultura espanhola, tendo-se servido deles em viagens subsequentes como mediadores linguísticos<sup>201</sup>.

Normalmente estabelece-se a diferença entre tradução e interpretação com base na característica escrita ou oral da mensagem final produzida. Mas Otto Kade, já em 1968 definia a interpretação como uma forma de tradução com carácter marcadamente imediato, em que: o texto na língua de partida se apresenta apenas uma vez, não podendo ser alvo de revisão ou reapreciação; e em que o texto na língua de chegada é produzido sob pressão de tempo, com poucas possibilidades de correcção e revisão<sup>202</sup>. A interpretação tem lugar “aqui e agora” servindo as pessoas que querem comunicar sem barreiras linguísticas ou culturais. Relativamente ao século XVI, vale a pena lembrar que as obras traduzidas eram raras e destinavam-se apenas às classes mais privilegiadas que a elas podiam ter acesso, enquanto a interpretação, se apresentava em duas vertentes: por um lado a assistência durante embaixadas e junto de dignitários, mas também numa vertente de operacionalização da comunicação no dia-a-dia, essencial para a prossecução dos objectivos ou mesmo para a simples satisfação das necessidades básicas, como seria a tomada de informações para seguir viagem, ou a troca de produtos alimentares necessários aos nossos marinheiros.

---

<sup>200</sup> Maria do Céu Fonseca, “Historiografia linguística portuguesa: o processo de gramaticalização de línguas extra-europeias (Oceano Índico)” in *Revista de Letras*, II, nº 4, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, 2005, nota de rodapé inserta na p. 13. Disponível em: <<http://dlac.utad.pt/revista04.pdf>>. Data de consulta 10 de Dezembro de 2010.

<sup>201</sup> Claudia V. Angelelli, *Revisiting the Interpreter's Role*, Holanda e EUA, John Benjamins Publishing Company, 2004, p. 9. Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=Osc5VznIT1cC&source=gbs\\_similarbooks\\_s&cad=1](http://books.google.pt/books?id=Osc5VznIT1cC&source=gbs_similarbooks_s&cad=1)>. Data de consulta: 15 de Dezembro de 2010.

<sup>202</sup> Franz Pöchhacker, “Issues in Interpreting Studies” in Jeremy Munday (ed.), *The Routledge companion to translation studies*, EUA e Canadá, Routledge, 2009, p. 133. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=iSib15M33JMC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 6 de Janeiro de 2011.

Na realidade a tradução, bem como a interpretação, considerada, como já vimos, como uma forma imediata de tradução, podem ser analisadas de diferentes perspectivas e com base em diferentes modelos. Podemos assim dizer que os tradutores/intérpretes desempenham funções *antropológicas*, quando consideramos o papel desempenhado pelos intérpretes na história da civilização humana; *socioprofissionais*, se nos centrarmos mais na questão das estruturas societárias e enquanto profissão desempenhada nessa mesma sociedade; *institucionais*, na medida em que se encontram ligados a instituições sociais ou a elas prestam serviços; podemos salientar o aspecto interactivo da interpretação com base em processos textuais e discursivos, ou estabelecer modelos mais ligados ao nível cognitivo ou neurológico<sup>203</sup>.

Para muitos um tradutor/intérprete é um mero intermediário entre o emissor e o receptor de uma mensagem, com a particularidade de a mensagem ser emitida e recebida em línguas diferentes. Nada mais errado.

Não é aceitável a aceção de que um tradutor/intérprete se limita a executar operações de descodificação de um texto base (na língua de partida), codificando-as através de sinais linguísticos para outra língua (a língua de chegada). Como refere Marc Orlando, num artigo recentemente disponibilizado no sítio Internet da AIIC:

Os intérpretes, não se limitam a descodificar e transcodificar um discurso, comunicam ideias; transmitem a(s) mensagem(ns) veiculada(s) num discurso através de outra língua, de outro veículo linguístico. Isto implica a existência de uma fase não verbal entre as palavras originais e a sua expressão na língua de chegada, durante a qual o tradutor “interpreta” o texto antes de o reformular. (...) Parece ser consensual qual é a cadeia interpretativa, relativamente ao processo cognitivo implicado na interpretação consecutiva: (1) recepção da mensagem; (2) compreensão do que é dito; (3) desverbalização (esta fase inclui o abandono imediato e deliberado das palavras utilizadas na formulação do discurso e a retenção da representação mental da mensagem); (4) reformulação (criação); e (5) reformulação/re-expressão.<sup>204</sup>

---

<sup>203</sup> Adaptado de Franz Pöchhacker, *Introducing interpreting studies*, op. cit., p. 85.

<sup>204</sup> Marc Orlando, *Interpreting Eloquence: When words matter as much as ideas*: «As interpreters, we not merely decode and transcode speech, we deliver ideas; we convey the message(s) of what is said through another language, another linguistic vehicle. This view implies that between the original words and their expression in the target language a non-verbal phase exists, in which the translator

Também Eugene Nida propõe um esquema semelhante, neste caso para o processo de tradução, demonstrando que um texto na língua fonte (ou de partida) é analisado, transferido e reestruturado para se obter o texto traduzido na língua alvo (ou de chegada)<sup>205</sup>.

Outras características essenciais são a clareza, estilo, fluência, ritmo, entoação, coerência, precisão e fidelidade. As intenções e objectivos do emissor têm de ser bem captados/entendidos pelo receptor, não se podem “perder” no intermediário. Ninguém acreditará que um intérprete hesitante e errático está a fazer determinadas exigências numa negociação, a declarar guerra ou a transmitir uma sentença de morte. Há toda uma escala de inter-relações envolvida no trabalho do intérprete, que vão muito para além das questões linguísticas.

Neste sentido, o intérprete tem a necessidade de perceber o que está por detrás de determinadas afirmações para poder comunicá-las de forma eficaz. Não é difícil, assim, aceitar a sugestão de Franz Pöchhacker, segundo a qual a palavra intérprete deriva do termo em latim *interpres* que denomina uma pessoa que explica o *significado*, o *sentido*, daquilo que os outros não entendem, ou têm dificuldade em entender<sup>206</sup>, daqui decorrendo também a ideia de mediação.

Se considerarmos, como refere José Saramago, que «[e]screver é traduzir. Sempre o será. Mesmo quando estivermos a utilizar a nossa própria língua [e que o] trabalho de quem traduz consistirá (...) em passar a outro idioma (...) aquilo que na obra e no idioma originais já havia sido “tradução”, isto é, uma determinada percepção

---

“interprets” the text before reformulating it. (...) A consensus seems to exist on what the interpretative chain is, as far as the cognitive process for consecutive interpreting is concerned: (1) perception of the message; (2) comprehension of what is said; (3) deverbalisation [...] (this phase includes the “immediate and deliberate discarding of the wording and retention of the mental representation of the message”); (4) reformulation (creation), and (5) rephrasing/re-expression». Disponível no sítio internet da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article2628.htm>>. Data de consulta: 21 de Dezembro de 2010.

<sup>205</sup> Adaptado de Susan Bassnet, *Estudos de Tradução*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2003, p. 39.

<sup>206</sup> Franz Pöchhacker, *Introducing interpreting studies*, Londres, Routledge, 2004, p. 10. Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=ZzSQ-9ea1BEC&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.pt/books?id=ZzSQ-9ea1BEC&source=gbs_navlinks_s)>. Data de consulta: 8 de Dezembro de 2010.

de uma realidade social, histórica, ideológica e cultural que não é a do tradutor, substanciada, essa percepção, num entramado linguístico e semântico que igualmente não é o seu»<sup>207</sup>, vemos como é imprescindível este esforço que os profissionais da tradução têm de fazer *para explicar o significado, o sentido daquilo que outros têm dificuldade em entender*.

É frequente ouvir-se dizer que o bom tradutor/intérprete é aquele que permanece invisível, não porque não se veja, mas porque não influi demasiado na comunicação da mensagem. Em termos da tradução, isto quer dizer que quando se lê um texto não queremos pressentir a língua estrangeira em que foi escrito e esperamos que o texto de chegada tenha o mesmo fluir que teria se tivesse sido inicialmente escrito nessa língua. Em termos de interpretação, o processo é o mesmo mas ainda mais complicado devido à necessidade de transmissão imediata.

Na realidade, como afirma Susan Bassnet, se é verdade que o tradutor pode influenciar negativamente uma obra pela sua tradução, também é verdade que este “pode enriquecer ou esclarecer o texto”, contribuindo muito positivamente para a sua disseminação<sup>208</sup>. O mesmo é verdade de um intérprete cioso que procura fazer sentido da mensagem de um orador ininteligível; ou porque tem dificuldades em se expressar no idioma que está a falar, por exemplo não construindo frases com sentido ou não as terminando; ou por ter uma pronúncia difícil.

Nos primeiros tempos as funções de intérprete são desempenhadas por escravos e iletrados que dominam a vertente oral das línguas, portuguesa e estrangeira(s), em oposição aos que desempenham as funções de tradutor, como já vimos, monges copistas e letrados que dominam a vertente escrita. Isto decorre do facto de as competências linguísticas necessárias para um e outro fim serem completamente diferentes. Enquanto se exige a um tradutor que saiba escrever bem a língua para a qual traduz, a um

---

<sup>207</sup> José Saramago, “Traduzir” in *Outros Cadernos de Saramago*, entrada publicada em 2 de Julho de 2009. Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/2009/07/02/traduzir/>>. Data de consulta: 2 de Janeiro de 2011.

<sup>208</sup> Adaptado de Susan Bassnet, *Estudos de Tradução*, Tradução de Vivina de Campos Figueiredo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2003, p. 61.

intérprete exige-se capacidade de adaptação e interpretação do significado e rapidez na transmissão, como veremos em maior pormenor na parte denominada *Requisitos para a escolha dos intérpretes*. Jorge Manuel Flores reforça esta ideia ao afirmar: “Não se exigia erudição, apenas um conhecimento fluente das línguas vernáculas”<sup>209</sup>.

Quanto ao século XVI e aos nossos *língua*, constata-se que, inicialmente, se tratam de indivíduos anónimos total ou parcialmente arredados da estrutura político-administrativa do Estado da Índia, mas mais tarde revelam ser imprescindíveis no acompanhamento das embaixadas e começam a ganhar importância e relevância como mediadores linguísticos, culturais e político-estratégicos.

Por exemplo “os intérpretes de Afonso de Albuquerque (e certamente também os outros) executavam funções administrativas, como o pagamento aos soldados, a gestão das obras de construção das fortalezas e a selecção das ofertas a levar aos dignitários locais”<sup>210</sup>, o que demonstra a confiança que neles era depositada, bem como a sua importância.

Se no início das descobertas era comum utilizar qualquer pessoa que entendesse a língua autóctone ou a língua franca em uso no local para servir de intérprete, verifica-se que à medida que se vai consolidando o *Império Português* começa a existir uma estrutura mais formal e os mesmos *língua* são utilizados por vários agentes da autoridade. Gaspar da Gama, por exemplo, é incluído como *língua* na expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500; faz parte da comitiva de Vasco da Gama na sua segunda viagem à Índia, em 1502; e desempenha funções de *língua* ao serviço do vice-rei Francisco de Almeida, em 1505, e de Afonso de Albuquerque e do Marechal D.

---

<sup>209</sup> Jorge Manuel Flores in A. H. de Oliveira Marques (coord..) 6 volumes, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Volume I, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 381

<sup>210</sup> Dejanirah Couto, “The Role of Interpreters, or *Línguas*, in the Portuguese Empire During the 16<sup>th</sup> Century”, *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 1, número 2, Inverno de 2003, p. 7: “the interpreters of Afonso de Albuquerque (certainly some others as well) executed administrative functions: the payment of soldiers, the management of fortresses’ building works, the selection of gifts to be offered to local royalties”. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf)>. Data de consulta: 3 de Janeiro de 2011.

Fernando Coutinho, em 1510, sendo claramente identificado por João de Barros nestas ocasiões<sup>211</sup>.

Com o avançar do tempo e no espaço, com a chegada à China e Japão, sociedades mais organizadas e com traços civilizacionais peculiares, bem como devido à maior organização das estruturas portuguesas, começa a fazer-se sentir a necessidade de intérpretes mais *profissionais*. Estes tinham, como hoje em dia, de conhecer e entender os traços culturais do *Outro* de modo a respeitar os costumes e exercer uma efectiva e eficaz acção intermediária que permitisse a consecução dos objectivos diplomáticos pretendidos. Cooperação e colaboração passaram a ser as palavras de ordem, principalmente com os altos funcionários provinciais e das autoridades locais, nas mãos dos quais residia o poder executivo imediato.

### **2.3. Identificando os *língua* portugueses na *Ásia* de Quinhentos**

Começamos por salientar que no conceito de *língua portuguesas* incluímos todos aqueles que, mesmo não sendo de nacionalidade portuguesa foram sendo encontrados na gesta dos Descobrimentos e serviram de *língua* com base no português, ou pelo menos enquanto mediadores com os portugueses.

Não esqueçamos que nesta época diversas línguas eram utilizadas na comunicação entre os povos europeus. Por um lado temos a língua franca, o latim, e por outro as línguas vernaculares com maior expressão que incluíam, para além do português, o castelhano e o italiano, misturando-se por vezes num idioma amalgamado que, ainda assim permitia a comunicação. Era usual, portanto, os *língua* não dominarem completamente o português, mas mesmo assim fazerem-se entender com os portugueses e servirem de intérpretes ao seu serviço.

---

<sup>211</sup> Cfr. Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, pp. 99-101, bem como os Quadros Sinópticos inseridos como Anexo II.

Verifica-se, por outro lado, que o termo *língua* “refere não só o intérprete, com competências comunicativas através do uso de duas ou mais línguas, mas também aquele que fornece aos portugueses informações sobre a geografia, gentes, costumes e riquezas das zonas ‘descobertas’.”<sup>212</sup>

Também João de Barros menciona o papel de informador que o *língua* desempenhava, salientando a necessidade de este ser exacto e preciso nas suas descrições:

O Governador Diogo Lopes de Sequeira ante que estes padres do Mosteiro da Visão que ele com tanta solenidade (como dissemos) mandou receber, tinha secretamente enviado a ele um Fernão Dias, homem que sabia mui bem a *língua* arábia, que geralmente se fala per aquelas terras, pera que, notadas as cousas do mosteiro e religiosos dele, o podesse bem informar, e de tudo estar avisado quando os religiosos que Mateus mandara chamar, viessem saber se respondia o seu dito com a vista dele, Fernão Dias.<sup>213</sup>

Assim sendo, mencionamos brevemente no nosso estudo aqueles que eram assim referenciados em geral, mas damos maior ênfase aos *língua* que desempenhavam funções de intérprete e que nos interessa de facto descobrir e assinalar.

Carlos Castilho Pais refere que a tradução oral teria lugar na Corte, no Oriente e no Brasil<sup>214</sup>, fazendo um levantamento bastante alargado das fontes que suportam esta conclusão.

Sob coordenação de Carlos Castilho Pais, em conjunto com Margarita Correia, foram publicados, entre Maio de 2002 e Agosto de 2006, nove números da Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, onde se difundem algumas das conclusões da intensa pesquisa que o professor tem desenvolvido. Na rubrica *Dicionário de Tradutores e Intérpretes de Língua Portuguesa*, incluem-se em cada edição o nome de dois tradutores ou intérpretes, dando-nos imprescindíveis pistas para a nossa própria pesquisa. Mais

---

<sup>212</sup> Carlos Castilho Pais, Artigo “Nomear o Intérprete - Língua”, *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 1, Maio de 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2b.html>>. Data de consulta: 11 de Novembro de 2010.

<sup>213</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. III, L. IV, C. III, p. 1

<sup>214</sup> Idem, pp. 53-75

dois números foram publicados em Novembro de 2006 e Abril de 2007, já sob coordenação de Garry Mullender e opções editoriais completamente diferentes.

Relativamente à zona geográfica a que se refere o nosso estudo, Castilho Pais ressalta o nome de Gaspar da Gama e de seu filho Baltasar, “sem dúvida os *língua* que maiores serviços prestaram ao primeiro vice-rei da Índia, Francisco de Almeida”<sup>215</sup>, e de Alexandre de Ataíde e Francisco de Albuquerque, no tempo de Afonso de Albuquerque, referindo que todos eles seriam judeus e teriam conhecimentos do Árabe, a *língua franca* do oriente.

Também nos números 7 e 8, de Junho de 2005 e Abril de 2006, respectivamente, da Revista Digital *O Língua*<sup>216</sup>, Alexandre de Ataíde e Francisco de Albuquerque são referidos, sendo, o primeiro, o intérprete oficial de Afonso de Albuquerque.

Seguindo estas pistas de investigação, tentámos verificar de que modo estes *língua* são mencionados n’A *Ásia de Joam de Barros. Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, tendo encontrado para além destes muitos outros, num total de 24 *língua*, sinalizados entre os anos de 1493 e 1537. Uma tão grande quantidade de *línguas* exigiu a sistematização de um esquema organizativo. Surgiu assim a necessidade e a ideia de construir tabelas onde se pudessem visualizar, de forma sucinta e esquemática, as referências aos *língua*: os Quadros Sinópticos, que se apresentam como Anexo II, que nos possibilitam uma visão geral e abrangente do período em que decorre a narrativa na obra de referência deste estudo.

Neles, para além dos nomes dos *língua*, são registadas as datas, locais/momentos históricos em que são referenciados, com a respectiva transcrição da sinalização n’A *Ásia de Joam de Barros. Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Sempre que possível, estes dados são complementados com a(s) *língua(s)* dominada(s), a função ocupada e referências em

---

<sup>215</sup> Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, pp. 57

<sup>216</sup> Disponíveis em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/07/index.html>> e <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/08/index.html>>, respectivamente. Data de consulta: 6 de Janeiro de 2011.

outras obras. Por vezes tornou-se impossível encontrar datas precisas para as funções desempenhadas, por não haver indicação directa nos respectivos capítulos. Nestes casos recorreu-se a um sistema alternativo de procura de datas nos capítulos imediatamente anteriores ou posteriores, conforme os casos, aproveitando a organização da obra em sequência cronológica. Incluem-se ainda nos Quadros alguns comentários que procuram esclarecer e justificar a sinalização de determinados indivíduos como *língua* e a sua inclusão nestes Quadros Sinópticos.

Nesta fase tentaremos analisar apenas as questões que se prendem com os seus nomes e datas em que terão desempenhado funções de *língua*, deixando para o ponto *Sinalização das funções e circunstâncias de actuação dos língua*, uma análise mais aprofundada.

Como já se disse, os primeiros *língua* mencionados por João de Barros são Vicente Anes e João Bispo, desempenhando funções na Guiné por volta de 1493. A estes segue-se Fernão Martins, com cinco menções ao longo da Década I, Livro IV, Capítulos IV, V e X, tendo servido como *língua* de árabe na armada de Vasco da Gama, por volta de 1498. Gaspar da Gama é o nome de baptismo de um judeu *Xabandar do Sabaio de Goa*, cujo nome terá sido escolhido em homenagem a um dos Reis Magos e o apelido adoptado do seu padrinho, Vasco da Gama, a quem terá servido. O mesmo Gaspar é referenciado como Gaspar da Índia, *língua* integrado na armada de Pedro Álvares Cabral em 1500. É o *língua* nomeado mais vezes por João de Barros, aparecendo referências a ele entre 1499 e 1510 em sete momentos diferentes.

Gonçalo Madeira, de Tânger, é citado como estando ao serviço de Pedro Álvares Cabral na chegada a Cochim, em 1501, enquanto Gaspar Pires e Gaspar Rodrigues são ambos mencionados como estando ao serviço de Afonso de Albuquerque em 1507 e 1508. Simplesmente mencionado como António, aparece seguidamente um *língua* que em 1508 terá prestado serviço a Diogo Lopes de Sequeira na chegada ao reino de Turubaia. Também em 1510 nos aparece a referência a Francisco de Albuquerque, que terá sido trazido numa nau com Tristão de Ataíde, tendo ficado ao serviço de Afonso de

Albuquerque a partir de 1510, enquanto a referência ao primeiro é única, o segundo será novamente sinalizado por João de Barros em duas situações em 1515.

Em 1512 encontramos as menções mais numerosas a diferentes *língua* num mesmo espaço: Rui de Araújo é nomeado por Afonso de Albuquerque como alcaide-mor e feitor de Malaca em 1512, mas terá também desempenhado funções de *língua*; João Machado e Bastião Rodrigues constituem uma verdadeira dupla de intérpretes, presentes durante o cerco e conquista da Fortaleza de Benestari, que terá sido tomado em 1512 sob ordens de Afonso de Albuquerque; e Samuel, judeu natural do Cairo que falava muitas línguas e servia Afonso de Albuquerque nesse mesmo ano.

Duarte Vaz é nomeado uma vez na Década II, Livro X, Capítulo I e mais duas vezes no Capítulo III da mesma *Década* e Livro. A acção passa-se em 1515, sendo Governador Afonso de Albuquerque. Os três “Ataíde” são nomeados logo de seguida, Alexandre de Ataíde e Tristão aparecem nomeados durante a Recepção ao Rei de Ormuz, ao serviço de Afonso de Albuquerque. Já André de Taíde ou Ataíde é mencionado uma única vez como “língua dos governadores”, em 1520, altura em que estaria ao serviço do Governador Diogo Lopes de Sequeira.

Fernão Dias parece ter desempenhado funções de *língua*, enquanto informador e não intérprete, ao serviço do Governador Diogo Lopes de Sequeira, cujo mandato teve lugar entre 1518-1521. Também ao serviço deste Governador, em 1520, João de Barros menciona João Gonçalves como feitor e língua da embaixada enviada ao Preste. Por outro lado, João de Borba e Diogo Lopes, são nomeados em conjunto em 1521 dizendo que falam a mesma língua, o árabe. João de Borba é o sujeito de uma longa cena em que acaba por enviar os portugueses a uma emboscada. Já António de Noronha aparece nomeado ao serviço do Governador D. Duarte de Meneses, no ano de 1522.

Finalmente encontramos menção a um Duarte Barbosa que terá sido escrivão da feitoria de Cananor, mas terá ocasionalmente desempenhado funções de *língua*, como esta que se encontra sinalizada na Década IV da *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, em 1530, tendo o seu nome surgido já em 1520, na *Década* III. O nome pode levar a

alguma confusão pela coincidência com o capitão da Nau Vitória que é mencionado em 1520, mas pensamos que não se tratará da mesma pessoa. Na realidade, e por comparação com outros cronistas, estamos em crer que este nosso *língua* será o autor do *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Vejamos como as vozes autorais se referem a Duarte Barbosa, começando por João de Barros que descreve as negociações de paz com o Samorim no Malabar:

Esta resposta houveram os naires escrita per apontamentos, os quais Nuno da Cunha mandou a Diogo da Silveira, e recado a Duarte Barbosa, escrivão da feitoria de Cananor, que se fosse para Diogo da Silveira para entrevir neste negócio com ele, por ser mui versado nos modos e costumes dos Malavares e saber bem sua língua.<sup>217</sup>

O primeiro problema que se nos apresenta, desde logo, é que Duarte Barbosa é apresentado como “escrivão da feitoria de Cananor” e não como *língua*, mas se avançarmos um pouco mais na leitura vemos que João de Barros nos diz que ele é “mui versado nos modos e costumes dos Malavares e sabe bem sua língua”, por outro lado, é solicitado a *entrevir* no *negócio* das negociações de paz com o Samorim. Como temos defendido até aqui, o conhecimento de uma língua estrangeira não é suficiente para um bom *língua*, é necessário, aliás imprescindível na maioria das vezes, também ser *versado* nos modos e costumes para desempenhar essa função com eficácia.

Outro cronista, Gaspar Correia, atesta estas competências:

Este Gil Fernandes tinha hum sobrinho chamado Duarte Barbosa, que estando com elle em Cochym aprendeo tanto a lingoa dos Malauares, que a fallaua melhor que os proprios da terra<sup>218</sup>

e mais à frente adita ainda outra informação:

---

<sup>217</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. IV, L. IV, C. III, pp. 4-5

<sup>218</sup> FELNER, Rodrigo José de Lima (dir.), “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, p. 335. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=XT8gAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 8 de Novembro de 2011

(...) porque minha tenção he nom escreuer nada destas terras e seus costumes, como ouve alguns que o fizerão, em que foy hum delles Duarte Barbosa, sobrinho do feitor de Cananor Gil Fernandes Barbosa, que fez hum Tratado, que eu vi, de totalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando nos Lequeos, correndo todo o mar, que acabou no cabo da Boa Esperança<sup>219</sup>

Ora reunindo todas estas informações, penso que será seguro afirmar que o Duarte Barbosa que João de Barros refere poderá ser o escrivão da feitoria de Cananor, o autor do *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa* e, simultaneamente, desempenhar as funções de *língua*, ou pelo menos tê-lo-á feito na situação em presença.

João Santiago é o último *língua* a ser referenciado como estando ao serviço do Governador Nuno da Cunha e do seu secretário Simão Ferreira, em 1533 e 1537.

Apesar do pequeno lapso dos “Ataíde”, analisado na parte *Sinalização das funções e circunstâncias de actuação dos língua*, que poderá dever-se à fonte que o inspirou, João de Barros menciona os nomes de vinte e quatro *língua* num período de 44 anos, que medeia entre 1493 e 1537. Mas mesmo os que não são nomeados vêem os seus esforços serem reconhecidos ao nível da promoção da convivência e entendimento, através das descrições das suas acções, como se verifica no caso que a seguir se transcreve, onde encontramos dois *língua* que acompanham Fernando Afonso “o qual ia em modo de embaixador ao Rei de Cabo Verde”:

Os negros da terra, por já serem costumados ver os nossos navios, tinham olho no mar, como quem vigiava, e havendo vista deste, vieram a ele em suas almadias com mão armada e tenção de fazer algum dano. Mas quando acharam as línguas que lhes falaram, per as quais souberam o fundamento a que o Infante mandava o navio, e que vinha nele embaixador e algvas cousas, pera o seu Rei, ficaram com ânimo menos indinado, respondendo a propósito, de maneira que foram levar recados ao regedor da terra (...)<sup>220</sup>

---

<sup>219</sup> *Idem, ibidem*, p. 357

<sup>220</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. I, C. XV, p. 3.

### **Capítulo III – Condicionaismos Históricos e Dinâmicas de um *Poder***

### **Capítulo III – Condicionismos Históricos e Dinâmicas de um *Poder***

No capítulo anterior tecemos algumas considerações sobre as diferenças e semelhanças dos papéis desempenhados pelos tradutores e intérpretes, concluindo que ainda que a função final fosse a mesma: passar uma mensagem numa língua de partida para uma língua de chegada, havia significativas diferenças no tempo e no modo como tal era feito.

Mas centremo-nos agora apenas nos *língua*, nos intérpretes que no século XVI ajudaram os navegadores portugueses a entender o *outro* que estes buscavam e procuravam compreender para melhor conquistar, sem esquecer que esta conquista é aqui entendida em duas vertentes: enquanto conquista propriamente dita dos seus territórios; e no sentido da conquista/conversão à fé cristã.

Analisemos, então, as características que poderiam ter dado azo a que determinadas pessoas fossem seleccionadas para desempenhar a função de intérpretes, em detrimento de outras, quais eram as funções e circunstâncias em que actuavam e qual seria o verdadeiro *poder* dos *língua*.

### 3.1. Requisitos para a escolha dos intérpretes

É atribuída a Carlos Magno a frase “falar outra língua é ter outra alma”. Recorremos a esta frase, naturalmente não no sentido literal, mas na medida em que falar uma língua estrangeira, muito mais do que o domínio de um código linguístico, implica a abertura de novas janelas de compreensão e entendimento do *outro*, porquanto conhecer uma língua é também conhecer a cultura e sociedade em que ela se expressa.

O mesmo salienta Filipa Amendoeira no artigo intitulado *Uma língua, uma identidade*: “O bilinguismo, nos seus diversos estatutos e momentos de aquisição, oferece um vasto leque de situações privilegiadas de interacções socioculturais: o conhecimento de culturas, modos de comunicação, de pensamento, de manifestação de desejos, opiniões e interesses diversificados”<sup>221</sup>.

Baseando-se no binómio cultura-pensamento, o linguista Benjamin Lee Whorf, já nos anos trinta, tinha aventado o princípio da relatividade linguística, dando origem à controversa hipótese Sapir-Whorf, onde se defende que a estrutura de uma língua condiciona a forma como a pessoa vê e compreende o mundo que a rodeia, conseqüentemente influenciando o pensamento e o comportamento dos seus falantes<sup>222</sup>. Subscrevendo esta perspectiva e desenvolvendo-a, o semiótico soviético, Jurí Lotman, afirma que a língua é um *sistema modelizante* e que uma “língua não pode existir se não estiver inserida no contexto de uma cultura e uma cultura não pode existir se não tiver no seu centro a estrutura de uma língua natural”<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> Filipa Amendoeira, “Uma língua, uma identidade” in *Des(a)fiando discursos: livro de Homenagem à professora Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, p. 40

<sup>222</sup> Introdução do livro *Language, thought and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf*, John B. Carroll (ed.), EUA, Massachusetts Institute of Technology, 1956, p. 23. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=W2d1Q4el00QC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

Data de consulta: 15 de Dezembro de 2010

<sup>223</sup> Jurí Lotman; Uspensky, B.A. – On the Semiotic Mechanism of Culture. *New Literary History*, IX (2), 1978, pp. 211-32, *apud* Susan Bassnet, *Estudos de Tradução*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2003, p. 36

Mas, na realidade, este relativismo linguístico, que sugere que os nossos pensamentos são condicionados pela língua que falamos, impossibilitaria a comunicação e a compreensão intercultural e interlinguística que se tem estabelecido ao longo dos anos.

Estas ideias servem aqui para demonstrar e reforçar que o papel dos intérpretes se centra muito mais num quadro de mediação cultural e comunicacional, do que no de simples mediação linguística.

Como vimos na parte denominada *Tradutores vs. Intérpretes*, mais do que descodificar uma mensagem codificando-a novamente numa outra língua com recurso a signos linguísticos, o intérprete tem de entender e reformular o que ouve, adoptando um nível adequado à transmissão da mensagem, e, mais importante ainda, ao entendimento cabal dessa mesma mensagem.

Assim, é fácil entender que o domínio de duas ou mais línguas não é suficiente para constituir um bom tradutor/intérprete. O bom tradutor/intérprete tem de conseguir abstrair-se dos seus próprios critérios de análise e opiniões e criar uma certa imunidade relativamente ao conteúdo da mensagem, para poder transferir eficazmente o que o emissor pretende transmitir; ele tem de ser invisível e isento, isto é, deve tentar não omitir ou acrescentar e não manifestar as suas perspectivas pessoais, sendo fiel e verdadeiro na comunicação da mensagem original, o que exige o recurso a diversas competências extralinguísticas.

Quantos de nós, intérpretes profissionais, já nos vimos envolvidos em situações onde a total abstracção da mensagem e força anímica se nos impõem como condições *sine qua non* para desempenhar cabalmente as nossas funções? Quantos já tivemos de intermediar reuniões onde se anunciam despedimentos? Ou de interpretar conferências médicas onde assistimos horrorizados, mas com aparente normalidade e sem nunca hesitar na nossa prestação, a filmes onde são mostradas intervenções e cirurgias no mínimo perturbadoras? Ou quantos já tivemos de transmitir relatos na primeira pessoa de vítimas de crimes violentos, como os perpetrados pela ETA ou durante os conflitos no Ruanda, por exemplo? Quantos já estivemos em tribunal ou dentro de celas em

estreita convivência com presos e criminosos de quem temos de replicar a versão dos factos, ou mesmo comunicar decisões menos agradáveis, mantendo a postura austera de isenção e profissionalismo?

Susan Bassnet refere que o “tradutor não pode ser o autor do texto fonte, mas enquanto autor do texto traduzido, ele tem uma inequívoca responsabilidade perante os leitores do texto na língua de chegada”<sup>224</sup>. Transpondo para o intérprete, podemos dizer que ele não comunica as suas próprias ideias, mas tem a responsabilidade de fazer chegar ao receptor a mensagem transmitida pelo emissor com coerência, de modo eficaz e fiel.

Para além do perfeito domínio das duas línguas envolvidas, o tradutor/intérprete tem de conhecer as nuances culturais e sociais em jogo para poder compreender e adaptar o discurso à situação em presença. Tem ainda de dispor de outras aptidões, como a capacidade de avaliar a audiência e o nível de percepção/conhecimento da mesma relativamente ao que é dito, exigindo-se, por vezes, a introdução de pequenos comentários de contextualização, quando o intérprete considera que o que é dito não vai ser entendido pelo receptor.

O intérprete não é um mero *papagaio*, é um agente facilitador da comunicação que tem de tomar instantaneamente decisões sobre como vai comunicar a mensagem, de modo adequado à situação e mantendo o significado do que é originalmente dito, com todas as nuances e implicações.

Um exemplo paradigmático dos amplos conhecimentos sobre diversas matérias que os intérpretes necessitam de dominar pode ser encontrado no processo de selecção utilizado nos Julgamentos de Nuremberga:

“Para testar os candidatos, Uiberall pedia-lhes que nomeassem 10 árvores, 10 peças de automóvel, 10 ferramentas utilizadas na agricultura, etc., em duas línguas. Para além de aferir os conhecimentos linguísticos gerais, estes testes estavam orientados para a tarefa a desempenhar, uma vez que se exige aos

---

<sup>224</sup> Susan Bassnet, *op. cit.*, p. 50

intérpretes conhecimentos sobre uma ampla variedade de campos e o domínio do vocabulário correspondente nas línguas em que pretendem trabalhar.”<sup>225</sup>

A primeira série destes julgamentos teve lugar em Nuremberga entre Novembro de 1945 e Outubro de 1946, envolvendo vários juízes e procuradores de nacionalidade soviética, britânica, americana e francesa, advogados de defesa maioritariamente alemães, bem como vinte e quatro acusados e testemunhas de diferentes nacionalidades. Para além das quatro línguas oficiais: inglês, alemão, francês e russo, foi necessário recorrer a intérpretes consecutivos de outras línguas como o ídiche, húngaro, checo, ucraniano e polaco.

Os constrangimentos linguísticos impostos pela necessidade de garantir um julgamento justo e equitativo às pessoas envolvidas nos crimes praticados na Alemanha nazi levaram à necessidade de implementar um sistema de interpretação que garantisse o bom andamento dos procedimentos legais, sem as interrupções e as demoras causadas pela existência de intérpretes a trabalhar em modo consecutivo que, como se sabe, faz duplicar o tempo dispendido.

Assim nasceu o sistema de Interpretação Simultânea, em cabine insonorizada e com equipamento de áudio, que hoje se utiliza em instituições multilíngues como as Nações Unidas ou a União Europeia, com seis e vinte e três línguas de trabalho oficiais, respectivamente.

Outro aspecto salientado relativamente a este recrutamento era a necessidade de o intérprete responder bem ao stress e à pressão imposta, não só por todo o cenário envolvido, mas pela velocidade a que os oradores falavam:

para além do domínio excepcional das duas línguas e de conhecimentos alargados ao nível cultural e educativo, os candidatos precisavam de dispor de

---

<sup>225</sup> Francesca Gaiba, *The Origins of Simultaneous Interpretation: The Nuremberg Trial*, Canadá, University of Ottawa Press, 1998, p. 43: “In order to test the candidates, Uiberall would ask them to name 10 trees, 10 automobile parts, 10 agricultural implements, etc., in two languages. He was testing not only general language knowledge: his tests were job-oriented, since interpreters were required to be knowledgeable about a variety of fields and to master the corresponding vocabulary in the languages they wanted to work in”. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=qP2PQkhDVbcC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 21 de Dezembro de 2010.

qualidades específicas (...) como a capacidade de adoptar comportamentos adequados e de manter a calma em situações de tensão. (...) Os intérpretes deveriam ter um domínio, ao nível de um falante nativo, da(s) língua(s) estrangeira(s) com que se propunham trabalhar. Este domínio da língua e fluência discursiva deveria ser acompanhado de um vasto vocabulário cobrindo diversos campos (...); os intérpretes deveriam ter a capacidade de encontrar rapidamente uma alternativa caso a tradução exacta não lhes surgisse imediatamente, uma vez que não deveriam hesitar ou interromper a interpretação (...), finalmente, os intérpretes deveriam ter uma voz agradável e articular claramente”<sup>226</sup>.

É interessante verificar também que os intérpretes seleccionados em Nuremberga traduziam melhor da língua nativa para a estrangeira: “Os intérpretes tinham primeiro de entender perfeitamente o que estava a ser dito e depois conseguiam quase sempre encontrar as palavras adequadas na segunda língua para expressar a ideia a transmitir”. Por outro lado “os melhores linguistas académicos e tradutores nem sempre eram seleccionados”<sup>227</sup>, uma vez que frequentemente não conseguiam dominar o vocabulário básico ou ter a desenvoltura necessária para traduzir de uma língua para outra à velocidade (quase instantânea) exigida.

No artigo *Interpreters: inside the glass booth*, Elsa B. Endrst, recolhe a opinião de alguns intérpretes das Nações Unidas que reforçam precisamente a importância destas características pessoais.

Monique Corvington, Chefe do Serviço de Interpretação das Nações Unidas, salienta que para além das competências linguísticas é necessário ter uma mente curiosa, sede de conhecimento e boa capacidade de concentração, por vezes durante longos períodos. O intérprete árabe Walid Skaf refere que o intérprete se deve colocar

---

<sup>226</sup> Francesca Gaiba, *op. cit.*, pp. 46-47: “an exceptional knowledge of the two languages and a broad cultural and educational backgrounds. In addition, candidates needed specific qualifications (...) such as composure and the ability to remain calm in stressful situations. (...) interpreters were supposed to have a native-like knowledge of the foreign language(s) with which they wanted to work. The language mastery and fluency had to be accompanied by a broad vocabulary in many different subjects”; “interpreters had to be able to quickly find an alternative if the best translation did not come to mind, as they were not supposed to stutter or stop (...) finally, interpreters were required to have a good voice and clear enunciation”.

<sup>227</sup> Idem, *op. cit.*, p. 48: “The interpreters first had to understand perfectly what was being said and then could usually find suitable words in the second language to express the thought” e “the best academic linguists and translators were sometimes refused for the job”.

no lugar do orador e expressar as emoções que este transmite, transferindo a mensagem de modo coerente não apenas numa língua diferente, mas tendo em atenção o diferente contexto cultural, e que um bom intérprete deve ser sempre justo e capaz de prestar um bom serviço a qualquer pessoa, independentemente da sua opinião pessoal, especialmente no contexto político<sup>228</sup>.

Não podemos, naturalmente, saber até que ponto os *língua* do século XVI tinham consciência destes condicionalismos, nem tão pouco se estas preocupações ocupavam algum espaço na sua preparação para tão difícil função.

Sabemos no entanto que eles tinham de dominar duas ou mais línguas e de ser sensíveis às diferenças culturais do *outro* com quem pretendiam comunicar. Numa altura e em nações onde a hierarquia social se manifestava tão claramente, conhecer as fórmulas adequadas de cumprimento e os modos de abordagem e aproximação evitava, certamente, grandes embaraços e problemas. Basta lembrarmo-nos do elaborado modo de cumprimento de alguns povos do oriente, como os chineses ou os japoneses, para compreender claramente esta necessidade.

Por outro lado, uma vez que os *língua* passavam a fazer parte de uma estrutura mais ou menos fixa, dando-se, por exemplo, a passagem de pais para filho da profissão, e devido ao facto de ninguém contratar um *língua* pouco eficiente, eles tinham de estar bem preparados e à altura da sua função. Não será despropositado referir que, ainda hoje, só se entra no mercado de trabalho da interpretação através de recomendação, seja por parte de outros colegas intérpretes ou através da passagem dos nossos contactos de cliente para cliente, uma vez que as capacidades de trabalho de um intérprete são muito difíceis de medir quantitativamente.

Naturalmente que as condições em que os *língua* tinham de actuar eram muito diferentes das condições e situações em que os serviços de interpretação são

---

<sup>228</sup> Adaptado do artigo de Elsa B. Endrst, *Interpreters: inside the glass booth*, UN Chronicle, Setembro de 1991. Disponível em: <[http://findarticles.com/p/articles/mi\\_m1309/is\\_n3\\_v28/ai\\_11547959/](http://findarticles.com/p/articles/mi_m1309/is_n3_v28/ai_11547959/)>. Data de consulta: 15 de Novembro de 2010

actualmente prestados, no entanto, os pressupostos seriam os mesmos. Os intérpretes de ontem, como os de hoje, eram agentes facilitadores do processo de comunicação entre pessoas que não se expressavam na mesma língua, desempenhando funções de mediação interlinguística mas também intercultural, único garante de que a mensagem transmitida é adequadamente recebida pelo destinatário.

Como já referido, apenas nos julgamentos de Nuremberga foi pela primeira vez experimentada a Interpretação Simultânea, pelo que os serviços dos *língua* seriam prestados através dos modos denominados Interpretação Consecutiva ou Murmúrio (*chuchotage*)<sup>229</sup>.

Assim, se realizassem Interpretação Consecutiva, os *língua* teriam de aguardar que o orador terminasse o seu discurso para o comunicar seguidamente, tendo de depender da sua memória para fixar o que ia sendo dito, já que a possibilidade de tirar notas, como se faz actualmente em situações similares, não seria muito exequível em encontros entre as altas instâncias engajadas numa negociação, por exemplo. Esta forma de interpretar pode deturpar bastante a mensagem, já que, se a quantidade de informação for substancial, o intérprete corre o risco de se esquecer de parte significativa.

Outra alternativa seria o Murmúrio ou *chuchotage*, como também é conhecido este método, em que o intérprete se coloca por detrás do destinatário, comunicando a mensagem na língua que este entende, falando ao mesmo tempo que o orador. Este método é mais fiável pois o intérprete vai debitando a mensagem à medida que esta é produzida, mas pode perturbar os presentes numa sala pequena, já que a voz do intérprete se vai ouvir, para além de só ser eficaz quando se destina a um número reduzido de ouvintes.

---

<sup>229</sup> A propósito das diferenças e modos como pode ser efectuada a interpretação, veja-se James Nolan, *Interpretation: techniques and exercises*, Reino Unido, EUA e Canadá, Multilingual Matters, Ltd., pp. 3-4. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=WG8PgHGtjboC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.  
Data de consulta: 15 de Janeiro de 2011

Podemos imaginar a situação de um *língua* perante uma assembleia de grandes dignitários - reis, sacerdotes e outras personagens importantes das sociedades da época - todos pendentes das suas palavras. Imaginemos a pressão a que estariam sujeitos. E se não entendessem alguma palavra? E se não conseguissem comunicar integralmente a mensagem? E se o destinatário não ficasse satisfeito com o conteúdo da mensagem? Lembremo-nos da situação relatada por João de Barros em que o *língua*, não importa agora o seu nome, foi obrigado a jurar sobre os Evangelhos que não iria omitir nada do que fosse dito.

Certamente que estas e outras questões passariam pela cabeça dos nossos *língua* mas, infelizmente, não encontramos respostas definitivas uma vez que, como afirma Carlos Castilho Pais, «A história interessou-se por eles mais como *desterrados, viajantes ou aventureiros* do que como mediadores da comunicação entre os portugueses e as ‘novas gentes’»<sup>230</sup>. Também as *Décadas da Ásia* de João de Barros são muito parcas em informação sobre os nossos *língua*, obrigando-nos a recorrer a uma boa dose de imaginação para tirar conclusões.

Como vimos na parte intitulada *Identificando os língua portugueses na Ásia de Quinhentos*, existem algumas referências aos seus nomes, mas quase nada é dito sobre as suas características específicas quanto mais sobre os requisitos que possam ter presidido à sua escolha para a função. Saliente-se, aliás, que a referência mais longa aponta apenas para as características negativas que podiam concentrar-se num *língua*. Atente-se no seguinte parágrafo:

Jorge de Brito, depois que aquele urdidor do pecado, João de Borba, andou tecendo com recados de va e outra parte aquela tea de morte, já com indignação de quam pouca rezão fazia de si aquele bárbaro, determinou, per conselho de todolos capitães, entrar na cidade.<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, p. 51: «La Historia se ha interesado por ellos más como desterrados, viajeros o aventureros que como mediadores de la comunicación entre los portugueses y las 'nuevas gentes'».

<sup>231</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, Década III, Livro V, Capítulo III, p. 5

onde se vê que o *língua*, João de Borba, foi urdidor do pecado, teceu uma teia de morte, perdeu a razão e tornou-se bárbaro.

Mas andemos um pouco para trás no tempo e analisemos as *Siete Partidas*<sup>232</sup>, código normativo atribuído a Afonso X de Castela, o Sábio, provavelmente redigido entre 1256 e 1265.

No título XXX “Que fabla de los alfaqueques” encontramos três leis que pormenorizam o significado desta palavra, as características que os escolhidos devem ter para desempenhar estas funções, como são seleccionados e confirmados para o exercício do seu mester, e quais as recompensas e penas previstas para aplicação consoante o seu comportamento e sucesso ao longo do processo de resgate.

Logo no preâmbulo deste título encontramos a correspondência alfaqueque-intérprete: “e agora vamos falar dos alfaqueques que são turgimães e fiéis para pleitear e resgatar cativos”<sup>233</sup>, e, continuando a ler, concluímos que *Alfaqueque* significa, em Árabe, homem sincero nomeado para o resgate de cativos.

Na realidade, o resgate ou redenção de cativos é uma forma de assistência que conheceu grande desenvolvimento em todo o mundo na Idade Média, não só através dos Alfaqueques, como dos Trinitários, Ordem Religiosa fundada em Itália, em 1198, com esta função específica. Conhecida em Portugal como Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos, data de cerca de 1207 a sua presença no nosso país, sob a égide e protecção de D. Sancho I e, seguidamente, de D. Afonso II.

As suas funções prosseguiram durante os reinados de D. João II e D. Manuel I e, em 1554, com o auxílio de D. João III a Ordem foi reformada, intensificando-se a sua

---

<sup>232</sup> *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de La Historia*, Tomo II, Partida Segunda y Tercera, Madrid, Imprenta Real, 1807, pp. 336-339. Disponível em: <<http://fama2.us.es/fde/lasSietePartidasEd1807T2.pdf>>. Data de consulta: 25 de Outubro de 2010. Versão em inglês de excertos por Samuel Parsons Scott (trad.), Robert Ignatius Burns (ed.), *Las siete partidas*, Estados Unidos da América, University of Pennsylvania Press, 2001, pp. 524-526. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=MzIrIM5XRk8C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 25 de Outubro de 2010.

<sup>233</sup> Adaptado de *Siete Partidas*, *op. cit.* p. 171: “et agora queremos decir en este de los alfaqueques que son trujamanes et fieles para pleytearlos et sacarlos de cativo”.

actividade, especialmente notória no rescaldo da derrota de Alcácer Quibir. O trabalho da Ordem era financiado com fundos provenientes das heranças dos que faleciam sem herdeiros e de outros legados por mercê real, bem como das esmolas recolhidas pelos memposteiros, religiosos especialmente designados para realizar peditórios para este fim<sup>234</sup>. A Ordem só viria a ser extinta em 1834 no âmbito da Reforma Eclesiástica implementada por Joaquim António de Aguiar que atingiu todas as instituições religiosas.

O que importa reter relativamente aos *Alfaqueques* são as seis características que lhes são apontadas nas *Siete Partidas*: devem ser verdadeiros, como lhes advém do nome; *sem cobiça*; conhecedores da língua que se fala nos locais onde vão desempenhar funções *como se da sua se tratasse*; não podem ser rancorosos; devem ser corajosos; e *ter algo de seu*.

Estas são as exigências, seguidamente explicadas em detalhe. Assim, a verdade convém à sua função para não causar dano a ambas as partes, cativos e carcereiros; não tendo cobiça preocupar-se-ão mais com os benefícios dos cativos do que o seu próprio; o conhecimento da língua permite-lhes entender o que dizem ambas as partes e responder e dizer *o que convém*; não sendo rancorosos nada terão contra o cativo, seus amigos ou parentes que impeça o seu trabalho de resgate; a coragem ajuda-os a não hesitar perante os perigos das *estradas, terra ou mar*; e ter algo de seu garante que voltam com os cativos ou pelo menos têm posses para reparar os danos do seu fracasso.

Mas há ainda outros requisitos – como se estes fossem poucos! Têm de ser de *linhagem bem afamada*, têm de ser indicados por doze *homens bons* escolhidos pelo rei ou seu representante, ou pelo conselho do local onde moram e que têm de os conhecer pessoalmente e atestar que têm todas as qualidades antes fixadas, jurando sobre a bíblia. Seguidamente têm, eles próprios, de jurar a sua fidelidade para com os compromissos assumidos perante os cativos que vão resgatar, prometendo desenvolver todos os

---

<sup>234</sup> Nuno Moniz Pereira, *A Assistência em Portugal na Idade Média*, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, 2008, pp. 96-100

esforços possíveis e não se deixando levar por qualquer oferta que lhes possa ser feita ou prometida para irem contra este intento.

Resumindo, os *Alfaqueques*, primeiros agentes intérpretes, deveriam ser pessoas de boas famílias, puros de coração e piedosos, dominar duas ou mais línguas e renunciar a qualquer prémio ou oferta a que não tivessem direito legítimo pelo resgate dos cativos que salvavam com tão grandes perigos. Algo que nos parece um pouco difícil numa época em que se procurava enriquecer a todo o custo.

Apesar de, com o passar dos anos e a experiência adquirida, os missionários que se dedicavam à tarefa de conversão virem a concluir que só poderiam evangelizar os povos recém-descobertos através da sua própria língua, num primeiro momento era uso recorrer-se ao serviço de *línguas* também para a evangelização. João de Barros dá-nos um exemplo, de onde se depreende que os *moços* iriam coadjuvar os *religiosos*, desempenhando funções, ainda que possivelmente de modo informal, de *língua*:

A este tempo passava de dous anos, que era feito cristão o embaixador del-Rei de Congo e os moços que com eles vieram. E porque já entendiam bem a língua de que eles principalmente haviam de servir na conversão del-Rei e de todo o reino de Congo, e também em as cousas da Fé estavam doutrinados, segundo a capacidade de seu entendimento, mandou el-Rei que pera esta passagem deles e dos religiosos que haviam de ministrar as cousas desta conversão, se fizessem prestes três navios já no fim do ano de quatrocentos e noventa.<sup>235</sup>

Naturalmente que se punham aqui algumas dificuldades, como a impossibilidade de ouvir em confissão – acto tão pessoal e íntimo – um habitante local que não falasse a mesma língua que o confessor. Neste caso, um requisito essencial seria a pureza de coração e espírito do *língua*, que funcionava como mediador entre o homem que ouvia a palavra de Deus, ou se confessava, e Deus, através do seu representante na terra, o pregador ou confessor.

---

<sup>235</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. III, C. IX, p. 1

O próprio João de Barros reconhece estas dificuldades e a importância da língua, mais propriamente o conhecimento da língua local, para a prossecução do ideal de conversão:

Muitos dos quais, quando os nossos ouviam missa e receberam o sacramento da comunhão, estavam a estes ofícios com atenção; mas como os religiosos e sacerdotes da armada, a quem pertencia a conversão deles, não sabiam a língua da terra, que era o principal instrumento para vir a efeito a boa disposição que neles estava, não se pôde por então mais fazer que prepará-los com boas obras, para quando a oportunidade do tempo desse a isso lugar.<sup>236</sup>

Opinião contrária sobre a *virtude* dos *língua* que transparece nos parágrafos anteriores nos apresenta Dejanirah Couto considerando que esta classe era maioritariamente composta por “[a]ntigos renegados e cativos, nativos e escravos conversos, judeus e cristãos-novos, aventureiros e condenados”<sup>237</sup>: categorias, à partida, de conotação negativa ou pelo menos duvidosa. Greenblatt defende a ideia de que “[a] pesar de ser indubitavelmente mais difícil de obter, o intérprete mais fiável (...) seria um europeu, quer se tratasse de um infeliz que tivesse sido sequestrado pelos índios e seguidamente resgatado, ou, mais frequentemente, de alguém de baixa condição social que tivesse sido deliberadamente deixado com os índios durante meses ou anos”<sup>238</sup>.

---

<sup>236</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, Década I, Livro V, Capítulo IV, p. 2

<sup>237</sup> Dejanirah Couto, “The Role of Interpreters, or *Línguas*, in the Portuguese Empire During the 16<sup>th</sup> Century”, *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 1, número 2, Inverno de 2003, p. 1: “Former renegades and captives, natives and converted slaves, Jews and new Christians, adventurers and convicts formed an important contingent of a specific category inside the frontier society of the Portuguese empire: that of the interpreters or *linguas*” Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf)>. Data de consulta: 3 de Janeiro de 2011

<sup>238</sup> Stephen Greenblatt, *Maravillosas posesiones: el asombro ante el Nuevo Mundo*, Tradução de Socorro Giménez, Barcelona, Marbot Ediciones, 2008, p. 233: “Aunque es sin duda mucho más difícil de obtener, el intérprete más fiable en tales circunstancias era un europeo, ya fuera un infeliz que hubiera sido secuestrado por los indios y luego rescatado, o bien, más frecuentemente, alguien de baja clase social a quien hubieran dejado deliberadamente con los indios durante meses o años”.

A selecção dentro destas categorias prendia-se com o facto de ser difícil encontrar quem dominasse as línguas estrangeiras necessárias e por se considerar que estas pessoas dispunham de algumas qualidades intrínsecas, como a capacidade de se movimentar em diferentes esferas ou outras ligadas aos seus antecedentes heterogéneos. No entanto, não parece ter sido sempre este o caso. O modo como João de Barros sinaliza os *língua* (Cfr. Quadros Sinópticos) não nos permite chegar a certezas conclusivas sobre a nacionalidade de muitos deles, salvo no que se refere a João de Borba, “natural desta vila de que tinha o apelido”<sup>239</sup>. Já Fernão Martins, por exemplo, é claramente identificado como sendo marinheiro<sup>240</sup> e Rui de Araújo foi nomeado por Afonso de Albuquerque como alcaide-mor e feitor de Malaca, em pagamento de seu cativo<sup>241</sup>, o que nos faz supor que fossem portugueses. Os únicos *língua* claramente identificados por João de Barros como pertencendo às categorias elencadas por Dejanirah Couto são João de Santiago “(...) arábico de nação, escravo de um marinheiro português, que andava na armada da Índia (...)”<sup>242</sup>, que aparentemente terá mais tarde preferido permanecer com Sultão Badur e alterado o seu nome para Frangue-Can<sup>243</sup>; Gonçalo Madeira, referenciado como sendo de Tânger<sup>244</sup>; e Gaspar da Gama, Samuel, Tristão de Taíde e Francisco de Albuquerque que são mencionados como sendo judeus

---

<sup>239</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. III, L. V, C. III, p. 2.

<sup>240</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. IV, C. III, p. 6: “(...) e alguns entendiam palavras do arábigo que lhe falava um marinheiro per nome Fernão Martins”.

<sup>241</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. VI, C. VII, p. 11: “(...) leixou [Afonso de Albuquerque] (...) a Rui de Araújo, por alcaide-mor e feitor, em pagamento de seu cativo (...)”

<sup>242</sup> *Idem, ibidem*, D. IV, L. V, C. XV, p. 3.

<sup>243</sup> *Idem, ibidem*, D. IV, L. V, C. XV, p. 5: “[Soltão Badur] o fez capitão dos Portugueses e Franceses que lá andavam, e lhe pôs nome de Frangue-Can, Frangue porque era cristão; e Can, por ser nome de honra, como atrás dissemos. E de sua pessoa e conselho se ajudava nas cousas que tocavam ao Estado da Índia, como de um dos seus mais aceites capitães”.

<sup>244</sup> *Idem, ibidem*, D. I, L. V, C. VIII, p. 5: “(...) Gonçalo Madeira, de Tânger, por língua (...)”.

estrangeiros: o primeiro natural da Polónia<sup>245</sup>; o segundo natural do Cairo<sup>246</sup>, os últimos castelhanos<sup>247</sup>.

Como se vê e já referimos, os *língua* eram provenientes de diversos contextos socioculturais e desempenhavam funções em diferentes situações, tendo um estatuto algo indefinido, de agentes híbridos, porquanto não pertenciam inteiramente a nenhum dos *lados*. Aqui se encontra mais uma característica especial dos *língua*, a sua capacidade de adaptabilidade cultural, ou melhor, de praticarem uma verdadeira interculturalidade.

Para finalizar, tentemos, então, resumir algumas das características essenciais que teriam estado na base da escolha dos *língua*, estes seres capazes de abrir as portas do entendimento entre pessoas de diferentes línguas, culturas e formas de estar, ou como Stephen Greenblatt os denomina: “figuras cruciais e por vezes comovedoras, presas entre dois mundos incapazes de se compreender”<sup>248</sup>.

Do que aqui ficou dito se pode facilmente depreender que os *língua* seriam pessoas que não só dominavam uma ou mais línguas estrangeiras, como se distinguiam também pela variedade da sua formação de base, naqueles tempos decorrente de uma vivência no estrangeiro ou em contacto com outros povos, que lhes permitisse compreender o modo de viver e a cultura que se expressava em cada uma das línguas, bem como movimentar-se com à-vontade em sociedades com hábitos e modos de estar diferenciados. Relembremos o caso de Gaspar da Gama, judeu natural da Polónia que

---

<sup>245</sup> *Idem, ibidem*, D. I, L. IV, C. XI, p. 5: “(...) chamou um judeu natural de Polónia, que lhe servia de Xabandar”.

<sup>246</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. VII, C. VI, p. 8: “(...) um judeu chamado Samuel, natural do Cairo (...)”.

<sup>247</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. V, C. VIII, p. 9: (...) em hũa [nau] vinham dous judeus castelhanos, que se fizeram cristão: a um chamaram Tristão de Ataíde e a outro Francisco de Albuquerque, e depois serviram de línguas a Afonso de Albuquerque.

<sup>248</sup> Stephen Greenblatt, *Maravillosas posesiones: el asombro ante el Nuevo Mundo*, Tradução de Socorro Giménez, Barcelona, Marbot Ediciones, 2008, p. 233: “figuras cruciales y a veces commovedoras, atrapadas entre dos mundos incapaces de comprenderse”.

servia de Xabandar ao Sabaio de Goa e que prestou inúmeros serviços aos portugueses, cuja acção aparece assinalada por João de Barros entre 1499 e 1510<sup>249</sup>.

Outra preocupação prendia-se com o facto de deverem ser pessoas com sólidos valores morais para não caírem na tentação de deturpar as conversações para delas procurarem obter benefícios pessoais, como no exemplo de João de Borba, já citado, ou para poderem servir de intermediários da conversão dos estrangeiros.

Tinham ainda de se esforçar por transmitir, com isenção e exactidão, as mensagens que lhes eram confiadas, necessitando para isso de dispor de capacidades extralinguísticas, como uma mente inquisitiva e perspicaz que os ajudasse a melhor compreender e transmitir as mensagens aos seus destinatários.

Além disso a sua competência tinha de ser reconhecida, ou na altura da nomeação, ou após terem prestado serviços semelhantes a outras pessoas, que os recomendariam.

### **3.2. Sinalização das funções e circunstâncias de actuação dos *língua***

As pistas deixadas por João de Barros são escassas, as menções aos *língua* breves e resumidas, mas tentemos, mesmo assim assinalar e descrever as funções e momentos significativos em que os *língua* mencionados na *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* actuaram, com base nos Quadros Sinópticos inseridos como Anexo II.

Da análise dos Quadros Sinópticos, ressaltam imediatamente dois factos. O primeiro é que o Governador Afonso de Albuquerque foi quem teve mais *língua*, de entre os nomeados, ao seu serviço: Alexandre de Taíde, Duarte Vaz, João Machado e Bastião Rodrigues, Rui Araújo e Samuel. O segundo é que num período de dez anos,

---

<sup>249</sup> Cfr. Quadros Sinópticos incluídos como Anexo II.

entre 1510 a 1520, João de Barros assinala três *língua* no mesmo espaço, com o mesmo apelido: Alexandre, André e Tristão de Taíde ou Ataíde.

Quais seriam as razões para tal acontecer? Apenas uma pesquisa exaustiva das fontes coevas nos poderá dar certezas, mas podemos, desde já adiantar algumas possíveis explicações.

Relativamente ao primeiro facto, deve ter-se em conta que Afonso de Albuquerque foi o segundo Governador do Estado da Índia, entre 1508 e 1515, sucedendo ao Vice-Rei D. Francisco de Almeida, que exerceu o cargo entre 1505 e 1508. Durante o mandato do primeiro as ordens eram claras, construir fortalezas e conquistar praças que garantissem o domínio português. Já Afonso de Albuquerque era mais estratega, apesar de não recusar uma refrega militar, se tal fosse necessário, sendo até conhecidos alguns exemplos de uso excessivo da força, como no caso relatado por João de Barros no Capítulo V do Livro II da Segunda Década, intitulado *Da guerra que Afonso de Albuquerque fez à cidade Ormuz (...)*, onde refere que os portugueses “(...) cortaram os narizes, orelhas e mãos aos mouros deles, e postos em terra, entraram meio mortos pela cidade, que fazia um grande terror e espanto”<sup>250</sup>. É durante a sua governação que se começam os esforços diplomáticos com algumas regiões, nos quais os *língua* teriam um papel chave, podendo citar-se a tomada de Goa em 1510, a conquista de Malaca em 1511, a chegada às Molucas em 1512 e os primeiros contactos com a China em 1513.

Relativamente ao segundo facto, ele parece comprovar o que já afirmámos anteriormente, a existência de uma tradição de passagem da função entre gerações da mesma família. Tal como no exemplo de Gaspar da Gama e seu filho Baltasar da Gama, teríamos aqui algum grau de parentesco entre estes três Taídes (ou Ataídes), apesar de as nossas fontes não nos permitirem afirmar com toda a certeza e nos deixarem até com uma dúvida acrescida, que tentaremos esclarecer mais à frente.

---

<sup>250</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. II, C. V, p. 4.

Outro dado que sobressai, mesmo numa leitura rápida, é que os *língua* estiveram presentes e prestaram serviços, nos momentos mais importantes do domínio asiático. Assim, encontramos Alexandre de Taíde a actuar na recepção ao Rei de Ormuz, Duarte Vaz como membro da Embaixada ao Rei de Cambaia para definir pormenores relativos à fortaleza de Diu ou Gaspar da Índia a participar numa recepção dos portugueses pelo Rei de Calecute.

Interessante é também notar o envolvimento de Duarte Barbosa em negociações de paz com o Samorim, a mando do Governador Nuno da Cunha, quando este seria escrivão da feitoria de Cananor. A razão da escolha é clara, e apontada por João de Barros, ou por Lavanha, neste caso, com base em apontamentos de João de Barros, por ele ser “mui versado nos modos e costumes dos Malavares e saber bem sua língua”<sup>251</sup>. Denota-se aqui o que temos vindo a defender: o domínio da língua não era suficiente, era necessário ser *versado nos modos e costumes* para garantir um bom desfecho. Situação semelhante acontece com Rui de Araújo, onde para além do domínio da língua é mencionado o seu conhecimento dos costumes locais<sup>252</sup>.

Outra citação interessante é a referente a Duarte Vaz. Na embaixada ao Rei de Cambaia seguiam vários homens, “todos gente limpa e bem tratados”<sup>253</sup>. Para além de denotar o estatuto do Rei de Cambaia, “o mais poderoso príncipe mouro daquelas partes da Índia”, demonstra a preocupação com a aparência e a boa impressão que esta comitiva devia ter para prosseguir os seus intentos. A aparência e a boa impressão continuam a ser essenciais para os intérpretes profissionais nos nossos dias, especialmente em situações que envolvam altas entidades.

Em sentido inverso, porque concentra em si todos os aspectos negativos que se podiam encontrar num *língua*, é digna de nota a forma como João de Barros descreve João de Borba. Apesar de inicialmente João de Borba e Diogo Lopes serem nomeados em conjunto, o segundo não torna a aparecer em cena, mas o primeiro atrai os

---

<sup>251</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. IV, L. IV, C. III, p. 4.

<sup>252</sup> Cfr. Quadros Sinópticos

<sup>253</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. X, C. I, p. 6.

portugueses para uma cilada e os epítetos para o caracterizar mostram bem o desprezo do autor por tal personagem<sup>254</sup>.

Por outro lado, João Machado e Bastião Rodrigues, são um exemplo paradigmático e digno de nota. A forma como estes dois intérpretes aparecem sempre em parceria denota uma estrutura organizativa em que se devia prever a substituição de um *língua* por outro em caso de necessidade, à semelhança do que acontecia com os Embaixadores, em que ia sempre um suplente para “ficar em seu lugar, falecendo ele”.<sup>255</sup> Essa mesma estrutura organizativa está patente na expressão “por João Machado não ser presente, mandou saber por Bastião Rodrigues”<sup>256</sup>, que é indicativa de um estrutura hierárquica, no topo João Machado, só a seguir, mais abaixo, Bastião Rodrigues: só quando o primeiro não está disponível, se recorre ao segundo. Finalmente, outra questão importante, Bastião Rodrigues “sabia alguma coisa da língua, do tempo que o cativaram”<sup>257</sup>. Esta descrição comprova a ideia de que naquele tempo a única possibilidade para aprender uma língua estrangeira seria viver num país onde esta se falasse, de livre vontade ou em cativo.

Voltemos agora à coincidência de três *língua* com o mesmo apelido – Taíde ou Ataíde – num curto espaço de tempo e no mesmo espaço, denotada logo no início deste sub-capítulo.

Só uma análise mais aprofundada, completamente fora do escopo deste trabalho, poderá lançar luz definitiva sobre esta questão e encontrar as respostas para a pergunta: Será que João de Barros se enganou no nome e Tristão e Alexandre de Taíde são uma e a mesma pessoa? De facto João de Barros menciona Tristão de Taíde em 3 ocasiões, enquanto Alexandre só é mencionado uma vez. Se acreditarmos na versão dos outros cronistas, o judeu castelhano que vinha na nau com Francisco de Albuquerque seria Alexandre de Taíde, e não Tristão. E o *língua* que hesita quando confrontado com uma

---

<sup>254</sup> Cfr página 94 desta dissertação para a citação completa e/ou os Quadros Sinópticos. João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. III, L. V, C. III, p. 5

<sup>255</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. III, L. VII, C. IX, p. 5

<sup>256</sup> *Idem, ibidem*, D. II, L. VII, C. V, p. 11

<sup>257</sup> *Idem, ibidem*

má notícia e é forçado a jurar sobre os Evangelhos também é Alexandre e não Tristão. O facto é que no emaranhado de nomes iguais ou muito semelhantes, que passam de pais para filhos e de padrinhos para afilhados, se torna muito difícil, por vezes destringer quem é quem. Já analisámos o caso de Duarte Barbosa<sup>258</sup>, em que a coincidência de nome entre um capitão de nau, um escrivão e um *língua* nos fizeram questionar se se tratava da mesma pessoa, analisemos agora um caso inverso; dois nomes que parecem identificar uma e a mesma pessoa.

A parte do texto de João de Barros transcrita nos Quadros Sinópticos é suficiente para verificarmos, sem margem para dúvida, que a situação é a mesma que se encontra na descrição de Fernão Lopes de Castanheda ou no relato de Gaspar Correia. Logo na primeira menção a Tristão de Ataíde, João de Barros escreve:

(...) em hua [nau] vinham dous judeus castelhanos, que se fizeram cristão: a um chamaram Tristão de Ataíde e a outro Francisco de Albuquerque, e depois serviram de línguas a Afonso de Albuquerque.<sup>259</sup>

Já em Fernão Lopes de Castanheda encontramos:

(...) Simão Martins tomou hua nao de Meca muyto rica (...) & antre os catiuos que se nela tomarão forão dous judeus que depois ho governador fez Christãos, & a hu foy posto nome Francisco dalbuquerque, & ao outro Alexandre datayde, que sayrão muy boõs homes & seruirão de lingoas.<sup>260</sup>

O relato de Gaspar Correia é o mais longo, mas elucidativo sobre todo o percurso de Alexandre d'Atayde:

“Simão Martins trouxe huma nao de Meca muy riqua, em que tomou dous judeus castelhanos muyto riqos, que derão ao Gouernador muiytas nouas (...) Estes judeus derão ao Gouernador muyta enformação do estreito do mar Roxo, e suas nauegações e tratos, e em tudo lhe fallando muyta verdade, pólo que o Gouernador lhes dez muytas honras, que depois hum d'elles logo se fez christão, e se chamou Francisco d'Albuquerque, que se casou em Goa, e o outro recolheo o Gouernador pera seu seruiço, que o achou homem de muyta verdade, e que

---

<sup>258</sup> Cf. pp. 82-84 desta dissertação

<sup>259</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. V, C. VIII, p. 9

<sup>260</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 116, sublinhados nossos. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=cSMPAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 8 de Novembro de 2011

sabia muytas lingoas, e muy sabido em todas cousas, e muy verdadeiro, com que era muyto do conselho do Governador, que se chamaua Çufo, que depois em se fazendo a forteleza d'Ormuz se fez christão, e se chamou Alexandre d'Atayde; de que o Governador muyto seruia em todos seus segredos, em tanta maneyra que quando morreo Afonso d'Albuquerque, que foy no ano de 515, foy enduzido ElRey que mandasse hir este judeu ao Reyno, e lhe descobriria muytos segredos d'Afonso d'Albuquerque: o que ElRey assy fez, e este judeu foy a Portugal, que muyto aleuantou e abonou as cousas d'Afonso d'Albuquerque (...). Alexandre d'Atayde (...) se tirou da casa [onde estava preso], e se meteo em casa de dom Garcia de Noronha, que o conhecia, que fora da India (...) até que se tornou pera India, e da India se foy pera o Cairo, onde se tornou pera sua judaria.<sup>261</sup>

Outro episódio, o mesmo lapso aparente, a grande diferença entre os relatos de João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda ou nos Commentarios do grande Afonso de Albuquerque, é o nome. João de Barros diz:

Tristão de Taíde, língua, quando lhe ouviu isto (...) tomou pela mão [Raix Hamede], dizendo: - Andai cá, eu vos mostrarei as casas, que todas estão sem isto [armas] que dizeis.<sup>262</sup>

Fernão Lopes de Castanheda refere:

(...) E ouuindo isto Alexandre dataide que estaua pegado cõ el rey, tomou pola mão a Raix hamet, & como que ho queria segurar, disse-lhe. Ora vem ca, quero que vejas que não he nada o que dizes, porque tudo he por seruiço del rey (...)<sup>263</sup>

E a voz de Afonso de Albuquerque chega-nos do seguinte modo:

---

<sup>261</sup> Rodrigo José de Lima Felner (dir.), “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860, pp. 134-135, sublinhados nossos. Disponível em:

<<http://books.google.pt/books?id=6M8NAAAIAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

Data de consulta: 8 de Novembro de 2011

<sup>262</sup> João de Barros, CD\_ROM, *op. cit.*, D. II, L. X, C. V, p. 7, sublinhados nossos.

<sup>263</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833, p. 470, sublinhados nossos. Disponível em:

<<http://books.google.pt/books?id=cSMPAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>

Data de consulta: 8 de Novembro de 2011

Alexandre de Ataíde, que ali estava, ouvindo estas palavras, disse-lhe: Vem por aqui que eu te irei mostrar todas as cousas com estam, e tomou-o pela mão, e levou-o a Afonso Dalboquerque (...) <sup>264</sup>

Gaspar Correia é o único cronista que menciona um Tristão d'Atayde como sendo um nobre fidalgo que vem na “armada que o governador ajuntou em Goa, com que partio pera Dio”<sup>265</sup> em 1530, não como *língua* ao serviço do Governador Afonso de Albuquerque que, recorde-se, faleceu em Dezembro de 1515.

Face ao exposto, pensamos poder concluir que João de Barros terá, por motivos difíceis de apurar sem um estudo aturado das suas fontes e das utilizadas pelos outros cronistas, cometido um lapso no nome de Tristão de Ataíde/Taíde (ou ainda Atayde, se quisermos), tratando-se sempre do mesmo língua: Alexandre de Ataíde, que aliás é referenciado em vários textos como sendo o principal *língua* e homem de confiança de Afonso de Albuquerque, como atesta, igualmente, a transcrição acima, da obra de Gaspar Correia.

Desfeito este equívoco, podemos agora analisar em mais detalhe a figura de Alexandre de Ataíde, entendendo que as referências a Tristão lhe dizem respeito também, incluindo as identificadas como Tristão de Taíde ou Ataíde (1-3). Neste sentido, e uma vez mais recorrendo aos Quadros Sinópticos, verifica-se que Alexandre de Ataíde aparece sinalizado em três grandes momentos: o primeiro da sua chegada, juntamente com Francisco de Albuquerque, em 1510; o segundo na Recepção ao Rei de Ormuz, em 1515, onde acompanha El-Rei de Ormuz na sua entrada e tem uma acção conciliadora e de protecção de Afonso de Albuquerque, e, finalmente, o terceiro momento, com o Governador já doente, do encontro com uma nau de mouros anunciando a nomeação de

---

<sup>264</sup> Afonso de Albuquerque, *Commentarios do grande Afonso Dalboquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774, pp. 183-184, sublinhados nossos. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=8gpnEWiEUP0C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Data de consulta: 8 de Novembro de 2011.

<sup>265</sup> Rodrigo José de Lima Felner (dir.), “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Tomo III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862, p. 390. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=F2ZKAAAAYAAJ&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=F2ZKAAAAYAAJ&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s)>. Data de consulta: 8 de Novembro de 2011

Lopo Soares para o substituir. Analisemos as respectivas situações em sequência. A primeira menção, que nos dispensamos de repetir, dá-nos conta da nacionalidade e religião; a segunda menção, também já transcrita supra, conta a sua intervenção durante a recepção de Afonso de Albuquerque ao Rei de Ormuz, quando se descobre que Raix Hamede estava armado; e a terceira menção, esta sim, abaixo transcrita, descreve a emoção que perpassou pela mente de Tristão de Taíde quando se deu conta das más notícias que teria de transmitir ao seu senhor:

(...) e porque sentiu em Tristão de Taíde, língua, que tinha sabido destes mouros alguma coisa de que não estava contente, e que podia dar a ele paixão, deu-lhe juramento nos Evangelhos que não encobrisse nenhuma coisa das que aqueles mouros dissessem.<sup>266</sup>

Estes três episódios distintos permitem-nos concluir que estamos em presença de um judeu convertido, de ascendência espanhola, pelo menos trilingue, já que falaria castelhano, português e árabe, e que se preocupava suficientemente com o senhor que servia para o proteger de um ataque mortal e para tentar contornar as más notícias que tinha para lhe dar. O que parece contradizer o mau tratamento que, supostamente, Afonso de Albuquerque daria aos seus intérpretes, conforme descreve Dejanirah Couto<sup>267</sup>.

---

<sup>266</sup> João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. II, L. X, C. VIII, p. 5

<sup>267</sup> Cf. p. 115 desta dissertação

### 3.3. O poder dos *língua*: mediadores linguísticos, culturais ou político-estratégicos?

Tentaremos nas próximas páginas discorrer sobre o poder dos *língua*, mas para isso temos de voltar um pouco atrás no tempo, tentando rastrear as origens desta profissão, ou das situações em que, mesmo que por nomes diferentes, esta função era exercida. A dificuldade é grande, à partida, pois como afirma Carlos Castilho Pais, “A falta de referências documentais é um problema com que a história da tradução oral tem de se defrontar”<sup>268</sup>.

É também a este *activista* dos Estudos de Tradução e de Interpretação em Portugal que recorreremos neste retorno ao passado em busca dos antecessores dos *língua* do século XVI. No primeiro número d’*O Língua*, Revista Digital sobre Tradução já citada, e relativamente aos termos utilizados para nomear os intérpretes nas diversas épocas, podemos ler:

Do inventário a que procedemos desde o século XIII até meados do século XVI, fixámos os seguintes vocábulos: *turgimão*, *língua* e *jurabaça* (*jurubaça*, segundo alguns dicionários). A ordenação com que se apresentam não é indiferente. Antes da utilização do termo *língua*, registamos o uso do termo *turgimão*; finalmente, e de uso mais restrito do que qualquer dos outros, o de *jurabaça*<sup>269</sup>.

Carlos Castilho Pais sugere que “[o] referido momento de transição [da nomenclatura *turgimão* para *língua*] deve situar-se, por conseguinte, entre os últimos anos do reinado de D. Afonso V e o início do reinado de D. João II”<sup>270</sup>.

---

<sup>268</sup> Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, p. 55: “La falta de referencias documentales es un problema que la historia de la traducción oral tiene que afrontar. Esperemos que futuras investigaciones nos revelen el papel que jugaron en la Corte o en aquellos campos en que la Corte tenía intereses: envío y recepción de embajadas o rescate de cautivos, por ejemplo”.

<sup>269</sup> Carlos Castilho Pais, Artigo “Nomear o Intérprete”, *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 1, Maio de 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2.html>>. Data de consulta: 12 de Dezembro de 2010.

<sup>270</sup> Idem, <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2a.html>>

No seu artigo “Interpreting in antiquity”<sup>271</sup>, Alfred Hermann leva-nos numa viagem à antiguidade e pelos vestígios da existência e funções desempenhadas pelos intérpretes em diversas civilizações, que nos podem ajudar a compreender o verdadeiro poder dos *língua*.

Hermann cita exemplos de provas da existência e funções desempenhadas pelos intérpretes no antigo Egipto, onde eram denominados turgimães (dragoman em inglês). Eles aparecem como mediadores entre os residentes núbios e egípcios e como mediadores comerciais na província do Sinai, relevando-se a sua importância não apenas ao nível externo, como também nas fronteiras egípcias e nos contactos com países estrangeiros. Passando a Roma, o autor salienta que os intérpretes funcionavam como mediadores linguísticos em diversas instâncias, sendo essenciais ao nível administrativo, especialmente nos contactos com povos não clássicos, como os egípcios, sírios, cínios, germanos e celtas, entre outros<sup>272</sup>.

Claudia Angelelli defende que os “intérpretes sempre foram necessários, não apenas enquanto intermediários da comunicação entre indivíduos de civilizações multilingues e altamente avançadas, mas também enquanto mediadores das diferenças sociais entre eles”<sup>273</sup>. Refere também que na “Grécia Antiga, os intérpretes não eram apenas vistos como mediadores linguísticos nas transacções comerciais correntes, mas sim considerados como semi-deuses e seres capazes de desempenhar múltiplas tarefas simultaneamente”<sup>274</sup>.

---

<sup>271</sup> Alfred Hermann, “Interpreting in antiquity” in Franz Pöchhacker, Franz, Miriam Shlesinger, *The interpreting studies reader*, Londres, EUA, Canadá, Routledge, 2002, pp. 15-22. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=5EZ0ds4eLZkC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

Data de consulta: 10 de Dezembro de 2010.

<sup>272</sup> Alfred Hermann, *op. cit.*, p. 19

<sup>273</sup> Claudia V. Angelelli, *Revisiting the Interpreter's Role*, Holanda e EUA, John Benjamins Publishing Company, 2004, p. 8: “Interpreters have always been necessary, not only for bridging communication between individuals from multilingual and highly advanced civilizations, but also in brokering the social differences among them”. Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=Osc5VznIT1cC&source=gbs\\_similarbooks\\_s&cad=1](http://books.google.pt/books?id=Osc5VznIT1cC&source=gbs_similarbooks_s&cad=1)>. Data de consulta: 15 de Dezembro de 2010.

<sup>274</sup> Claudia V. Angelelli, *op. cit.*, p. 8: “In Ancient Greece, the interpreter was not only seen as the linguistic mediator for regular business transactions, but he was also considered semi-divine and capable of performing multiple tasks”.

A autora reconhece ainda que os intérpretes ocuparam uma posição de destaque durante o império romano e no continente americano desde a Conquista Espanhola. Claudia Angelelli refere também que “[a]o longo da colonização das Américas, os intérpretes foram adquirindo um papel cada vez mais importante e específico, bem como um estatuto mais alto, nas sociedades latino-americanas emergentes. Entre 1529 e 1630, Carlos V, Filipe II e Filipe III assinaram 15 decretos relacionados com a interpretação, sendo que, no primeiro, os intérpretes eram considerados como assistentes dos governadores e juízes”<sup>275</sup>. Tendo em conta que os Filipes foram simultaneamente reis de Espanha e de Portugal, o papel dos intérpretes em Portugal seria regulamentado por estes mesmos decretos e o estatuto de que gozariam devia ser semelhante.

O estatuto e importância dos intérpretes no espaço americano, alvo das conquistas espanholas também no século XVI, é igualmente salientado por Stephen Greenblatt, nomeadamente no que se refere às acções desenvolvidas no México: “(...) é muito possível que Cortez não tivesse conseguido conquistar o império Asteca se não tivesse contado com os incomparáveis serviços da fantástica D. Marina”<sup>276</sup>.

De facto, D. Marina, que ficou conhecida por La Malinche, prestou inestimáveis serviços aos espanhóis devido ao seu conhecimento da língua e costumes dos Astecas e Maias e o seu papel também é reconhecido por Tzvetan Todorov, numa passagem que reconhece simultaneamente a importância dos intérpretes neste espaço, ao afirmar: “é verdade que a conquista do México não teria sido possível sem ela (ou alguém desempenhando o mesmo papel)”<sup>277</sup>. É ainda este autor que explica quem é esta mulher.

---

<sup>275</sup> Claudia V. Angelelli, *op. cit.*, pp. 9-10: “Throughout the colonization of the Americas, interpreters acquired an increasingly important and specific role, as well as status, within the emerging Latin American Societies. Between 1529 and 1630, Carlos V, Philip II, and Philip III signed 15 decrees related to interpreting. The first one considered interpreters as assistants to governors and judges”.

<sup>276</sup> Stephen Greenblatt, *Maravillosas posesiones: el asombro ante el Nuevo Mundo*, Tradução de Socorro Giménez, Barcelona, Marbot Ediciones, 2008, p. 233: “es muy posible que Cortés no hubiera logrado conquistar el imperio Azteca si no hubiera disfrutado de los incomparables servicios de la formidable Doña Marina”.

<sup>277</sup> Tzvetan Todorov, *The Conquest of America: the question of the other*, Tradução de Richard Howard, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1999, p. 101: “It is true that the conquest of Mexico would have been impossible without her (or someone else playing the same role)”.

D. Marina foi oferecida aos espanhóis num dos primeiros encontros. A sua língua materna é o Nahuatl, a língua dos Astecas, mas como tinha sido vendida como escrava aos Maias e vivido entre eles durante alguns anos, fala também a sua língua. O seu dom para as línguas é óbvio e aprende rapidamente a falar espanhol, o que permite evitar a cadeia de interlocutores, aumentando assim a sua utilidade<sup>278</sup>.

De modo semelhante, Carlos Castilho Pais considera que os *língua* ocupavam uma posição de destaque, como se depreende da seguinte afirmação:

O termo *língua* está presente na escrita do século XVI sempre que se trata de assinalar a presença do sujeito que realiza o acto interpretativo em determinado acontecimento, efectuado quer de forma esporádica, quer por determinação de um cargo de que se recebera a incumbência tendo em vista uma missão concreta, quer por dever de um ofício de intérprete, existente nas ‘repartições públicas’ das cidades, fortalezas e possessões conquistadas e mantidas pelos portugueses.<sup>279</sup>

Devemos considerar, portanto, que os *língua* actuavam principalmente em duas situações: em primeiro lugar enquanto agentes que representavam as instâncias de uma potência *superior* – colonizadora – perante outra *inferior* – colonizada ou em vias de colonização; em segundo, desempenhando funções de mediação entre duas partes *iguais* que pretendiam entender-se para estabelecer relações comerciais ou acordos de outra espécie.

Outro tipo de dicotomia que envolve os *língua* no tempo do nosso estudo está ligado ao facto, referido por Stephen Greenblatt relativamente ao espaço americano, de que “as intenções dos europeus vacilam constantemente entre a exploração e a conversão: estão interessados simultaneamente em preservar a diferença (e deste modo manter a possibilidade de um intercâmbio económico manifestamente injusto) e em

---

<sup>278</sup> Adaptado de Tzvetan Todorov, *op. cit.*, p. 100.

<sup>279</sup> Carlos Castilho Pais, Artigo “Nomear o Intérprete - Língua”, *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 1, Maio de 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2b.html>>. Data de consulta: 11 de Novembro de 2010

eliminar a diferença (tanto para cristianizar os nativos como para obter intérpretes competentes)”<sup>280</sup>.

Carlos Castilho Pais sugere que as funções dos *língua* seriam essenciais em algumas situações, tendo desempenhado um papel “na Corte ou naqueles campos em que a Corte tinha interesses: envio e recepção de embaixadas ou resgate de cativos, por exemplo”<sup>281</sup>: novamente a mesma ligação ao poder dos *língua*, a participação em embaixadas e resgate de cativos. Como referimos anteriormente, quando abordámos os requisitos para a escolha dos intérpretes, o papel e modo de actuação dos Alfaqueques, precursores dos *língua*, revestia-se de grande importância, tendo sido até alvo de regulamentação, através das *Siete Partidas*, como vimos.

João de Barros menciona diversas situações de cativo e tomada de reféns, tomemos uma como exemplo:

Finalmente, tanto aperfiaram sobre o varar dos navios, ou que leixasse em terra alguns homens com mercadoria - e isto em modo de reféns, enquanto o Samori o não despachava, dizendo que a gente do mar lho queria, pera poderem ir pescar seguramente deles -, que conveo a Vasco da Gama leixar em terra, com alguma pouquidade disso que levavam pera compra de mantimentos, a Diogo Dias por feitor, Álvaro de Braga por escrivão, Fernão Martins, língua, e quatro homens do seu serviço, até ver em que parava o despacho do Samori.<sup>282</sup>

Nesta citação, João de Barros não refere especificamente as acções de Fernão Martins nesta ocasião em que ficou cativo como refém em Calecute, mas através desta e de outras situações semelhantes descritas por João de Barros, verificamos que é (quase) sempre deixado um *língua*, o que parece indicar que de facto estes seriam necessários nestas situações para garantir a segurança dos que com ele estavam através da

---

<sup>280</sup> Stephen Greenblatt, *Maravillosas posesiones: el asombro ante el Nuevo Mundo*, Tradução de Socorro Giménez, Barcelona, Marbot Ediciones, 2008, pp. 232-233: “las intenciones de los europeos vacilan constantemente entre la explotación y la conversión: están interesados simultáneamente en preservar la diferencia (y de este modo mantener la posibilidad de un intercambio económico abiertamente injusto) y en eliminar la diferencia (tanto para cristianizar a los nativos como para obtener intérpretes competentes)”.

<sup>281</sup> Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, p. 55: “el papel que jugaron en la Corte o en aquellos campos en que la Corte tenía intereses: envío y recepción de embajadas o rescate de cautivos, por ejemplo”.

<sup>282</sup> João de Barros, CD-ROM, *Op. Cit.*, D. I, L. IV, C. X, p. 2

comunicação com quem os prendia, actuando como mediadores entre os seus companheiros e as gentes locais. Este facto denota também o estatuto e importância dos *língua*, na medida em só seriam tomados como cativos ou reféns aqueles que de facto tivessem algum valor para quem os enviava, senão não seriam aceites como tal.

Mas para além da(s) língua(s) estrangeiras, os intérpretes dominam a língua portuguesa, daí lhes advindo um outro tipo de poder. Como afirma Carlos Castilho Pais:

Não será despropositado lembrar que o leque das línguas nas quais a interpretação tinha que realizar-se sofreu as alterações necessárias de modo a acompanhar o trajecto da Expansão. Ao Árabe, provavelmente a principal língua de trabalho do *turgimão*, para além do Português, juntaram-se as línguas africanas e as línguas do Oriente. Os *línguas* competentes no Árabe eram indispensáveis na parte oriental da África, na costa do Malabar, em Goa e em Malaca, mas cedo encontramos *línguas* competentes nas línguas autóctones, que não necessitam de utilizar a língua franca (o Árabe) e que contribuem assim para a implantação da nova língua franca – o Português.<sup>283</sup>

dando assim origem a um outro poder: o poder de os *língua* serem agentes da disseminação do Português pelo mundo.

No artigo *The Role of Interpreters, or Línguas, in the Portuguese Empire During the 16<sup>th</sup> Century*, Dejanirah Couto introduz uma outra face das funções dos *língua*, que nos pode auxiliar a desvendar outro tipo de poder.

A autora refere que “o estatuto paradoxal do intérprete explica a falta de confiança geral que provocava, o que era agravado pelo facto de as funções dos *línguas* estarem quase sempre associadas também a missões de paz ou negociações secretas”. E acrescenta mais à frente: “Por vezes estas missões revelavam-se incompatíveis com o prestígio e estatuto social, bem como com a responsabilidade política daqueles a quem o intérprete servia. As situações que este por vezes tinha de testemunhar tornavam-no incómodo porque, para além de estarem associadas a segredos de estado, ainda lhe

---

<sup>283</sup> Carlos Castilho Pais, Artigo “Nomear o Intérprete - Língua”, *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 1, Maio de 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2b.html>>. Data de consulta: 11 de Novembro de 2010

davam a conhecer o lado mais obscuro destas personalidades”<sup>284</sup>. Os *língua* adquiriam, assim, um ascendente sobre os seus senhores que, como veremos, pode até valer-lhes sevícias, desconfianças e castigos nem sempre merecidos.

A mesma ideia é reforçada por Jorge Manuel Flores quando afirma: “O poder dos intérpretes era vastíssimo, como intermediários entre dominadores e dominados e conhecedores dos segredos e das matérias importantes de ambas as partes. Alvos de assédios de corrupção frequente, podiam também exercer a sua prepotência junto das populações autóctones que deles dependiam para o acesso à administração e à justiça portuguesas”<sup>285</sup>, o que lhes garantia uma certa influência política ao nível do poder local.

Devido a tudo isto, são conhecidos exemplos de esforços para limitar ou exercer algum controlo sobre as acções dos *língua*. Afonso de Albuquerque mantinha os seus intérpretes sob vigilância, sendo que o seu *língua* Francisco de Albuquerque foi mantido a ferros durante cinco meses acusado de saber os seus segredos<sup>286</sup>, noutra ocasião, mais precisamente em 1510, Albuquerque dava instruções específicas que ditavam que “o *língua* não devia adicionar uma única palavra às ditas pelo embaixador durante a audiência, permanecendo sempre a seu lado e deveria ficar em alojamento isolado durante a missão”<sup>287</sup>. No entanto, como já vimos no exemplo analisado de Alexandre de

---

<sup>284</sup> Dejanirah Couto, “The Role of Interpreters, or Línguas, in the Portuguese Empire During the 16<sup>th</sup> Century”, *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 1, número 2, Inverno de 2003, p. 2: “The paradoxical status of the interpreter explains the general mistrust they engendered. This was aggravated by the fact that the *língua*’s function was practically not dissociated from spying missions or secret negotiations” e “At times, these missions revealed themselves to be incompatible with the prestige and social position and yet the political responsibility of those the interpreter served. The discrepancy of which he was testimony occasionally rendered him inconvenient: other than being associated to state secrets, many times he also knew their darker side”. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf)>.

Data de consulta: 3 de Janeiro de 2011.

<sup>285</sup> Jorge Manuel Flores in A. H. de Oliveira Marques (coord..) 6 volumes, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Volume I, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 385

<sup>286</sup> Geneviève Bouchon, L’interprète portugais en Inde au début du XVI<sup>e</sup> siècle. Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses, *As Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa - o Outro*, II. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1985, p. 210 *Apud* Dejanirah Couto, *op. cit.*, p. 2

<sup>287</sup> Dejanirah Couto, *op. cit.* p. 3: “Albuquerque sent the delegation of Ruy Gomes de Carvalhosa to Shah Isma’il with interesting, well specified instructions: the *língua* should not add a single word beyond those of the ambassador during the audience, always remaining by his side, and should be lodged in isolated accommodation for the duration of his mission”.

Ataíde, os *língua*, ou pelo menos este, era fiel ao Governador, avisando-o e protegendo-o do perigo, pelo que deveria, certamente, receber as devidas recompensas.

Neste sentido, Dejanirah Couto refere que “se suspeitava que os intérpretes podiam ter uma alma corrompida e contaminada pelo outro lado, porque o domínio de outras línguas implicava necessariamente o recurso aos mecanismos de pensamento do mundo asiático, tendo acesso a formas de um universo mental que escapava aos seus superiores hierárquicos”<sup>288</sup>.

É interessante notar que a necessidade de regular a acção dos intérpretes deu posteriormente lugar em Macau, local onde estes assumiram um papel de relevo, ao surgimento do *Regimento do língua da cidade e dos jurabaças menores e escritvães*, datado de 1627. Este documento paradigmático e original detalhava os deveres e obrigações destes agentes maiores da intermediação linguística e cultural entre os portugueses e os chineses, apontando a existência de um *língua principal* e de *jurubaças menores*. Saliente-se que o *língua principal* tinha de ser uma *pessoa limpia*, e falar com os Mandarins com *palavras honradas*, ou seja respeitando as fórmulas honoríficas de se dirigir a determinadas pessoas de acordo com a tradição chinesa<sup>289</sup>. Para além disso, e de modo a garantir a sucessão dos *jurabaças*, eram-lhes dadas instruções para “adquirir *meninos* a quem pudessem ensinar a arte da interpretação”<sup>290</sup>.

Já em momentos anteriores se verifica esta preocupação de assegurar a continuidade do cargo. É conhecida a tentativa que Gaspar da Gama, *língua* do primeiro vice-rei da Índia, Francisco de Almeida, faz de passar a sua função ao filho Baltasar da Gama, conforme se depreende da carta por ele enviada ao Rei D. Manuel I, provavelmente em 1507, onde se lê:

---

<sup>288</sup> Dejanirah Couto, *op. cit.*, p. 2: “The interpreter was suspected of having his soul corrupted, being contaminated by “the other side” (*outro lado*), because employing other languages necessarily implied the use of the thought mechanisms of the Asian world. He had access to forms of a mental universe which escaped his masters”.

<sup>289</sup> Adaptado do artigo em inglês de Mario Gómez Valadez, “Between Linguistic Walls and the Third Space – The Jurubaças’ Identity and Their Role in Sino-Portuguese Negotiations after the 1622 Dutch Attack” in *Revista de Cultura / Review of Culture*, 25, 2008

<sup>290</sup> *Idem*, p. 31

(...) ele tem muitos desejos de servir a Vossa Alteza tanto como eu, e o Vice-rei sabe que é tão bom homem como eu, e sabe línguas mais que eu, e mancebo de vinte e oito anos, deseja muito por ver uma vez a Vossa Alteza e beijar as mãos e servir a Vossa Alteza toda a sua vida.<sup>291</sup>

Alguns religiosos de Ordens como a Franciscana, Jesuíta e Dominicana desempenharam também um papel essencial como *línguas*, mas mais numa vertente de evangelização e conversão do que de mediação política ou comercial. São reconhecidos a estes religiosos os primeiros esforços de aprendizagem das línguas autóctones para melhor chegarem aos povos que encontravam e pretendiam converter, bem como a difusão da língua portuguesa através das escolas, colégios e conventos que fundaram e geriram em diversos locais. A história de um destes *línguas* religiosos, João Rodrigues, é bem conhecida através do livro de Michael Cooper, S. J.<sup>292</sup>, que relata a importância que este assumiu na China e no Japão do século XVII.

Não podemos esquecer, no entanto, que o poder dos *língua* era contrabalançado pelos perigos que estes tinham de enfrentar, não apenas nas travessias marítimas e incursões por zonas inexploradas que encerravam perigos agora por demais conhecidos, mas também ao nível do risco da própria vida caso a sua mensagem não agradasse ao destinatário. Como refere Dejanirah Couto, «Em caso de incidente diplomático, era fácil fazer do *língua* o bode expiatório. Ele era obrigado a assumir a responsabilidade do “mal entendido” cultural e as consequências que daí podiam advir. Esta responsabilidade, verídica ou não, era-lhe unanimemente atribuída tanto pelos europeus como pelos asiáticos»<sup>293</sup>.

Demonstrámos, assim, que o *língua* exercia vários tipos de poder.

---

<sup>291</sup> Cfr. Carlos Castilho Pais Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, p. 100

<sup>292</sup> Michael Cooper, S. J., *Rodrigues o Intérprete – Um Jesuíta no Japão e na China*, Tradução de Tadeu Soares, Lisboa, Quetzal Editores, 1994.

<sup>293</sup> Dejanirah Couto, *op. cit.*, p. 3: «In the event of a diplomatic incident, it was easy to make the *lingua* the scapegoat. He was obliged to assume the responsibility of the cultural “misunderstanding” and the consequences that could arise. This responsibility, whether veritable or not, was unanimously attributed to him, either by the Europeans or the Asians».

Da ideia de “semi-deuses” privilegiados com a “capacidade de executarem múltiplas tarefas”, com que eram caracterizados na Grécia Antiga, até “assistentes dos governadores e juízes” nas conquistas espanholas e portuguesas do século XVI, passando pelo “ofício de intérprete, existente nas ‘repartições públicas’ das cidades, fortalezas e possessões conquistadas e mantidas pelos portugueses”, ficou claro o poder dos intérpretes em diversas épocas.

Assinala-se ainda que estes homens tinham, no reino, uma acção interna e externa. Se por um lado eram essenciais na Corte para auxiliar a comunicação com visitantes estrangeiros, não eram menos imprescindíveis no *terreno* das Descobertas, enquanto mediadores linguísticos e culturais com os povos encontrados.

Como vimos na parte intitulada *Requisitos para a escolha dos intérpretes*, os *língua* tinham, obviamente, de dominar duas ou mais línguas, constituindo-se como mediadores linguísticos privilegiados, mas o seu poder ia para além disso, centrando-se muito mais num quadro de mediação comunicacional, cultural e político-estratégica, com tudo o que isto pressupõe.

Sujeitos a suspeição por dominarem línguas e culturas que os outros não entendiam, sofriam por vezes na pele o castigo de mal-entendidos alheios, mas concentravam em si o poder de pôr em marcha diversos desígnios do império português: conquistar os povos, convertê-los à fé cristã e impor a língua portuguesa.

## Conclusão

*A língua é, simultaneamente, instrumento da vida e da morte, do senhor e do servo, do rico e do pobre, da guerra e da paz, da democracia e da ditadura*<sup>294</sup>

As questões ligadas à interpretação e à tradução continuam a estar na ordem do dia. Numa citação tão disseminada que já nem é alvo de referência bibliográfica, Umberto Eco afirma que “A língua da Europa é a tradução”. Pela sua importância para o diálogo intercultural e a coesão social, o multilinguismo foi considerado pela Comissão Europeia como “uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum”<sup>295</sup>. Neste âmbito “a tradução (...) é uma componente importante da política de multilinguismo”<sup>296</sup> recentemente lançada pela Comissão na mencionada Comunicação, que pode ajudar “a promover a abertura, a compreensão e o diálogo entre culturas”<sup>297</sup>, o mesmo se podendo, naturalmente, dizer da interpretação.

Num mundo globalizado a tradução e a interpretação constituem disciplinas essenciais para corresponder às necessidades e desafios da comunicação interlinguística e intercultural, exigindo o domínio de técnicas que se situam num plano

---

<sup>294</sup> Lourenço Rosário, “Língua e Governação”, Conferência de encerramento do Colóquio: *Português, Língua Global*, Maputo, 25 de Março de 2008.

<sup>295</sup> O próprio título da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões é: *Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*. COM (2008) 566 final. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/education/languages/pdf/com/2008\\_0566\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/languages/pdf/com/2008_0566_pt.pdf)>. Data de consulta: 18 de Janeiro de 2011.

<sup>296</sup> *Idem*, p. 13

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 14

verdadeiramente interdisciplinar. Os Estudos de Tradução e Interpretação, em geral, e alguns dos aqui analisados, comprovam cabalmente a noção de que a comunicação entre pessoas de diferentes línguas e culturas foi e será sempre um dos principais motores do desenvolvimento histórico e humano. Envolvendo outras áreas do saber tão diferentes como a psicologia, a linguística, a neurofisiologia e as ciências comportamentais, os Estudos de Interpretação têm ainda um longo percurso pela frente.

A situação experimentada pelos *língua* da Expansão era, obviamente, completamente diferente da realidade dos nossos dias. Enquanto na actualidade existem modos e práticas de interpretação que, de certo modo, facilitam a vida ao intérprete, na medida em que este se encontra *isolado* e *protegido* na sua cabine de interpretação quando presta serviços de interpretação simultânea em conferências, podendo idealmente preparar com antecedência a documentação que vai ser abordada, os *língua* dependiam totalmente da sua memória e capacidade de concentração e adaptação às circunstâncias para garantir uma boa prestação, de modo semelhante aos profissionais que actualmente prestam serviços de interpretação consecutiva em tribunal ou reuniões.

Concordamos plenamente com Carlos Castilho Pais que “Identificar os intérpretes, determinar as línguas de trabalho de cada um e localizar os lugares da tradução constituem (...) as tarefas prévias que hão-de guiar a história da tradução deste século [XVI]”<sup>298</sup>. Deixamos aqui o nosso modesto contributo.

Os objectivos delineados para este trabalho foram, na medida em que a fonte principal e outros vectores alternativos de análise que procurámos o permitiram, cumpridos. Os vinte e três<sup>299</sup> *línguas* que João de Barros sinalizou, vinte e um deles directamente nas *Décadas* I a III: Vicente Anes e João Bispo (1493), Fernão Martins (1498), Gaspar da Gama ou da Índia (1499-1510), Gonçalo Madeira (1501), Gaspar

---

<sup>298</sup> Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005, p. 52: “Identificar los intérpretes, determinar las lenguas de trabajo de cada uno y localizar los lugares de la traducción constituyen, a nuestro juicio, las tareas previas que han de guiar la historia de la traducción de este siglo”.

<sup>299</sup> Já não consideramos aqui o nome de Tristão de Ataíde, decorrendo da análise e posições justificadas ao longo do trabalho

Pires (1507), Gaspar Rodrigues (1507-1508), António (1508), Francisco de Albuquerque (1510), Alexandre de Taíde (1510-1515), Rui de Araújo (1512), João Machado e Bastião Rodrigues (1512), Samuel (1512), Duarte Vaz (1515), André de Taíde (1520), Fernão Dias (1520), João Gonçalves (1520), João de Borba e Diogo Lopes (1521), António de Noronha (1522); e os dois últimos indirectamente pela pena de Lavanha na *Década* IV: Duarte Barbosa (1530) e João de Santiago (1533), vivem agora nomeados neste trabalho. Desvendámos os nomes, as datas e situações em que actuaram e as línguas de trabalho destes *língua* do século XVI, aqueles que João de Barros entendeu, ou conseguiu porque as suas fontes também os nomearam, integrar na sua obra, com os condicionalismos daí decorrentes em termos de lapsos, como o exemplo de Tristão/Alexandre de Ataíde que analisámos.

Concluímos que esta função comportava um poder decisivo, pois enquanto mediadores linguísticos, culturais e político-estratégicos podiam fazer pender as decisões para um ou outro lado. Recorde-se a este propósito a actuação de João de Borba, que leva os portugueses a uma emboscada, ou o peso das informações prestadas por Gaspar da Gama na decisão de Pedro Álvares Cabral se pôr a caminho de Cochim<sup>300</sup>.

A sua posição de fronteira, no terceiro espaço, entendido como um espaço híbrido entre duas culturas, tornava os *língua* pessoas especiais. Temidos por dominarem línguas e culturas que os outros não entendiam, por vezes responsabilizados por erros alheios e castigados, por medo do uso que poderiam dar às informações que lhes chegavam, estes homens viviam em permanente tensão.

Mas se, por outro lado, desempenhassem bem as suas funções podiam ascender a lugares de destaque junto da Coroa ou das instâncias superiores que governavam as terras conquistadas.

---

<sup>300</sup> Cf. João de Barros, CD-ROM, *op. cit.*, D. I, L. V, C. VIII, pp. 1-2 e Quadros Sinópticos

A importância dos *língua* é comprovada pelas situações em que actuam: ora como elementos essenciais das embaixadas, onde veiculam a voz do embaixador ou do próprio rei; ora como reféns, onde podiam agir como mediadores e negociadores da paz e das condições de libertação, sua e dos companheiros de cativeiro; ora como agentes da procura de informação, essencial para a tomada de decisões sobre a estratégia a adoptar ou para prosseguir viagem.

O facto de apenas serem mencionadas duas pessoas a desempenhar funções de *língua* a partir de 1530, sendo um deles Duarte Barbosa, escrivão da feitoria de Cananor “mui versado nos modos e costumes do Malavar e saber bem sua língua”, nas palavras de João de Barros, parece denotar a tendência para a existência de portugueses asiaticizados, com um bom domínio dos idiomas e costumes locais, daí decorrendo um decréscimo da necessidade de *línguas* profissionais. Apenas um estudo mais profundo permitirá comprovar esta hipótese que se nos afigura verosímil.

Presentes em alguns dos momentos mais importantes da vida dos portugueses na Ásia, os *língua* facilitaram a comunicação e ditaram o sucesso das nossas embaixadas e dos nossos esforços comerciais ou de conquista. Este trabalho é apenas uma pequena homenagem a todos eles, mesmo aos que as fontes mantêm no anonimato.

Esperamos, assim, ter contribuído para a compreensão dos primórdios da profissão de intérprete. Mas trata-se aqui de uma primeira abordagem que, tentando ser inovadora, pretende deixar algumas pistas de investigação para futuros projectos, que através do estudo comparativo, sistemático e alargado das obras e autores coevos possa trazer à luz o verdadeiro perfil biográfico dos primeiros intérpretes portugueses, bem como servir de ponto de partida à análise do desenvolvimento desta profissão em Portugal até aos dias de hoje, que tanta falta faz.

## Fontes Impressas e Bibliografia

### Fontes Impressas

ALBUQUERQUE, Afonso de, *Commentarios do grande Afonso Dalboquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774. Disponível em:

<<http://books.google.pt/books?id=8gpnEWiEUP0C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

AZEVEDO, Visconde de, *Compilação de várias obras do insigne português João de Barros*, Porto, Casa do Visconde de Azevedo, 1869. Disponível em:

<<http://books.google.pt/books?id=PZkDAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

BARBOSA, Duarte, *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, introdução e notas de Augusto Reis Machado, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946. Disponível em: <<http://purl.pt/435/3/>>.

BARROS, João de, “Crónica do Imperador Clarimundo” (excerto), in *História e Antologia da Literatura Portuguesa, Século XVI*, Volume II, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 589-602.

BARROS, João de, *Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem, Tirada da Linguagem Ungara em a Nossa Portugueza*, Tomo I, Lisboa, Officina de João António da Silva, 1791. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=c5ECAAAAQAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

BARROS, João de, *Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem, Tirada da Linguagem Ungara em a Nossa Portugueza*, Tomo II, Lisboa, Officina de João António da Silva, 1791. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=19sFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

BARROS, João de, *Da Asia de João de Barros. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*. Década Segunda. Parte Primeira. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777. Década II, Livros I – V. Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=bPcOAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.

BARROS, João de, *Da Asia de João de Barros. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*. Década Segunda. Parte Segunda. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777. Década II, Livros VI – X. Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=35w2AAAAMAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.

BARROS, João de, *Da Asia de João de Barros. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*. Década Terceira. Parte Primeira. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777. Década III, Livros I – V. Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=rPgOAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.

BARROS, João de, *Da Asia de João de Barros. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*. Década Terceira. Parte Segunda. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777. Década III, Livros VI – X. Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=G3QCMIIQvRoC&printsec=frontcover&dq=related:BSBBSB10433323#v=onepage&q&f=false>.

BARROS, João de, *Da Asia de João de Barros. Dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*. Década Quarta. Parte Primeira. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777. Década IV, Livros I – V. Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=Sr82AAAAMAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.

BARROS, João de, *Decada primeira da Asia de Ioão de Barros dos feitos qve os portvgveses fezerão no descobrimento & conquista dos mares & terra do Oriente*, Lisboa, Iorge Rodriguez, 1628. Década I, Livros I – X. Disponível em:

<http://books.google.pt/books?id=mIP01FHch4C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.

BARROS, João de, *Décadas da Ásia de João de Barros*, CD-ROM, Ophir: Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses 5, Lisboa, Oxford, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centre for the Study of the Portuguese Discoveries, 1998.

BARROS, João de, *Grammatica da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãre Igreja*, edição fac-similada da edição de 1539, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1996.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=yBwPAAAAAYAAJ&pg=1#v=onepage&q&f=false>>.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro II, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=mxwPAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=cSMPAAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III e V, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=kcMNAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VI, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=FK42AAAAMAAJ&dq=Hist%C3%B3ria+do+Descobrimento+e+Conquista+da+%C3%8Dndia+pelos+Portvgveses,+Livro+VI&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=FK42AAAAMAAJ&dq=Hist%C3%B3ria+do+Descobrimento+e+Conquista+da+%C3%8Dndia+pelos+Portvgveses,+Livro+VI&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s)>.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=AEgbAAAAAYAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro VIII, Lisboa, Typographia Rolandiana, 1833. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=kxQNAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1612, Década V. Disponível em <<http://books.google.pt/books?id=ddpbPnG9tqMC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1612, Década VI. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=fdFHgg7j3MEC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1782, Década VII, Parte I. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=putAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1783, Década VII, Parte II. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=0gAPAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente*, Lisboa, Joam da Costa & Diogo Soarez, 1673, Década VIII, disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=UsB1Rj9VCUC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1788, Década X, Parte II. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=fCLXk4dFYIQC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

COUTO, Diogo do, *História da Índia*, Paris, 1675, Década XII. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=eOPEGycWjrcC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

FELNER, Rodrigo José de Lima (dir.), “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=XT8gAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

FELNER, Rodrigo José de Lima (dir.), “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=6M8NAAAIAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

FELNER, Rodrigo José de Lima (dir.), “Lendas da Índia por Gaspar Correa”, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Tomo III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=F2ZKAAAAYAAJ&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=F2ZKAAAAYAAJ&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s)>.

## **Bibliografia**

### **Bibliografias, Dicionários e Enciclopédias**

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) 6 volumes, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Volume I, Tomo I, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 8 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

NIMER, Miguel, *Influências orientais na língua portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos: etimologia, aplicações analíticas*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=v2rn6WbDeZoC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

OLIVEIRA, Vítor Amaral de, *Sebástica – Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2002.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, 6 volumes, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989.

## Obras Gerais

AA. VV., *Actas do Congresso Internacional “O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa”*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Volume I, 1995.

AA. VV., *História dos Reis de Portugal. Da Fundação à Perda da Independência*, Lisboa e Matosinhos, Academia Portuguesa de História e Quid Novi, 2010.

ALAM, Muzaffar, Sanjay Subrahmanyam, *Indo-Persian travels in the age of discoveries – 1400-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=Yz99c6E\\_g0cC&printsec=frontcover#v=onepage&q=portuguese&f=false](http://books.google.pt/books?id=Yz99c6E_g0cC&printsec=frontcover#v=onepage&q=portuguese&f=false)>.

BARRETO, Luís Filipe, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber – Uma Análise Sociocultural*, Lisboa, Gradiva, 1989.

BASSNET, Susan, “Da Literatura Comparada aos Estudos de Tradução”, in *Floresta Encantada: novos caminhos da literatura comparada*, Helena Carvalhão Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (org.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001.

BORSCHBERG, Peter (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area (16<sup>th</sup> to 18<sup>th</sup> Century)*, Singapura, Lisboa, National University of Singapore, Faculty of Arts and Social Sciences e Fundação Oriente, 2004.

BRUM, Fernando, *As novas tecnologias e o trabalho do tradutor: guia prático*, Dissertação de Mestrado em Estudos de Tradução apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, Universidade Aberta, 2008.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, *O Estudo das Línguas Exóticas no Século XVI*, Biblioteca Breve, volume 71, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1983.

CARVALHO, Rómulo, *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da, *Gabinete Histórico, Tomo II: Desde 1325 até 1580*, Lisboa, Impressão Régia, 1818.

COOPER, Michael, S. J., *Rodrigues o Intérprete – Um Jesuíta no Japão e na China*, Tradução de Tadeu Soares, Lisboa, Quetzal Editores, 1994.

CORTESÃO, Armando, *Esparços, Volume III*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1975. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=2PbNS0LHn60C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

GARCIA, José Manuel, *Ao Encontro dos Descobrimentos: Temas de História da Expansão*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

HUNG, Eva (ed.), *Teaching translation and interpreting 4: Building bridges*, EUA e Holanda, John Benjamins Publishing Company, 2002. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=cGb61sHgoT8C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

HUNG, Eva (ed.), *Translation and cultural change: studies in history, norms and image projection*, EUA e Holanda, John Benjamins Publishing Company, 2005. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=HXDiEeKyTk8C&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

MACHADO, Álvaro Manuel, *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Biblioteca Breve, Volume 72, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (ed.), *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, Século XVI, Volume II, Tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (ed.), *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, Século XVI, Volume II, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

MARTINS, António Coimbra, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985.

Moisés, Massaud, *A literatura portuguesa através dos textos*, São Paulo, Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 29ª edição, 2004.

MUNDAY, Jeremy (ed.), *The Routledge companion to translation studies*, EUA e Canadá, Routledge, 2009. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=iSib15M33JMC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

NOLAN, James, *Interpretation: techniques and exercises*, Reino Unido, EUA e Canadá, Multilingual Matters, Ltd., pp. 3-4. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=WG8PgHGtjboC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

OLIVEIRA, Aurélio de, *Portugal no encontro e emergência do novo. Os Novos Mundos*, 2006. Disponível em: <[http://www.icea.pt/Actas/20\\_15h30m\\_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf](http://www.icea.pt/Actas/20_15h30m_Aur%C3%A9lio%20Oliveira.pdf)>.

OLIVEIRA, Francisco Manuel Roque de, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, Tese apresentada ao departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia Humana, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona 2003. Disponível em: <[http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro1de4.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro1de4.pdf)> (1ª parte); <[http://www.tesisenxarxa.net/TDX/TDX\\_UAB/TESIS/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro2de4.pdf](http://www.tesisenxarxa.net/TDX/TDX_UAB/TESIS/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro2de4.pdf)> (2ª parte); <[http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro3de4.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro3de4.pdf)> (3ª parte); e <[http://www.tdx.cesca.es/TESIS\\_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro4de4.pdf](http://www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1222103-160816/fmpnro4de4.pdf)> (4ª e última parte – mapas e bibliografia).

OSÓRIO, Jorge Alves, «O Humanismo: a Intersecção da “História Cultural” com a “História Literária”», in *Revista da Faculdades de Letras “Linguas e Literaturas”*, Porto, Faculdade de Letras: Instituto de Cultura Portuguesa, 1987, pp. 209 – 231. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id127&sum=sim>>.

PÖCHHACKER, Franz, *Introducing interpreting studies*, Londres, Routledge, 2004. Disponível em: < [http://books.google.pt/books?id=ZzSQ-9ea1BEC&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.pt/books?id=ZzSQ-9ea1BEC&source=gbs_navlinks_s)>.

PÖCHHACKER, Franz, Miriam Shlesinger, *The interpreting studies reader*, Londres, EUA, Canadá, Routledge, 2002. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=5EZ0ds4eLZkC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

PRATA, Ricardo – “Literatura e história: o texto e o autor”. in *Actas do colóquio literatura e história: para uma prática interdisciplinar*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 279-284.

ROLIM, Lia Márcia Barroso Jucá, *Práticas de tradução no Ocidente: uma retrospectiva histórica*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410519\\_06\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410519_06_pretextual.pdf)>.

RUSSEL-WOOD, A. J. R., “Fluxos de Emigração” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 224-237.

RUSSEL-WOOD, A. J. R., *The Portuguese empire, 1415-1808: a world on the move*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1998.

TIRKKONEN-CONDIT, Sonja, Riitta Jääskeläinen (ed.), *Tapping and mapping the processes of translation and interpreting: outlooks on empirical research*, Holanda e EUA, John Benjamins Publishing Company, 2000. Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=WB2LsPdK3osC&source=gbs\\_similarbooks\\_s&cad=1](http://books.google.pt/books?id=WB2LsPdK3osC&source=gbs_similarbooks_s&cad=1)>.

## **Estudos Especializados**

AMENDOEIRA, Filipa, “Uma língua, uma identidade” in *Des(a)fiando discursos: Livro de Homenagem à professora Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 37-43.

ANGELELLI, Claudia V., *Revisiting the Interpreter’s Role* (excerto), Holanda e EUA, John Benjamins Publishing Company, 2004. Disponível em: <[http://books.google.pt/books?id=Osc5VznIT1cC&source=gbs\\_similarbooks\\_s&cad=1](http://books.google.pt/books?id=Osc5VznIT1cC&source=gbs_similarbooks_s&cad=1)>.

ATKINSON, Rebecca Frances, *O intérprete em seu meio profissional: por uma voz mais alta*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410526\\_06\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410526_06_pretextual.pdf)>.

AVELAR, Ana Paula, "A língua vernacular como instrumento de poder no Portugal de Quinhentos" in *Des(a)fiando discursos: Livro de Homenagem à professora Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 45-53.

AVELAR, Ana Paula, "Da história e da literatura: percursos de uma expansão", in *Actas do colóquio literatura e história: para uma prática interdisciplinar*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 339-346.

AVELAR, Ana Paula, "A cronística portuguesa da Expansão: modelos e práticas discursivas: narrativas de um poder em questão", in *Actas do colóquio internacional discursos de legitimação*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002.

AVELAR, Ana Paula, *Fernão Lopes de Castanheda, Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

AVELAR, Ana Paula, *Figurações da Alteridade na Cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

AVELAR, Ana Paula, *No Discurso das Histórias, o Pulsar dos Mares*, CD-ROM, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

BAKER, Mona, Gabriela Saldanha (eds.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, Londres, Nova Iorque e Canadá, Routledge, 2009. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=eXsDckV5GuMC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

BARRETO, Luís Filipe, "A aculturação portuguesa na expansão e o luso-tropicalismo", in *Portugal: Percursos de Interculturalidade, Volume I – Raízes e Estruturas*, Coordenação de Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Dezembro de 2008, pp. 477-503.

BARRETO, Luís Filipe, *Lavrar o Mar – Os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000

BOXER, Charles Ralph, *João de Barros – Portuguese Humanist and Historian of Asia*, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1981. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=BFvIGilXkVQC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

BOXER, Charles Ralph, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Tradução de Inês Silva Duarte, Lisboa, Edições 70, 1981.

BUESCU, Ana Isabel, “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial” In *Revista Oceanos* nº 27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 10-24.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, *Gramática da língua Portuguesa, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da Viciosa Vergonha*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.

CARVALHO, Maria João Loução de, *Gaspar Correia e dois perfis de governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira - em busca de uma causalidade*, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, Universidade Aberta, 2009.

COELHO, António Borges, *Tudo é Mercadoria, Sobre o percurso e a obra de João de Barros*, Lisboa, Editorial Caminho S.A., 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I – 1469-1521 – Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2011.

COUTO, Dejanirah, “The Role of Interpreters, or *Línguas*, in the Portuguese Empire During the 16<sup>th</sup> Century”, *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 1, número 2, Inverno de 2003. Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue2/pdf/couto.pdf)>.

DAMES, Mansel Longworth, *The book of Duarte Barbosa: An Account Of The Countries Bordering On The Indian Ocean And Their Inhabitants*, Nova Deli, Asian Educational Services, 2005. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=r5jnQzwZjOYC&printsec=frontcover&hl=pt-pt#v=onepage&q&f=false>>.

EARLE, Tom F., “A linguagem pictórica de João de Barros nas *Décadas da Ásia*”, in *Revista Oceanos* Nº 27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Julho/Setembro 1996, pp. 84-90.

FARIA, Manuel Severim de, “Vida de João de Barros” in *Vários Discursos Políticos*, Lisboa, Officina de António Gomes, 1791. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=Z7sQAAAAIAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

FARIA, Manuel Severim de, *Vida de João de Barros por Manoel Severim de Faria e Índice Geral das Quatro Décadas da Sua Ásia*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=JOtAAAAAcAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

FONSECA, Maria do Céu, “Historiografia linguística portuguesa: o processo de gramaticalização de línguas extra-europeias (Oceano Índico)” in *Revista de Letras*, II, nº 4, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras,, 2005, pp. 9-22. Disponível em: <<http://dlac.utad.pt/revista04.pdf>>.

GREENBLAT, Stephen (ed.), *New World Encounters*, Berkley and Los Angeles, University of California Press, 1993.

GREENBLAT, Stephen, *Maravillosas posesiones: el asombro ante el Nuevo Mundo*, Tradução de Socorro Giménez, Barcelona, Marbot Ediciones, 2008

HUE, Sheila Moura (ed.), *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Viveiros de Castro Editora, Ltda., 2007. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=tg7n5bV9o9wC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>.

LOURENÇO, Eduardo, “Clarimundo: da ideologia à simbologia imperial” (excerto) in *História e Antologia da Literatura Portuguesa, Século XVI*, Volume II, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 578-581.

MARTINS, António Coimbra, “Seis escritores da Ásia portuguesa” (excerto) in *História e Antologia da Literatura Portuguesa, Século XVI*, Volume II, Tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 392-398.

MOREIRA, Nuno Miguel Magarinho Bessa, *Cardeal D. Henrique: um Pensamento em Acção (1539-1578)*, Tese de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Universidade de Letras, 2004.

PAIS, Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005.

PAIVA, Maria Manuela Gomes, *Traduzir em Macau: ler o outro: para uma história da mediação linguística e cultural*, Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, na especialidade de Estudos de Tradução apresentada à Universidade Aberta, 2008. Disponível em: <<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle/10400.2/1357>>.

RAMALHO, Américo da Costa, “João de Barros, Humanista”, in *Revista Oceanos* Nº 27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Julho/Setembro 1996, pp. 68-73.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., “Catolicismo e Multiculturalismo”, in *Portugal: Percursos de Interculturalidade, Volume III – Matrizes e Configurações*, Coordenação de Mário Ferreira Lages e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2008.

TODOROV, Tzvetan, *The Conquest of America: the question of the other*, Tradução de Richard Howard, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1999.

TORRÃO, João Manuel Nunes, “Os prólogos de João de Barros: defesa de conceitos com tributo à antiguidade”, in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 2, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2000, pp. 137-154.

WÜRSIG, Ingrid Cáceres, *La traducción en España en el ámbito de las relaciones internacionales, con especial referencia a las naciones y lenguas germánicas (s.XVI-XIX)*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología, Madrid, 2000. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/4030/>>.

## Webgrafia

MULLENDER, Garry (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 10, Novembro de 2006. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/10/index.html>>.

MULLENDER, Garry (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 11, Abril de 2007. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/11/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 1, Maio de 2002. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 2, Fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/02/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 3, Dezembro de 2003. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/03/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 4, Maio de 2004. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/04/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 5, Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/05/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 6, Abril de 2005. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/06/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 7, Julho de 2005. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/07/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 8, Abril de 2006. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/08/index.html>>.

PAIS, Carlos Castilho e Margarita Correia (coord.), *Revista Digital sobre Tradução O Língua*, Número 9, Agosto de 2006. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/09/index.html>>.

## **ANEXOS**

Obras de João de Barros listadas por Manuel Severim de Faria, complementadas por Charles Ralph Boxer<sup>1</sup>

<b>Título</b>	<b>Local / Editor</b>	<b>Data de Impressão</b>	<b>Comentários</b>
Crónica do Imperador Clarimundo, donde os Reis de Portugal descendem	Coimbra, João de Barreira Coimbra, João de Barreira Lisboa, António Alvares Lisboa, Francisco da Silva	1522 1553 1601 1742	
Rhopica Pnefma (Mercadoria Espiritual)	Lisboa, Germão Galhardo	1532	Dedicada a Duarte de Resende, seu parente. Foi colocada no Índice da censura inquisitorial em 1581
Ao muito alto, e muito poderoso Rei de Portugal D. João III, deste nome, Panegírico em o ano de 1533 (Panegírico de D. João III)	Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca	1740	Apresentado ao Rei D. João III em 1533, como denota o título, só veio a ser impresso pela primeira vez em 1740 na obra <i>Notícias de Portugal</i>
Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja, e com os mistérios da missa e responsórios dela (Cartinha de João de Barros)	Lisboa, Luís Rodrigues	1539	
Diálogo de preceitos morais com prática deles em modo de jogo  Diálogo de João de Barros com dois filhos seus sobre preceitos morais em modo de jogo	Lisboa, Luís Rodrigues	1ª edição - 1540  2ª edição - 1563	Obra dedicada à Infanta D. Maria, filha de D. João III, que jogava regularmente com o seu pai. Tem por objectivo ensinar a Ética de Aristóteles com base nos vícios e virtudes. A segunda edição foi publicada com um nome ligeiramente diferente.

<sup>1</sup> Cf. Manuel Severim de Faria, capítulo “Catálogo das obras que saíram à luz pública da Impressão” in *Vida de João de Barros e Índice Geral das Quatro Décadas da sua Ásia*, Lisboa, Regia Officina Typografia, 1727, pp. LXVII – LXXIV e Charles Ralph Boxer, *João de Barros*, New Deli, Concept Publishing Company, 1981.

<b>Título</b>	<b>Local / Editor</b>	<b>Data de Impressão</b>	<b>Comentários</b>
Gramática da língua portuguesa, obra acompanhada de um Diálogo em louvor da Nossa Linguagem	<i>Olyssipone, Apud Lodouicum Rotorigiu Typographum</i>	1540	Dividida em 2 tratados. Dedicada ao Príncipe D. Filipe, filho d'ElRey D. João III, que com ela aprendeu a ler <sup>2</sup>
Diálogo da Viciosa Vergonha	<i>Olyssipone, Apud Lodouicum Rotorigiu Typographum</i>	1540	
Diálogo sobre preceptos morais em forma de jogo (Jogo de tabolas, com as éticas de Aristóteles)	Lisboa, Luís Rodriguez Lisboa, João Barreira	1540 1563	Dedicado à Infanta D. Maria, filha de D. João III
Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé contra o Talmud dos Judeus	Lisboa, Livraria Studium Editora	1950	Obra escrita em <b>1543</b> , dedicada ao cardeal infante D. Henrique, entretanto nomeado Inquisidor Geral do Reino, que não autoriza a sua publicação, tendo permanecido manuscrito até o século XX. Publicado em 1950 como manuscrito inédito de João de Barros com introdução e notas de I. S. Révah
Panegírico da Infanta D. Maria		1655	Escrita cerca de <b>1545</b> <sup>3</sup> para assinalar a atribuição a D. Maria do senhorio da cidade de Viseu, só viria a ser impressa pela primeira vez em 1655, na primeira edição de <i>Notícias de Portugal</i> de Manuel Severim de Faria.
Primeira Década da Ásia dos Feitos, que os Portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente	Lisboa, Germão Galhardo	1552	
Segunda Década da Ásia	Lisboa, Germão Galhardo	1553	
Terceira Década da Ásia	Lisboa, João Barreira	1563	
Quarta Década da Ásia	Madrid, Impressão Real	Postumamente, em 1613	Impressa na Impressão Real de Madrid, já no reinado de D. Filipe II, coordenada por João Baptista Lavanha

<sup>2</sup> Manuel Severim de Faria, *op. cit.*, p. XXI

<sup>3</sup> Ana Isabel Buescu, “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial” In *Revista Oceanos* nº 27, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 12

## **Obras que permaneceram Manuscritas**

Problemas morais

Exclamação contra as opiniões, e abusos do Mundo presente – 1561

Década da África

Geografia Universalis

História natural do Oriente, que consta de plantas, e animais daquela Províncias, e das obras artificiais pertencentes à Comutação, e Comércio de ambas destas matérias

Sumário, que trata das Províncias do Mundo, em especial das Índias, assim de Castela, como de Portugal, e trata largamente da Arte de marear juntamente com a esfera em romance com o regimento do Sol, e do Norte, e outras derrotas, e alturas das terras, e com outras muitas coisas necessárias aos navegantes

História dos Reis da Pérsia, Grão Tamorlão e Preste João (incompleta)

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Vicente Anes e João Bispo	<b>1493</b>  Assumimos o último ano mencionado no capítulo anterior: “estando el-Rei o ano de quatrocentos noventa e três”. D. I, L. III, C. XI, p. 1	<b>Guiné</b>	S/I	As pessoas de que el-Rei servia neste mister de recados e descobrimentos per dentro do sertão, eram os que nomeámos, e assi Rodrigo Rabelo, João Lourenço, seus criados, e <u>Vicente Anes e João Bispo</u> , <u>línguas</u> , aos quais ele agalardoava de seus trabalhos, posto que não conseguissem o fim principal a que os mandava. D. I, L. III, C. XII, p. 5	<i>Línguas</i>		Referência clara à recompensa que os <i>língua</i> recebiam pelos seus serviços, denotativa da importância da sua função. A expressão “recados e descobrimentos” indicia a dupla função dos <i>língua</i> enquanto intérpretes e informadores
Fernão Martins (1)	<b>1498</b> (Janeiro)  Vasco da Gama partiu do Restelo a 8 de Julho “do ano de mil quatrocentos noventa e sete”, tomou terra na baía de Santa Helena, passados 5 meses da partida D. I, L. IV, C. II, pp. 1-4  aos “20 de Novembro, passou aquele grã Cabo de Boa Esperança” D. I, L. IV, C. III, p. 3  “No dia de Natal passaram pela costa do Natal, a que eles deram este nome; e dia dos Reis entraram no rio deles, e alguns lhe chamam do Cobre”. D. I, L. IV, C. III, p. 4	Estabelecimento dos <b>primeiros contactos em Moçambique</b> , nos ilhéus de São Jorge	Árabe	(...) e alguns entendiam palavras do arábigo que lhe falava um marinheiro per nome <u>Fernão Martins</u> , mas a outra língua própria nenhum dos nossos a entendia. (...) Chegados estes barcos ao navio de Vasco da Gama, levantou-se um daqueles homens bem vestidos e começou per arábigo perguntar que gente era e o que buscavam. Ao que Vasco da Gama mandou responder per <u>Fernão Martins</u> , <u>língua</u> , que eram portugueses, vassalos del-Rei de Portugal. D. I, L. IV, C. III, p. 6-8  Quando o capitão [Vasco da Gama] soube de eles serem de nação abexi, cujo rei nestas partes era celebrado por Preste João das Índias, cousa a ele tam encomendada, começou de os enquerir per <u>Fernão Martins</u> , <u>língua</u> ; os quais, posto que intendiam o arábigo, a muitas palavras não respondiam ao propósito, como que diferiam na língua, e doutras não davam razão, dizendo saírem de sua terra de tam pequena idade, que não eram já lembrados. D. I, L. IV, C. IV, p. 4  E posto que se teve muito resguardo que o piloto de Moçambique não falasse à parte com eles senão perante <u>Fernão Martins</u> , <u>língua</u> , per qualquer modo que foi, ele lhe disse o que tinha passado com os nossos; a qual nova os mouros dissimularam, e como gente contente do gasalhado que lhe Vasco da Gama mandou fazer, e dádivas que receberam, se espediram dele. D. I, L. IV, C. V, p. 4	Marinheiro e <i>língua</i>	Lusíadas, Canto V, estância 77 “Pela <u>Arábica língua</u> , que mal falam / E que <u>Fernão Martins</u> muito bem entende”.	Fernão Martins partiu como marinheiro na armada de Vasco da Gama rumo à Índia em 1497, tendo servido como <i>língua</i> de árabe.  No Canto V dos Lusíadas, que descreve precisamente a partida de Belém e o percurso de Vasco da Gama até à Índia, encontramos a estância 77, transcrita ao lado.  A relação Árábica língua – Fernão Martins parece confirmar que se trata do nosso <i>língua</i> , sendo esta relação também sugerida por Massaud Moisés em <i>A literatura portuguesa através dos textos</i> , p. 134 (cf. bibliografia)

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Fernão Martins (2)	<b>1498</b> (Maio) “Ao tempo que Vasco da Gama chegou a esta cidade Calecute, que era a vinte de Maio (...)” D. I, L. IV, C. VIII, p. 1	<b>Calecute</b>	Árabe	Finalmente, tanto aperfiaram sobre o varar dos navios, ou que leixasse em terra alguns homens com mercadoria - e isto em modo de reféns, enquanto o Samori o não despachava, dizendo que a gente do mar lho queria, pera poderem ir pescar seguramente deles -, que conveo a Vasco da Gama leixar em terra, com alguma pouquidade disso que levavam pera compra de mantimentos, a Diogo Dias por feitor, Álvaro de Braga por escrivão, <u>Fernão Martins, língua</u> , e quatro homens do seu serviço, até ver em que parava o despacho do Samori. D. I, L. IV, C. X, p. 2	Marinheiro e <i>língua</i>	Fernão Martinz é mencionado por <u>Damião de Góis</u> como “lingoa” envolvido na recepção de Vasco da Gama por parte do Rei de Calecute (DG, p. 46-49), bem como por <u>Fernão Lopes de Castanheda</u> , na sua versão do mesmo episódio (FLC1, p. 51). Já João de Barros, na <i>Década I</i> , Livro IV, Capítulo VIII, intitulado “Como Vasco da Gama mandou recado a el-Rei de Calecute, que era chegado ao porto de sua cidade, e depois per sua licença se viu com ele duas vezes”, descreve a recepção de Vasco da Gama de modo resumido, omitindo a actuação dos <i>língua</i> .	Na citação da D. I, L. IV, C. X, João de Barros não refere especificamente as acções de Fernão Martins nesta ocasião em que ficou cativo como refém em Calecute, mas supõe-se que terá sido escolhido para poder desempenhar funções de <i>língua</i> na mediação entre os seus companheiros e as gentes locais.  Carlos Castilho Pais refere que Fernão Martins obteve privilégio de D. Manuel, num documento datado de 17 de Dezembro de 1502, onde o Rei terá escrito “onde [na Índia] nos serviu de <u>língua</u> do árabe” (CCP, p. 44)

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos língua

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (1)	<b>1499</b> “Julho daquele ano de quatrocentos noventa e nove (...)” D. I, L. IV, C. XI, pp. 10-11	Chegada às <b>Ilhas de Anchediva</b> ou Angediva	<b>Hebraico, caldeu, arábico e alemão</b> , fala também <b>italiano</b> misturado com <b>espanhol</b> , tão claro que se entende como um português, segundo a carta enviada por D. Manuel para Roma a D. Jorge da Costa, a 28 de Agosto de 1499 (CCP, p. 98)  Possivelmente falava também a língua <b>malabar</b> “principal instrumento” naquela terra [Calecute] D. I, L. V, C. V, p. 7	Um senhor mouro chamado Sabaio, cuja era uma cidade per nome Goa (...) desejando haver informação dela [a Cristandade], chamou um judeu natural de Polónia, que lhe servia de Xabandar, e perguntou-lhe se tinha sabido de que nação era a gente que vinha naqueles navios. Ao que este judeu respondeu ter sabido que se chamavam portugueses, que habitavam nos fins da terra da Cristandade, a qual gente sempre ouvira nomear por guerreira, sofredor de trabalho e mui leal ao senhor que serviam; que se ela era a que lhe diziam, devia trabalhar pola haver a seu serviço, porque com os tais homens se podiam fazer grandes conquistas. D. I, L. IV, C. XI, pp. 5-6  Finalmente ele foi bautizado e houve nome <u>Gaspar</u> , tomando por apelido <u>Gama</u> , por causa de Vasco da Gama, que o trouxe àquele estado. D. I, L. IV, C. XI, p. 9	<i>Língua</i>  Apesar de neste primeiro contacto com os portugueses não ser mencionado como <i>língua</i> , desempenhará estas funções mais tarde ao serviço de Pedro Álvares Cabral, dos vice-reis D. Francisco de Almeida e D. Afonso de Albuquerque e do Marechal D. Fernando Coutinho. CCP, pp. 99-101	Fernão Lopes de Castanheda é mais preciso quanto à idade de Gaspar da Gama – 40 anos –, informando ainda que se terá apresentado aos portugueses como sendo cristão. Quanto ao resto, as informações de Castanheda coincidem com as de Gaspar Correia: Gaspar da Gama encontrava-se naquelas paragens ao serviço do Sabaio de Goa, é molestado para revelar a sua identidade e é trazido para Portugal na viagem de retorno de Vasco da Gama. Também referenciado por Álvaro Velho no Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama e por Damião de Góis.  Fernão Lopes de Castanheda menciona: “E este se tornou depois Christão, & Vasco da gama que foy seu padrinho lhe pos nome Gaspar á hõrra dũ dos tres Reys magos, & deulhe ho seu apelido da gama (...)”. FLC1, p. 89	Relato do primeiro encontro com este judeu natural da Polónia que servia de Xabandar ao Sabaio de Goa e que aparece nomeado indiferentemente como Gaspar da Gama e Gaspar da Índia.  João de Barros explica que Xabandar (por vezes Xebandar) é um “ofício como entre nós os cônsules da nação” e mais à frente “que é o mais honrado e proveitoso que (...) tem para dar – que é o supremo na justiça entre os Mouros” (D. II, L. VI, C. I, p.4 e D. III, L. IX, C. X, p. 6, respectivamente), o que demonstra a posição e importância de Gaspar da Índia/da Gama

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correia, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correia, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (2)	<b>1500</b> Assumimos o último ano mencionado nos capítulos anteriores: “um domingo, oito dias de Março, do ano de mil e quinhentos” D. I, L. V, C. I, p. 4	<b>Chegada a Calecute</b>	Ver Gaspar da Gama (1)	(...) mandou Pedrálvares recado a el-Rei [de Calecute] per João de Sá, que sabia a terra, por ser um daqueles que foram com D. Vasco da Gama, e com ele <u>uma língua do arávigio</u> , pedindo-lhe dia pera lhe mandar certos recados que trazia del-Rei de Portugal. (...) Pedrálvares, sem cautela algua de reféns por não mostrar desconfiança del-Rei, ao outro dia enviou a ele Aires Correa, e Afonso Furtado e João de Sá que o acompanhavam, e <u>por língua Gaspar da Índia</u> . D. I, L. V, C. IV, p.3  El-Rei, como já tinha facilidade com Aires Correa por as vezes que foi a ele, por meio de <u>Gaspar da Índia</u> , que era o <u>intérprete</u> , se começou por desculpar (...) D. I, L. V, C. V, p. 8	Ver Gaspar da Gama (1)		Ainda que a primeira menção seja genérica: uma língua do arávigio, estamos em crer que ambas as menções da D. I, L. V, C. IV se referem ao mesmo <i>língua</i> , ou seja, Gaspar da Índia/da Gama
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (3)	<b>1501</b> Assumimos o primeiro ano mencionado no capítulo: “(...) nove de Janeiro do ano de quinhentos e um (...)” D. I, L. V, C. VIII, p. 10	<b>Ida para Cochim</b>		(...) e nele [Cochim], segundo <u>Gaspar da Índia</u> afirmava a Pedrálvares, havia mais pimenta que em Calecute, (...) Posto Pedrálvares em caminho (...) por esta informação que lhe <u>Gaspar da Índia</u> deu (...) D. I, L. V, C. VIII, pp. 1-2			
Gonçalo Madeira, de Tânger	<b>1501</b> Assumimos a mesma data que para Gaspar da Gama (3), por serem mencionados no mesmo capítulo	<b>Chegada a Cochim</b>	Sendo de Tânger falaria <b>Árabe</b>	Finalmente, sem haver entre eles mais cautelas, mandou el-Rei quatro pessoas honradas da linhagem dos brâmanes por arreféns de nove pessoas que Pedrálvares mandou a terra pera feitorizar a carga: Gonçalo Gil Barbosa, pera feitor; Lourenço Moreno e Bastião Álvares, por seus escrivães, e <u>Gonçalo Madeira, de Tânger, por língua</u> (...) D. I, L. V, C. VIII, p. 5	<i>Língua</i>		É um dos reféns dados em troca de “quatro pessoas honradas da linhagem dos brâmanes”, o que denota a importância dos <i>língua</i>

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (4)	<b>1502</b>  Título do Capítulo II: “Como o Almirante Dom Vasco da Gama partiu deste reino o ano de quinhentos e dous (...)” D. I, L. VI, C. II, p. 1	<b>Encontro com uma caravela que vinha da Mina</b>	Ver Gaspar da Gama (1)	O Almirante [Vasco da Gama], porque levava consigo <u>Gaspar da Índia</u> , que ele tomou em Anchediva, e assi os embaixadores del-Rei de Cananor e del-Rei de Cochi, quis-lhe dar mostra dele [o ouro], não tanto pola quantidade, quanto porque o vissem assi como vinha por lavrar, e soubessem ser el-Rei Dom Manuel senhor da mina dele, e que ordinariamente em cada um ano lhe vinham doze e quinze navios que traziam outra tanta quantidade. D. I, L. VI, C. II, p. 4	Ver Gaspar da Gama (1)		
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (5)	<b>1505</b>  O ano só é mencionado no título do capítulo III “Como neste ano de quinhentos e cinco mandou el-Rei ua grossa armada à Índia” (D. I, L. VIII, C. III) e os capítulos seguintes descrevem os espaços encontrados e as acções decorridas entre Julho e Agosto do mesmo ano até se encontrar a menção: “No dia seguinte, que era de Nossa Senhora de Agosto” D. I, L. VIII, C. VIII, p. 1	<b>Tomada de Mombaça</b>  “Como Dom Francisco de Almeida tomou a cidade Mombaça e a queimou” D. I, L. VIII, C. VIII, título	Ver Gaspar da Gama (1)	Posto Dom Francisco e a gente em repouso de comer uns bocados, da estância que era vezinha ao palmar onde estava Rui Freire, veo recado ao Capitão-mor que estava ali um mouro capeando com ua bandeira branca, ao qual le mandou <u>Gaspar da Índia</u> , que soubesse dele o que queria; e trouxe recado que dezia el-Rei que, ante daquela cidade receber mais dano, ele se queria fazer tributário del-Rei de Portugal e que pera isso se queria ver com ele, Capitão-mor. D. I, L. VIII, C. VIII, pp.5- 6  Defronte do qual córrego, que é na face da ilha contra a terra firme, fica o abrigo pera as naus, e da banda de fora, em torno dela, estão quatro ilhéus que também ajudam abrigar aquele porto, porque quebra a fúria do mar neles; e neste lugar de ancoragem, estava Dom Vasco da Gama espalmado seus navios, quando com ele veo ter <u>Gaspar da Índia</u> , que era ali com Dom Francisco ao fazer da fortaleza, a qual ele fez de pedra e barro por não achar modo pera haver cal. D. I, L. VIII, C. IX, p. 2	Ver Gaspar da Gama (1)		

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (6)	<b>1505</b> Por impossibilidade de encontrar uma data no próprio capítulo, assumimos o ano anterior à primeira menção de data nos capítulos subsequentes: “[a]ntes que entremos no ano de quinhentos e seis (...)” D. I, L. IX, VI, p. 1	<b>Recepção por El-Rei de Cananor</b> “Como o Viso-Rei se viu com el-Rei de Cananor (...)” D. I, L. IX, C. IV, título	Ver Gaspar da Gama (1)	E as pessoas notáveis que neste auto [de recebimento] entraram com ele [o vice-rei Francisco de Almeida] foram seu filho Dom Lourenço, Dom Álvaro de Noronha, que ia por capitão de Cochi, e Lourenço de Brito, e Gaspar Pereira, secretário, e <u>Gaspar da Índia, língua</u> . (...) E porque entre eles ficaram algumas cousas por acabar de assentar acerca da especearia, ao seguinte dia mandou o Viso-Rei a Gaspar Pereira, secretário, e ao feitor Gonçalo Gil, com Diogo Lopes, escrivão da sua nau São Hierónimo, com <u>Gaspar da Índia, língua</u> , que levavam uns apontamentos destas cousas, os quais el-Rei concedeu. D. I, L. IX, C. IV, pp. 4-5	Ver Gaspar da Gama (1)		
Gaspar Pires	<b>1507</b> “(...) té o ano de quinhentos e sete, que Afonso de Albuquerque chegou a ela” D. II, L. II, C. II, título “fim de Setembro” D. II, L. II, C. III, p. 1	<b>Chegada a Ormuz</b>	S/I	E andando o fogo em duas ou três naus delas, veo Coge Beirame com outro mouro em va terrada, a força de remo, capeando com va bandeira branca, como quem queria dar algum recado, ao qual Afonso de Albuquerque mandou Nuno Vaz de Castelo Branco em a fusta em que andava com <u>Gaspar Pires, que servia de língua</u> , saber o que queria. Mas o outro mouro que vinha com Coge Beirame, como era natural do reino de Grada e sabia bem o espanhol e vinha pera ser intérprete, chegando a Nuno Vaz, falou logo tam soltamente, que não serviu o nosso. D. II, L. II, C. III, p. 11	<i>Língua</i>		

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Gaspar Rodrigues	<b>1507</b> “fim de Setembro do ano de quinhentos e sete” D. II, L. II, C. I, p. 13	<b>Vila de Curiate, reino de Ormuz</b>	S/I	Afonso de Albuquerque, quando viu que, em reposta de um recado que lhe mandou a terra per <u>Gaspar Rodrigues, língua</u> , lhe tiraram muita frechada, mandou logo aos capitães das naus que com artilharia varejassem a vila, parecendo-lhe que com esta trovoada viessem a mais cortesia da que fizeram ao seu recado. D.II, L. II, C. I, p. 4	<i>Língua</i>		Gaspar Rodrigues é mencionado numa outra ocasião, mas não podemos afirmar com certeza se se trata do nosso <i>língua</i> ou outro com o mesmo nome: “(...) foi achada va provisão del-Rei D. Manuel, em que havia por bem que ele [António de Brito] sucedesse naquela capitania, falecendo seu irmão [Jorge de Brito]. O qual a primeira cousa em que entendeu, tanto que teve posse dela, foi prover as capitánias e ofícios em lugar dos que faleceram. De Capitão-mor do Mar, que ele havia de servir, proveu a Simão de Abreu; e a Pero Botelho, irmão de Lourenço Godinho, e a Francisco de Brito, de capitães de dous navios; e de feitor a Rui Gago, e de almoxarife, a <u>Gaspar Rodrigues</u> , e a outros de outras cousas, que vagaram por morte de outros.” D. III, L. V, C. III, p. 10
	<b>1508</b> “deteve-se ainda Afonso de Albuquerque naquela paragem até dous de Maio” D.II, L. III, C. II, p. 3	<b>Regresso à vila de Calaiate,</b> “antes que chegasse ao Cabo Rossalgate” D. II, L. III, C. II, p. 4		Seguindo com este propósito sua viagem, ante que chegasse ao Cabo Rossalgate, teve conselho com os capitães e assentou de dar em a vila de Calaiate, assi pelas injúrias e vitupérios que fizeram a João Machado, seu paje, e a João Nestão, escrivão da sua nau, e <u>Gaspar Rodrigues, língua</u> , quando os deu em reféns ao tempo que lhe deram os mantimentos (do qual mau tratamento ele depois em Ormuz soube per eles), como também porque todolos lugares daquela costa tinha tomado per armas, e este ficara sem as experimentar, mais por cautela de não receberem dano, que desejo de nossa paz, a qual já não mereciam por causa da guerra que tinha em aberto com el-Rei de Ormuz, cujo este lugar era. D. II, L. III, C. II, p. 4			
António	<b>1508</b> “Da viagem, que Diogo Lopes de Sequeira fez, depois que o ano de quinhentos e oito se partiu deste reino” D. II, L. IV, C. III, título	<b>Chegada ao reino de Turubaia</b> “Partido daqui [enseada de S. Sebastião] Duarte de Lemos pera Moçambique, (...) começou Diogo Lopes correr a costa da ilha té chegar a um reino, a que os da terra chamam Turubaia” D. II, L. IV, C. III, p. 2-3	S/I	Da gente da qual nau (segundo estava na memória daqueles homens que Diogo Lopes ali achou), eles vinham todos; e <u>aqui estava outro moço per nome António</u> , da mesma nau de João Gomes, <u>per meio do qual, por já saber a língua da terra</u> , o Rei, que se chamava Diamom, se viu em os batéis com Diogo Lopes, e nele não se achou notícia alguma do que lhe perguntaram do cravo, gengivre ou prata. D. II, L. IV, C. III, p. 3	Não é mencionada a função que desempenharia, mas aqui aparece nas funções de <i>língua</i>		

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia (7)	<b>1510</b> “Chegada esta nossa frota ante o porto de Calecute, ua tarde, dous de Janeiro do ano de quinhentos e dez” D. II, L. IV, C. I, pp. 2-3	“Como Afonso de Albuquerque e o Marichal D. Fernando Coutinho foram sobre a cidade <b>Calecute</b> ”	Ver Gaspar da Gama (1)	E dizendo isto, sem querer ouvir a desculpa que lhe Afonso de Albuquerque dava, bradou por <u>Gaspar da Índia, que servia de língua</u> e sabia bem a terra, do tempo que andou naquelas partes, e mandou-lhe que o encaminhasse às casas del-Rei D. II, L. IV, C. I, pp.8-9	Ver Gaspar da Gama (1)		
Francisco de Albuquerque	<b>1510</b> “Das armadas, que El-Rei D. Manuel o ano de quinhentos e dez mandou à Índia (...)” D. II, L. V, C. VIII, título	S/I	<b>Castelhano</b>	(...) em hua [nau] vinham dous judeus castelhanos, que se fizeram cristão: aum chamaram Tristão de Ataíde e a outro <u>Francisco de Albuquerque</u> , e depois serviram de línguas a Afonso de Albuquerque. D.II, L. V, C. VIII, p. 9	<i>Língua</i>	Em Setembro de 1510 Gaspar Correia menciona-o, contando a sua história: “Simão Martins trouxe huma nao de Meca muy riqua, em que tomou dous judeus castelhanos muyto riqos, que derão ao Governador muiytas nouas (...) Estes judeus derão ao Governador muyta enformação do estreito do mar Roxo, e suas nauegações e tratos, e em tudo lhe fallando muyta verdade, pólo que o Governador lhes dez muytas honras, que depois hum d’elles logo se fez christão, e se chamou <u>Francisco d’Albuquerque</u> , que se casou em Goa (...) GC2, p. 134	

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos língua

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Tristão de Taíde ou Ataíde (1)	<b>1510</b> “Das armadas, que El-Rei D. Manuel o ano de quinhentos e dez mandou à Índia (...)” D. II, L. V, C. VIII, título	S/I	<b>Árabe</b> , depreende-se do facto do encontro com “mouros” assinalado em Tristão de Taíde ou Ataíde (3)	(...) em hua [nau] vinham dous judeus castelhanos, que se fizeram cristão: a um chamaram <u>Tristão de Ataíde</u> e a outro Francisco de Albuquerque, e depois serviram de línguas a Afonso de Albuquerque. D. II, L. V, C. VIII, p. 9	Língua	“Simão Martins trouxe huma nao de Meca muy riqua, em que tomou dous judeus castelhanos muyto riqos, que derão ao Governador muytas nouas (...) Estes judeus derão ao Governador muyta enformação do estreito do mar Roxo, e suas nauegações e tratos, e em tudo lhe fallando muyta verdade, pólo que o Governador lhes dez muytas honras, que depois hum d’elles logo se fez christão, e se chamou Francisco d’Albuquerque, que se casou em Goa, e o outro recolheu o Governador pera seu seruiço, que o achou homem de muyta verdade, e que sabia muytas lingoas, e muy sabido em totalas cousas, e muy verdadeiro, com que era muyto do conselho do Governador, que se chamaua Çufo, que depois em se fazendo a forteleza d’Ormuz se fez christão, e se chamou <u>Alexandre d’Atayde</u> ; de que o Governador muyto seruia em todos seus segredos, em tanta maneyra que quando morreo Afonso d’Albuquerque, que foy no ano de 515, foy enduzido ElRey que mandasse hir este judeu ao Reyno, e lhe descobriria muytos sgredos d’Afonso d’Albuquerque: o que ElRey assy fez, e este judeu foy a Portugal, que muyto aleuantou e abonou as cousas d’Afonso d’Albuquerque (...). <u>Alexandre d’Atayde</u> (...) se tirou da casa [onde estava preso], e se meteo em casa de dom Garcia de Noronha, que o conhecia, que fora da India (...) até que se tornou pera India, e da India se foy pera o Cairo, onde se tornou pera sua judaria. GC2, pp. 134-135  (...) Simão Martins tomou hua nao de Meca muyto rica (...) & antre os catiuos que se nela tomarão forão dous judeus que depois ho governador fez Christãos, & a hu foy posto nome Francisco dalbuquerque, & ao outro <u>Alexandre datayde</u> , que sayrão muy boôs hom-es & seruirão de lingoas. FLC3, p. 116	Parece-nos haver aqui confusão no nome por parte de João de Barros, já que o mesmo episódio é contado por Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, mencionando o nome Alexandre e não Tristão de Ataíde.

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correia, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correia, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Rui de Araújo	<b>1512</b> “A qual justiça [sentença de morte de Utimuti-Rajá, e seu filho, genro e neto] foi a primeira que por nossas leis e ordenações processada, segundo forma de Direito, se fez naquela cidade, a vinte e sete dias de Dezembro de quinhentos e doze” D. II, L. VI, C. VII, p. 5	<b>Tomada de Malaca</b> , após a morte de Utiluti-Rajá. Decisões tomadas e instruções dadas por Afonso de Albuquerque antes de partir para a Índia à descoberta de Maluco e Banda, para garantir a segurança da cidade	S/I	(...) leixou [Afonso de Albuquerque] (...) a Rui de Araújo, por alcaide-mor e feitor, em pagamento de seu cativo (...). e <u>Rui de Araújo</u> , por já saber a <u>língua da terra e seus costumes</u> , <u>interviesse com eles</u> , xebandares, em os negócios da governança de seus officios, pera dar disso razão ao capitão Rui de Brito, porque o povo não recebesse algum agravo dos xebandares. D. II, L. VI, C. VII, pp. 11-12	Alcaide-mor e feitor de Malaca		Rui de Araújo é nomeado como alcaide-mor e feitor de Malaca, mas em face da referência tão específica a ele saber a “língua da terra e seus costumes” e que “interviesse com eles, xebandares”, estamos em crer que terá desempenhado funções de <i>língua</i> .
João Machado e Bastião Rodrigues	<b>1512</b> Por impossibilidade de encontrar referência à data, assumimos o ano de 1512 com base na obra de Fr. Cláudio da Conceição, <i>Gabinete Histórico, Tomo II: Desde 1325 até 1580</i> , Lisboa, Impressão Régia, 1818, p. 179: “[Albuquerque] (...) conquistou a 2 de Abril [de 1512] a Fortaleza de Benestari, próxima à cidade de Goa”.	<b>Cerco e conquista da Fortaleza de Benestari</b>	S/I	Afonso de Albuquerque, posto que logo ao presente não soube parte do que ia dentro do castelo, nem de algumas cousas destas, somente pelo que lhe disse <u>João Machado</u> do que leixava feito ao tempo que de lá veio (...). [Albuquerque] afastou-se um pouco do corpo da gente chamando os capitães e a <u>João Machado</u> , ao qual perguntou que como andava aquela gente tam mal ordenada, se vinha ali Rostomo-Cane. Ao que <u>João Machado</u> respondeu, que, por aquele dia ser o que os mouros solenizavam, lhe parecia virem eles mais a folgar que a outra cousa (...). D. II, L. VII, C. IV, p. 4  D. Garcia, quando viu este sinal e ouviu o que dezião, por <u>João Machado</u> não ser presente, mandou saber per <u>Bastião Rodrigues</u> , que sabia alguma coisa da língua, do tempo que o cativaram na morte de D. Lourenço, o que queriam. (...) D. Garcia mandou logo este recado [de resposta] per o mesmo <u>Bastião Rodrigues</u> a Afonso de Albuquerque.” (...) <u>João Machado foi com Bastião Rodrigues</u> , levando estes apontamentos. D. II, L. VII, C. V, pp. 11-12  Tanto que Afonso de Albuquerque se meteu na posse desta fortaleza, a primeira cousa em que entendeu foi mandar visitar per <u>Bastião Rodrigues</u> a Rostomo-Cane. D. II, L. VII, C. VI, p. 1	Não sabemos a função ocupada por estes dois homens, mas as aqui sinalizadas são de <i>língua</i>		Esta primeira menção denota que o <i>língua</i> conhece a cultura e costumes do <i>Outro</i> .  Note-se o papel preponderante assumido pelos dois <i>língua</i> nas negociações de tréguas quando a fortaleza foi tomada, cf. todo o capítulo V da D. II, L. VII

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Samuel	<b>1512</b>  Assumimos a mesma data que para o caso de João Machado e Bastião Rodrigues, uma vez que é mencionado no mesmo capítulo.	<b>Tradução de cartas</b> enviadas para o Rei D. Manuel por el-Rei Davide [o Preste João] e por sua mãe a Rainha Helena em “língua caldea”, entregues pelo embaixador Mateus	Várias	E da sua comunicação se conseguia tamanho serviço de Deus, como era destruição da Casa de Meca e seita dos mouros, segundo ele, Davide, prometia em suas cartas, as quais Afonso de Albuquerque mandou tresladar em português per um judeu chamado <u>Samuel</u> , natural do Cairo, do qual se servia nestes negócios de interpretar, <u>por saber muitas línguas</u> . D. II, L. VII, C. VI, p. 8	Tradutor		A citação indica que este judeu natural do Cairo “tresladou” as cartas, exercendo por isso funções de tradutor, mas a menção “do qual se servia nestes negócios de interpretar” leva-nos a crer que seria também <i>língua</i>

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Duarte Vaz	1515  Assumimos o último ano a ser mencionado no capítulo em que este <i>língua</i> é assinalado pela primeira vez: “Acabando Afonso de Albuquerque de satisfazer a el-Rei de Cochi per esta maneira (...) assentou aquele ano, que era de catorze, não entender em outra cousa, pera o de quinze (querendo Deus) estar prestes”. D II, L. X, C. I, pp. 3-4	<b>Embaixada a El-Rei de Cambaia</b> “para assentar as cousas da fortaleza (...) em Dio”	Persa, segundo Gaspar Correia	Neste mesmo tempo que Afonso de Albuquerque espediu Pero de Albuquerque com esta armada, mandou Diogo Fernandes, de Beja, a el-Rei de Cambaia assentar as cousas da fortaleza, que lhe tinha concedido em Dio, o qual Diogo Fernandes ia bem acompanhado com até vinte encavaladuras, que havia de tomar na cidade de Surrate, de que era senhor Melique-Gupi, nosso amigo. E a pessoa segunda desta ida era James Teixeira, que havia de suceder, vindo caso pera isso, e Francisco Pais era escrivão da embaixada, e um <u>Duarte Vaz, língua</u> , com outros homens, todos gente limpa e bem tratados, como quem ia ao mais poderoso príncipe mouro daquelas partes da Índia. D. II, L. X, C. I, pp. 5-6	Língua	(...) pareceolhe bẽ com conselho de lhe mandar sobristo [promessa do rei de Cambaia de querer dar fortaleza e feitoria em Diu] seu embaixador pera auer effeyto. E ho embaixador foy Diogo fernandez de Beja, & coele James Teixeira por sota embaixador, & hũ Francisco paez escrivão da embaixada, E <u>língua Duarte Vaz</u> ” FLC3, C. CXXVII, pp. 429-430	Apesar de ser Gaspar Correia a esclarecer que Duarte Vaz falaria “parseo” refere-se a ele como “criado d’ElRey”, mas Fernão Lopes de Castanheda comprova a versão de João de Barros de que seria <i>língua</i> .
		<b>Envio de mensagens e recepção de carta de el-Rei de Ormuz</b>		Passado aquele dia em que Afonso de Albuquerque foi vesitado del-Rei per Hacém Alé, que lhe trouxe o refresco, ao seguinte mandou per <u>Duarte Vaz, língua</u> , dizer a el-Rei e a Raix Nordim como em sua companhia vinha o embaixador, que el-Rei Ceifadim, seu irmão, mandara a Portugal; e porquanto ele era tornado à Fé de Cristo, em que nascera, e achava o Rei que o mandara e seu Governador, Coge Atar, mortos, e não ousava de ir ante ele sem sua licença, lhe pedia que houvesse por bem de lhe mandar reféns, um filho ou sobrinho de Raix Nordim, enquanto lhe ia dar sua embaixada, porque assi lhe escrevia el-Rei, seu senhor, que o fizesse. (...) Partido <u>Duarte Vaz, língua</u> , com este recado, não tardou com ua carta del-Rei pera Afonso de Albuquerque, em que lhe escrevia palavras brandas e humildes, e que se faria quanto mandava. D. II, L. X, C. III, pp. 1-2		“E dali foy ho embaixador leuado aa sua pousada, que foy em hũmas casas de Meligupim que erão grandes & ricas. E logo ao outro dia mandou ho embaixador hum presente ao regedor por <u>Duarte Vaz</u> & Francisco paez, & assi por outros dos nossos (...)” FLC3, C. CXXI, p. 439	
		<b>Auto de Paz com Raix Nordim</b> , Governador de el-Rei de Ormuz		Afonso de Albuquerque, porque foi logo avisado disso por <u>Duarte Vaz língua</u> , em Raix Nordim entrando na galé, o tomou pela mão, dizendo: - Vós e eu somos velhos; vosso sobrinho e meu sobrinho D. Garcia são mancebos: vão falar ambos em cousas de sua idade, e nós falaremos em as da nossa. E per este modo ficou só com Raix Nordim (...) D. II, L. X, C. III, p. 4		<i>Recepção ao embaixador do Xequesmael em Março de 1515</i> “Passada a noite em contar estas cousas, ao outro dia pola manhã o Governador mandou Miguel Ferreira que se fosse pera sua pousada e estiuesse com o embaixador; e mandou com elle <u>Duarte Vaz</u> , criado d’ElRey, que sabia fallar o parseo (...) Então mandou a terra o embaixador, muyto vestido de roupas de seda, e com elle Pero d’Alpoym que seruia de secretario, e Alexandre d’Atayde o lingoa, e o <u>Duarte Vaz</u> no batel, assentados em alcatifa. (...) Então ElRey, com muyto prazer, mandou <u>Duarte Vaz</u> com recado que lhe faria prazer em lhe deixar lá estar o embaixador aquella noite, que folgaria de lhe contar as cousas de Portugal.” GC2, p. 417-419	

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Alexandre de Taíde ou Ataíde	<b>1515</b>  Assumimos o último ano a ser mencionado nos capítulos anteriores: “Acabando Afonso de Albuquerque de satisfazer a el-Rei de Cochi per esta maneira (...) assentou aquele ano, que era de catorze, não entender em outra cousa, pera o de quinze (querendo Deus) estar prestes”. D II, L. X, C. I, pp. 3-4	<b>Recepção ao Rei de Ormuz</b>	<b>Várias línguas</b> , segundo outros cronistas. João de Barros não dá qualquer informação a este respeito.	Ordenadas estas cousas, quando veo a hora da vinda del-Rei [de Ormuz], porque tardava, mandou-lhe Afonso de Albuquerque dizer que o secretário Pero de Alpoém, e <u>Alexandre de Taíde, língua</u> , que estava esperando por ele e levaram consigo as trombetas pera virem com a pessoa del-Rei D. II, L. X, C. V, p. 6  (...) e porque ele [Raix Hamede] vinha armado secretamente, segundo D. Garcia sentiu quando o abraçou, e de fora trazia um terçado, adaga, escudo e maça de ferro, perguntou-lhe por meio de <u>Alexandre de Taíde, língua</u> , que como trazia armas, pois nenhum de quantos estavam dentro as tinha? D. II, L. X, C. V, pp. 6-7	<i>Língua</i>	As respectivas transcrições seriam muito longas, pelo que não se inserem aqui, mas é digno de nota o facto de este <i>língua</i> ser mencionado pelos seguintes autores: – AA, pp. 160, 162, 163, 172, 182, 183, 187, 199, 223, 225 e 226; – DG, pp. 277, 415, 416 e 435; – FLC3, pp. 116, 416, 468, 470, 491e 510; – GC2, pp. 134-135; 333; 418; 431; 448; 469.	Segundo Armando Cortesão, este “judeu castelhano” aparece mencionado como <i>língua</i> conhecedor de várias línguas na <i>Carta das novas que vieram a El Rei Nosso Senhor do descobrimento do Preste João</i> (Anónimo, Lisboa, 1521), como língua e homem de confiança de Afonso de Albuquerque. Armando Cortesão, <i>Esparsos</i> , pp.159-160, cf. Bibliografia
Tristão de Taíde ou Ataíde (2)	<b>1515</b>  Assumimos o último ano a ser mencionado nos capítulos anteriores: “Acabando Afonso de Albuquerque de satisfazer a el-Rei de Cochi per esta maneira (...) assentou aquele ano, que era de catorze, não entender em outra cousa, pera o de quinze (querendo Deus) estar prestes”. D II, L. X, C. I, pp. 3-4	<b>Recepção ao Rei de Ormuz</b>	<b>Árabe</b> , depreende-se do facto do encontro com “mouros” assinalado em Tristão de Taíde ou Ataíde (3)	<u>Tristão de Taíde, língua</u> , quando lhe ouviu isto (...) tomou pela mão [Raix Hamede], dizendo: - Andai cá, eu vos mostrarei as casas, que todas estão sem isto [armas] que dizeis. D. II, L. X, C. V, p. 7	<i>Língua</i>	(...) E ouuindo isto <u>Alexandre dataide</u> que estaua pegado cõ el rey, tomou pola mão a Raix hamet, & como que ho queria segurar, disse-lhe. Ora vem ca, quero que vejas que não he nada o que dizes, porque tudo he por seruiço del rey (...) FLC3, p. 470  <u>Alexandre de Ataíde</u> , que ali estava, ouvindo estas palavras, disse-lhe: Vem por aqui que eu te irei mostrar todas as cousas com estam, e tomou-o pela mão, e levou-o a Afonso Dalboquerque (...) AA pp. 183-184	Fernão Lopes de Castanheda e Afonso de Albuquerque contrariam, novamente, a versão de João de Barros, tratar-se-ia de Alexandre e não de Tristão de Ataíde

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Tristão de Taíde ou Ataíde (3)	<b>1515</b>  Assumimos o último ano a ser mencionado nos capítulos anteriores: “Acabando Afonso de Albuquerque de satisfazer a el-Rei de Cochi per esta maneira (...) assentou aquele ano, que era de catorze, não entender em outra cousa, pera o de quinze (querendo Deus) estar prestes”. D II, L. X, C. I, pp. 3-4	<b>Encontro com uma nau de mouros</b> que traziam uma carta que nomeava “Lopo Soares por Capitão-mor e Governador da Índia” D. II, L. X, C. VIII	<b>Árabe</b> , depreende-se do facto de este encontro se dar com “mouros” que falariam aquela língua	(...) e porque sentiu em <u>Tristão de Taíde</u> , <u>língua</u> , que tinha sabido destes mouros alguma cousa de que não estava contente, e que podia dar a ele paixão, deu-lhe juramento nos Evangelhos que não encobrisse nenhuma cousa das que aqueles mouros dissessem. D. II, L. X, C. VIII, p. 5	<i>Língua</i>	(...) & deu juramento dos santos euangelhos a Alexandre datayde língoa, q nenh-ua cousa lhencobrisse das nouas que os mouros dessem da India: & ele ho fez assi (...) FLC3, p. 510  (...) e como os teve consigo, deo juramento a Alexandre de Ataíde língua, que de cousa que aquellos Mouros contassem, e de novas que dessem da India, lhes não encubrisse nada. AA, pp. 225	Pode depreender-se desta citação a tendência que poderia haver para o <i>língua</i> omitir ou manipular a informação que recebia, ou, por outro lado, ler-se a inquietação do <i>língua</i> perante a má notícia que tinha de comunicar ao seu senhor e que lhe poderia valer sevícias imerecidas.
André de Taíde ou Ataíde	<b>1520</b>  “partiu-se de Cochi a dous de Janeiro do ano de quinhentos e vinte” D. III, L. III, C. X, p. 1	<b>Encontro entre o Governador Diogo Lopes de Sequeira e Mateus</b> , embaixador do Preste João	S/I	E houve tanta prática de va parte e de outra per meio de <u>André de Taíde</u> , <u>língua dos governadores</u> . D. III, L. III, C. X, p. 13	<i>Língua</i>		Nesta data o governador era Diogo Lopes de Sequeira, mas o uso da expressão “ <i>língua dos governadores</i> ”, faz pressupor que teria exercido as mesmas funções ao serviço de outros governadores.

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Fernão Dias	<b>1520</b>  Assumimos o único ano mencionado no respectivo capítulo: “E ante que se daqui partisse, sendo já no fim de Junho do ano de quinhentos e vinte (...)” D. III, L. IV, C. III, p. 13	<b>Recolha de informações sobre o Mosteiro da Visão</b>	Árabe	O Governador Diogo Lopes de Sequeira ante que estes padres do Mosteiro da Visão que ele com tanta solenidade (como dissemos) mandou receber, tinha secretamente enviado a ele um <u>Fernão Dias, homem que sabia <i>mui bem a língua arábica</i></u> , que geralmente se fala per aquelas terras, pera que, notadas as cousas do mosteiro e religiosos dele, o podesse bem informar, e de tudo estar avisado quando os religiosos que Mateus mandara chamar, <u>viesses saber se respondia o seu dito com a vista dele, Fernão Dias.</u> D. III, L. IV, C. III, p. 1	<i>Língua</i> - informador	“Estando assy o Governador, hum homem d’armas, chamado <u>Fernão Dias</u> , fallo ao Governador dizendo que andára muyto tempo catiuo no estreito de Gibraltar, e sabia bem os costumes dos mouros, e mórmente dos cacizes, e suas lendas e orações (...), [fingindo-se mouro] foy correndo as terras, e chamaua ao alcorão, e fazia todos os modos de caciz santo; com que passou a Portugal e deu nouas a ElRey das cousas; com que fez muyta mercê, e o tomou por seu e lhe deu comedia, com que o tornou a manda á India, que fez muyto seruiço, que foy muytas vezes por espia a este estreito em naos de mouros em trajos de caciz, e sempre fez muytos seruiços em tempos d’outros Governadores (...) GC2, p. 348  Este mesmo episódio é contado por Afonso de Albuquerque, mas sem fazer menção a nenhum nome, apenas se referindo a um “homem d’armas”. AA, pp. 53-54	Não é conclusivo que desempenhasse funções de intérprete, parece ter desempenhado funções de <i>língua</i> no sentido de informador, o que é confirmado pela forma como é mencionado em AA e GC2.
João Gonçalves	<b>1520</b>  Assumimos o único ano mencionado no respectivo capítulo: “E ante que se daqui partisse, sendo já no fim de Junho do ano de quinhentos e vinte (...)” D. III, L. IV, C. III, p. 13	<b>Enviado na embaixada ao Preste que acompanhou o Barnagás</b>	Árabe	No despacho do qual Diogo Lopes entendeu logo e ordenou irem em sua companhia até treze pessoas, de que as principais eram Jorge de Abreu, de Elvas, segunda pessoa depois de D. Rodrigo, João Escolar, escrivão da embaixada, Lopo da Gama, <u>João Gonçalves, feitor e língua</u> , Manuel de Mariz, tangedor de órgãos, por razão de uns que iam de presente ao Preste entre outras cousas da Igreja que lhe mandava, e Francisco Álvares, sacerdote. D. III, L. IV, C. III, p. 9	<i>Língua</i> e feitor		

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimento das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
João de Borba e Diogo Lopes	<b>1521</b>  Por impossibilidade de encontrar uma data precisa, mesmo nos capítulos anteriores, assumimos este ano, mencionado no último capítulo do livro anterior: “ano de quinhentos e vinte e um”. D. III, L. IV, C. X, p. 5.	<b>Batalha de Achém</b> onde foi morto Jorge de Brito	Árabe e outras línguas locais	Na qual cidade achou um <u>João de Borba</u> , natural desta vila de que tinha o apelido, homem <u>que sabia bem a língua arábica, e algumas daquelas partes</u> , por a qual razão era conhecido dos mouros dali. (...) Chegado <u>João de Borba</u> a este porto de Achém, como era homem de bom saber e naturalmente locaz em qualquer das línguas que sabia, el-Rei da terra o recebeu em graça (...). (...) Jorge de Brito, depois que se afirmou bem destas cousas e do estado del-Rei e força que tinha pera se defender, quis-se mais certificar delas per um <u>Diogo Lopes</u> , que levava consigo pera Maluco, onde ele estivera com Francisco Serrão, o qual também, vindo com Gaspar da Costa em a nau que se ali perdeu, fora cativo e resgatado com ele per Nina Cunapão, como ora escrevemos, <u>do qual cativo sabia a língua da mesma terra, como João de Borba</u> . (...) Jorge de Brito, depois que aquele urdidor do pecado, João de Borba, andou tecendo com recados de ua e outra parte aquela tea de morte, já com indinação de quam pouca razão fazia de si aquele bárbaro, determinou, per conselho de todolos capitães, entrar na cidade. D. III, L. V, C. III, p. 2-5	<i>Línguas</i>		João de Borba é o retrato do intérprete-traidor, coadjuvado por Diogo Lopes atraí os portugueses a uma emboscada: “E movido ele, Jorge de Brito, per estas duas línguas que o pecado lhe ofereceu e desviou de sua jornada, per o mesmo João de Borba, que estava na terra e era o mais linguaraz, mandou dizer a el-Rei como ida de caminho pera Malaca. (...) Jorge de Brito, depois que aquele urdidor do pecado, João de Borba, andou tecendo com recados de ua e outra parte aquela tea de morte, já com indinação de quam pouca razão fazia de si aquele bárbaro, determinou, per conselho de todolos capitães, entrar na cidade”. D. III, L. V, C. III, p. 5
António de Noronha	<b>1522</b>  Assumimos o ano de 1522 pela análise da menção do capítulo anterior: “vinte-e-cinco de Novembro do mesmo ano de quinhentos e vinte dous” D. III, C. VII, C. VIII, p. 7	O Governador D. Duarte de Meneses envia uma <b>embaixada a Xá Ismael</b> [Rei da Pérsia] para o informar que tinha retomado Ormuz	S/I	E a pessoa que o Governador mandou com este recado ao Xá Ismael, foi um cavaleiro da Casa del-Rei, chamado Baltasar Pessoa, com dezoito homens de cavalo, dos quais João de Gouvea ia pera ficar em seu lugar, falecendo ele, e Vicente Correa, escrivão da embaixada, e Francisco Calado, sacerdote, por capelão, e <u>António de Noronha por língua</u> . D. III, L. VII, C. IX, p. 5	<i>Língua</i>		

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
Duarte Barbosa	<b>1530</b>  Assumimos o ano de 1530 pela análise das menções do respectivo capítulo. O Capítulo Primeiro do Livro IV da Década IV trata “[d]o que Nuno da Cunha fez no primeiro ano de seu governo” (1529), passando-se esta acção em “Fevereiro” do ano seguinte (D. IV, L. IV, C. III, p. 6)	<b>Negociações de paz com o Samorim</b>	<b>Malabar</b>	Esta resposta houveram os naires escrita per apontamentos, os quais Nuno da Cunha mandou a Diogo da Silveira, e recado a <u>Duarte Barbosa, escrivão da feitoria de Cananor</u> , que se fosse para Diogo da Silveira para entrevir neste negócio com ele, <u>por ser mui versado nos modos e costumes dos Malavares e saber bem sua língua</u> . D. IV, L. IV, C. III, pp. 4-5	Escrivão da feitoria de Cananor	“(…) porque minha tenção he nom escreuer nada destas terras e seus costumes, como ouve alguns que o fizerão, em que foy hum delles Duarte Barbosa, sobrinho do feitor de Cananor Gil Fernandes Barbosa, que fez hum Tratado, que eu vi, de todalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando nos Lequeos, correndo todo o mar, que acabou no cabo da Boa Esperança” (GC2, p. 357), pensamos que seja o <i>Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa</i>  “Este Gil Fernandes tinha hum sobrinho chamado Duarte Barbosa, que estando com elle em Cochym aprendeo tanto a lingoa dos Malauares, que a fallaua melhor que os proprios da terra” (GC1, p. 335)	João de Barros apenas o menciona como escrivão da feitoria de Cananor, no entanto a referência ao seu conhecimento dos modos e costumes dos malabares e da sua língua, bem como o seu envolvimento “neste negócio”, permite-nos assumir que terá desempenhado a função de <i>língua</i> , pelo menos na ocasião em presença.  Outro Duarte Barbosa é mencionado em época anterior, mais especificamente em 1520, como sendo capitão da nau Vitória, mas cremos que não se tratará da mesma pessoa.
João de Santiago, mais tarde Frangue-Can (1)	<b>1533</b>  Assumimos o ano de 1533 pela análise das menções do respectivo capítulo. “No mesmo tempo que o Governador Nuno da Cunha mandou Vasco da Cunha a Melique-Tocão, mandou Tristão de Sá a El-Rei de Cambaia” (D. IV, L. IV, C. XXIV, p. 1). Ora, segundo D. IV, L. IV, C. XXIII, p. 1, tais acontecimentos tiveram lugar em 1533	<b>Combinações que levaram à Embaixada a El-Rei de Cambaia</b>	“ <b>algvas línguas</b> ” D. IV, L. V, C. XV, p. 3	(…) e logo dali lhe [o Governador Nuno da Cunha] mandou dizer por Simão Ferreira que onde mandava que se vissem, se em Madresavat ou no mar; e com ele mandou a <u>João de Santiago por língua</u> , que fora mouro, e se tornara cristão D. IV, L. IV, C. XXIV, p. 3  Desafio de Manuel Macedo a Rume-Can através do intérprete, pressupõe-se que seria João de Santiago: “Rume-Can, que ali estava e ouviu aquelas palavras <u>ao intérprete</u> ”. D. IV, L. IV, C. XXIV, p. 4	<i>Língua</i>	“Outros vários sucessos de João de Sant'Iago escreve Diogo do Couto no cap. 10 do liv. 1 da Déc. 5.” Nota de Lavanha no final da D. IV, L. V, C. XV	

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**SI** – Sem Informação

## Quadros Sinópticos – Presença e actuação dos *língua*

Nome(s)	Data(s)	Local / Momento Histórico	Língua (s) dominada(s)	Transcrição e sinalização nas <i>Décadas da Ásia</i>	Função ocupada	Referências em outras Obras	Comentários
João de Santiago, mais tarde Frangue-Can (2)	<b>1537</b>  Assumimos o ano de 1537 pela análise das menções do respectivo capítulo e seguintes. O Capítulo III do Livro VIII da Década IV inicia-se com a menção “mês de Abril do ano passado de 1536” descrevendo as acções de Nuno da Cunha até que este “partiu-se a seis de Fevereiro” após deixar provida a fortaleza Baçaim deixando por capitão dela Rui Vaz Pereira  “Ao outro dia, que eram catorze de Fevereiro (...)” D. IV, L. VIII, C. IV, p. 2	<b>Visita de El-Rei Badur (referido também como Sultão) ao governador Nuno da Cunha no seu galeão</b>	“algvas línguas” D. IV, L. V, C. XV, p. 3	De Dio (onde neste tempo veo Nuno da Cunha para as vistas com Badur, que não houveram efeito) se foi Soltão Badur para Champanel, levando consigo a <u>João de Santiago, que fora por língua de Simão Ferreira</u> , quando foi a Dio sobre as vistas de Nuno da Cunha com el-Rei. (...) Este homem era arábio de nação, escravo de um marinheiro português, que andava na armada da Índia, e por saber bem algvas línguas, <u>se servia dele Nuno da Cunha de intérprete</u> em algvas cousas de pouca substância, maiormente nas que não requeriam segredo: como tal <u>o levou por língua</u> Simão Ferreira, quando foi a Cambaia ao negócio das vistas que dissemos. E por a sagacidade que este homem tinha, e va descrição aprazível na conversação, com que se acomodava à vontade de muitos, todos se lhe afeiçoavam. Tanto se contentou Soltão Badur dele as vezes que o viu falar, que mandou dizer a Nuno da Cunha (...) que levava <u>Santiago</u> consigo, para por ele lhe mandar certos cativos que lá tinha e Nuno da Cunha lhe pedia, e por esse respeito ficou com el-Rei, à opinião de alguns, tam mouro como o mesmo Badur, dando a entender a Nuno da Cunha que Badur o entretinha contra sua vontade, e que seu coração estava em Goa e nos sacrificios da Igreja. (...) D. IV, L. V, C. XV, pp. 3-4  Entretanto, este pagem chegou-se em gíolhos a Nuno da Cunha (...) para lhe dar o recado, e em lho querendo dar à orelha, el-Rei, como o seu ânimo culpado tudo o que via fazer lhe parecia suspeito e em seu dano, começou de se confranger, e acudiu com a mão a va adaga, e a pôs mais diante do lugar onde a trazia. <u>João de Santiago que servia de língua</u> e sabia a tenção del-Rei, disse apressadamnete a Nuno da Cunha: - Senhor, não ouçais recado algum, olhai para el-Rei, que vos fala. D. IV, L. VIII, C. IV, p. 6	<i>Língua</i>	“Outros vários sucessos de João de Sant'Iago escreve Diogo do Couto no cap. 10 do liv. 1 da Déc. 5.” Nota de Lavanha no final da D. IV, L. V, C. XV	<i>Arábio de nação</i> , escravo de um marinheiro português, que andava na armada da índia. Serviu como <i>língua</i> do Governador Nuno da Cunha e do seu secretário Simão Ferreira.  Adopta mais tarde o nome de Frangue-Can e assume uma posição de destaque junto do Sultão Badur: “(...) e o fez capitão dos Portugueses e Franceses que lá andavam, e lhe pôs nome de Frangue-Can, Frangue porque era cristão; e Can, por ser nome de honra, como atrás dissemos. E de sua pessoa e conselho se ajudava nas cousas que tocavam ao Estado da Índia, como de um dos seus mais aceitos capitães” D. IV, L. V, C. XV, p. 5  João de Santiago aparece aqui já ao serviço de el-Rei Badur, sendo referido como “o seu privado” D. IV, L. VIII, C. IV, p. 1

### Legenda (cf. bibliografia):

**AA** – Afonso de Albuquerque, *Comentários do grande Afonso de Albuquerque Capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito Poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, Parte IV, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1774.

**CCP** - Carlos Castilho Pais, *Apuntes de Historia de la Traducción Portuguesa*, Vertere, Monográficos de la Revista Herméneus, Número 7, Soria, Diputación Provincial de Soria, 2005

**CCP NI** – Carlos Castilho Pais, Artigos “Nomear o Intérprete”, Revista Digital sobre Tradução *O Língua*, números 1 a 9

**DC** - Diogo do Couto, *Da Asia de Diogo do Couto. Dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e Descobrimto das terras e Mares do Oriente* (déc.4-10), 8 vols. Lisboa, Régia Officina Tipográfica, 1778-1788

**DG** – Damião de Góis, *Chronica do serenissimo senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1749

**FLC1** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833

**FLC3** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro III, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

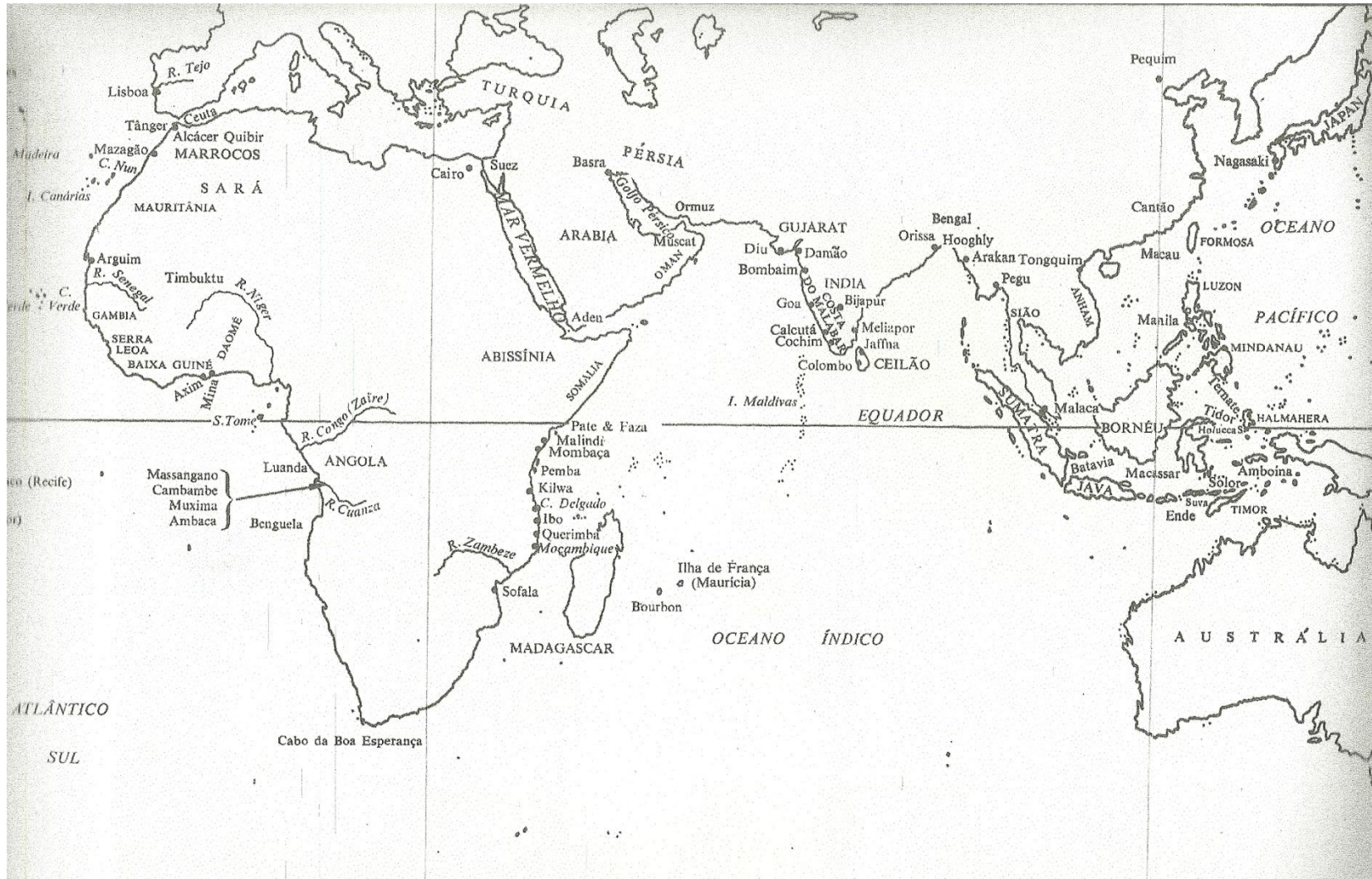
**FLC7** - Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimto e Conqvista da Índia pelos Portvgveses*, Livro VII, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1833.

**GC1** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

**GC2** – Lendas da Índia por Gaspar Correa, in *Collecção de monumentos inéditos para a história das conquistas dos Portuguezes, em África, Ásia e América*, Rodrigo José de Lima Felner (dir.), Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1860.

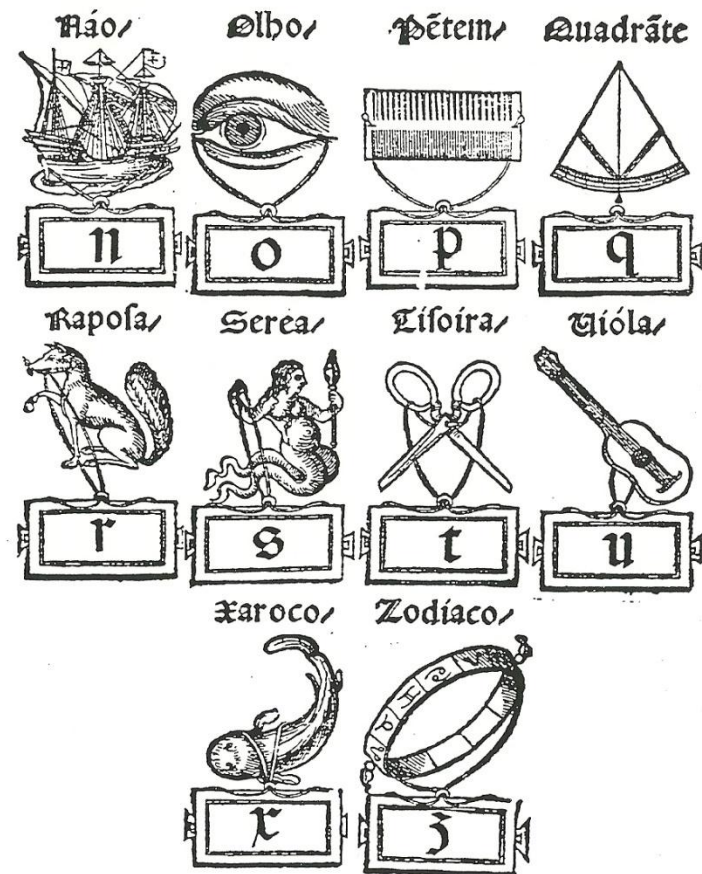
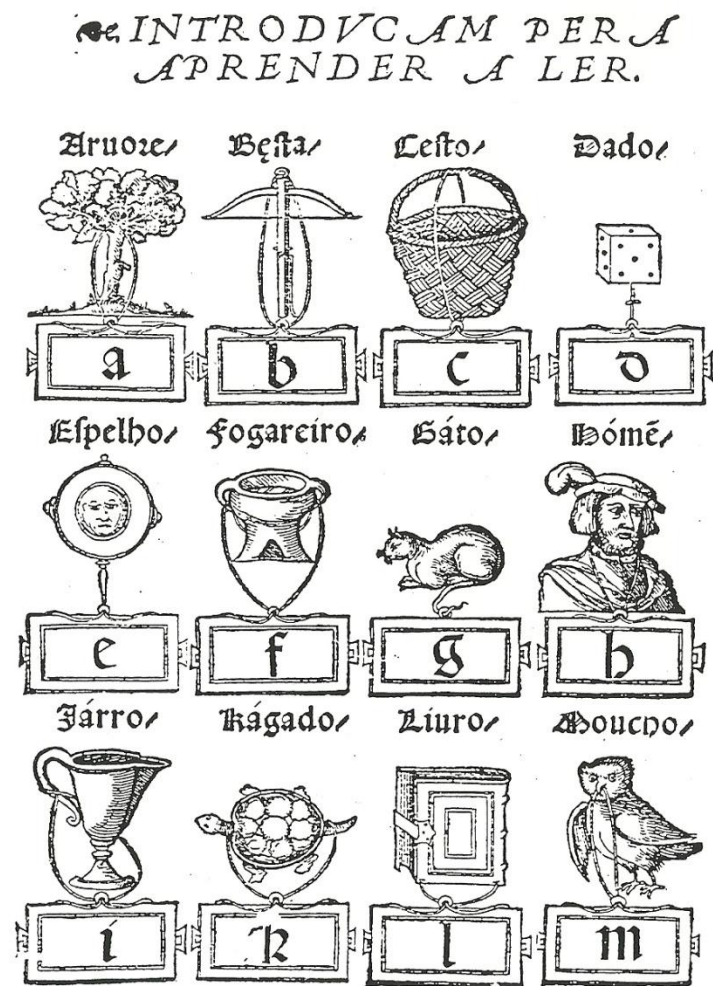
**JB** – João de Barros Barros, CD-ROM. Utilizadas as seguintes abreviaturas: D. – Década; L. – Livro; C. – Capítulo.

**S/I** – Sem Informação



**Mapa 1:** Mapa dos principais locais visitados pelos portugueses no período em que decorre a narrativa d'A Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente.

Retirado de: Charles Ralph Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Tradução de Inês Silva Duarte, Lisboa, Edições 70, 1981, inserto na p. 353.



Outro a . b . c . que temos em que á algũas  
letras dobrãdas.

A iij

**Figura 2:** Tábua das Letras do Alfabeto da *Cartinha para Aprender a Ler* de João de Barros

Retirada de: João de Barros, *Grammatica Da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*, Edição facsimilada da edição de 1539 de Luís Rodrigues, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Biblioteca Nacional do Livro, Lisboa, Rio de Janeiro, 1996